

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-graduação em Psicologia

Karinne Regis Duarte

**O DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DOS DISCURSOS DE ÓDIO EM
TORNO DAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS**

Belo Horizonte
2018

Karinne Regis Duarte

**O DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DOS DISCURSOS DE
ÓDIO EM TORNO DAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Dra. Luciana Kind

Linha de Pesquisa: Intervenções Clínicas e Sociais

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa de MG - FAPEMIG

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

D812d Duarte, Karinne Regis
O dispositivo da violência a partir dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras / Karinne Regis Duarte. Belo Horizonte, 2018. 125 f. : il.

Orientadora: Luciana Kind do Nascimento
Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Psicologia social. 2. Violência. 3. Discurso de ódio. 4. Movimentos sociais – Brasil. 5. Análise do discurso. 6. Mídia social. I. Nascimento, Luciana Kind do. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 301.151

Ficha catalográfica elaborada por Claudia Cristina Carvalho Tavares – CRB6/2647

Karinne Regis Duarte

**O DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA NOS DISCURSOS DE ÓDIO EM TORNO DAS
MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS**

Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação
em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de
Doutora em Psicologia

Linha de Pesquisa: Intervenções Clínicas e Sociais

Prof.a. Dra. Luciana Kind do Nascimento – PUC-Minas (Presidente)

Prof.o Dr. Antônio Fernandes Júnior – UFG

Prof.a Dra. Luana Carola dos Santos – UEMG

Prof.a. Dra. Izabel Christina Friche Passos - UFMG

Prof.a. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli – PUC MG

Belo Horizonte, 09 de março de 2018.

Missatges d'amor en temps de guerra, missatges de pau amb la ment guerrera.

Mensagens de amor em tempos de guerra, mensagens de paz com a mente guerreira.

AGRADECIMENTOS

A história desta tese conta tantas outras histórias, em cada tempo próprio de sua história, marcada por momentos de amizade, cumplicidade, angústia, afeto, amor, solidão, saudade... Momentos compartilhados com pessoas muito queridas que quero agradecer.

A Luciana, pela orientação cuidadosa, paciente e acolhedora. Por todo o empenho dedicado ao longo da construção da pesquisa, especialmente, pelo esforço, dedicação e confiança quando concorremos à bolsa de doutorado sanduíche, e pelo incentivo constante, fundamentais para a realização do meu estágio doutoral. Digo que o doutorado foi a experiência mais valiosa da minha vida, e me sinto muito feliz em poder compartilha-la contigo.

A querida Izabel, que participou muito de perto da minha formação, enquanto pesquisadora, e cuja presença foi decisiva para muitas das escolhas teóricas que faço aqui. E, ainda, pela maneira tão solícita e atenciosa pela qual aceitou nosso convite em participar das bancas. Agradeço pelas contribuições valiosas dadas ao trabalho, e pela amizade.

Ao Tony, amigo, confidente, 'meeiro' das alegrias, das descobertas, das angústias do que fazer com as descobertas, dos medos, muitas das vezes, de não querer saber... Não vejo a realização desta tese sem você, menos ainda, as singularidades da minha trajetória e o amadurecimento do meu percurso. Sua escuta atenta e sua dedicação à organização das ideias aqui apresentadas foram decisivas. Grande parte da revisão de literatura foi orientada por você, assim como muitas dúvidas quanto aos caminhos metodológicos.

Ao Cleu, pelo carinho, pela amizade, pelo cuidado, e por se fazer sempre presente nesses deliciosos momentos os quais a gente 'não é obrigado!'. Eu me sinto privilegiada por fazer parte dessa família incrível que a gente construiu, ao longo de tantos anos de amizade.

Ao grupo de pesquisa LAICOS IAPSI cujo apoio e leitura atentos de várias partes da tese foram fundamentais para o amadurecimento das análises que aqui apresento. Pela amizade, pelo acolhimento, pela recepção carinhosa e pelos momentos incríveis compartilhados. Em especial, ao Lupi, que orientou meu estágio doutoral em Barcelona com muito carinho, dedicação, cuidado e rigor. Minha forma

de escrever, hoje, é sem dúvida marcada por sua presença e participação constantes na construção da tese.

As minhas 'periquetitas' Isabela, Gabi e Ângela, amigas que tive o prazer de conhecer e de viver momentos lendários, em Barcelona. Obrigada pelo colo, pelo carinho, pelo cuidado, pelo companheirismo e cumplicidade... Minha estadia nunca teria o mesmo sabor, as ruas do Born não seriam as mesmas, e minhas histórias não seriam mitológicas, sem vocês! Novos começos, sempre e... segue o baile!

A minha lindeza, Alex, companheiro desta e de muitas outras histórias, de tantas vidas para contar e, em cada uma delas, agradecer! É uma das pessoas mais importantes em minha vida, e meus caminhos já não fazem muito sentido, sem a sua presença. Muitas das reflexões aqui apresentadas, são o resultado das várias bandeiradas 2 ao telefone, e algumas das melhores lembranças da Europa, vividas contigo e com Bruno que, claro, é meu bem, amigo especial e muito querido para mim!

A minha diva Queta! A conquista desse trabalho é, sem dúvida, sua também! Amizade que nem o Oceano Atlântico separa... Pela preciosidade e raridade de um amor que somente poderia nascer da relação entre irmãs!

Lidi, querida, pela disponibilidade e leitura atentas nos últimos momentos da tese. Sua participação foi decisiva para que esse trabalho pudesse ser entregue com tanto cuidado, na escrita e apresentação do texto.

Ao Braz, pela sensibilidade, pelo apoio, pelo carinho e por seu incansável estímulo e motivação para que eu sempre mantenha essa minha obrigação de inquietude. Amor de pai, exemplo de admiração.

A Sirlene Duarte (*in memoriam*), espelho dos meus olhos, inspiração de vida, luz que me acompanha, a todo momento. Ausência-presença a cada dia, em minhas lembranças, e em meu coração.

A tia Solange, por todo carinho, apoio e paciência, e por saber que posso contar contigo, em todas as situações.

A tia Hirma, meu trevo de quatro folhas, minha querida. Amor fortalecido, apesar das distâncias.

A minha best, sempre presente, sempre disposta a acolher, sempre com um tempinho para me ouvir, apesar de todas as dificuldades, da distância, dos desalentos. Sua amizade é muito importante, querida Lili.

Ao amado e lindo Vicente, pela amizade, pelo carinho, pelo cuidado, pelas histórias televisivas e midiáticas compartilhadas, pela cumplicidade e pelo companheirismo.

RESUMO

Esta pesquisa destina-se a analisar a maneira como se dá a constituição de um dispositivo da violência, através da análise dos discursos de ódio produzidos e proliferados em torno das manifestações ocorridas entre os anos de 2013 e 2016, no Brasil, e a dinâmica dos processos de subjetividade envolvidos. O material de análise é composto por recortes de notícias que veiculam discursos de ódio sobre as manifestações brasileiras. Para a seleção dos trechos das reportagens, utilizamos como critério os discursos de ódio veiculados pelas matérias. A busca pelas reportagens foi feita através das ferramentas próprias disponibilizadas nas páginas *online* de cada imprensa. As mídias selecionadas foram G1 Notícias, UOL NOTÍCIAS, *Vejaonline* e PORTAL TERRA. A escolha por essas imprensas se justifica pelo fato de comporem as maiores referências jornalísticas do país, por suas redes de cobertura, que abrangem todos os estados brasileiros, pelo altíssimo índice de suas audiências, constituindo-se como os maiores grupos midiáticos nacionais, os maiores portais em atividade, do país, e os *sites* mais visitados. Como orientação teórica, utilizam-se os estudos de Michel Foucault e aciona-se, em especial, o conceito de dispositivo, noção que possibilita compreender a violência a partir de uma complexa e heterogênea rede de elementos, e que permite descrever as regularidades discursivas presentes nos enunciados analisados. Caracteriza-se as formas pelas quais o dispositivo é operacionalizado pela mídia, através da exploração dos discursos de ódio, fabricando determinadas modalidades de manifestações e certos tipos de sujeito-manifestante, em cada uma delas. A pesquisa está construída em quatro capítulos de discussão teórico-analíticos, organizados em formato de artigos. Em um primeiro momento, discutem-se as condições de emergência dos discursos de ódio em torno das manifestações contra o aumento dos preços das passagens de ônibus e do metrô, em São Paulo, cujos efeitos se desdobraram nas 'jornadas de junho', em 2013, e a constituição do que chamamos de dispositivo da violência. Já no terceiro capítulo, a análise recai sobre a investigação da regularidade dos discursos de ódio, e o funcionamento do dispositivo na relação saber-poder sobre as manifestações contrárias à realização da Copa do Mundo de Futebol, no país, e sobre as manifestações pós-eleições presidenciais, em 2014. Por fim, no quarto capítulo, descreve-se os processos de objetivação/subjetivação do indivíduo-manifestante sob a perspectiva da mídia, em

torno das manifestações de 2015 e de 2016, no Brasil, bem como aquilo que diz respeito à fabricação do sujeito-odioso. Assim, empreendemos, nesta pesquisa, uma análise da fabricação de modalidades de manifestações e do processo de subjetivação do indivíduo-manifestante, tendo em vista a operacionalização de um dispositivo da violência em discursos produzidos e divulgados pela mídia, no intuito de se compreender os efeitos de sentido e as práticas produzidas nos/pelos discursos. Os resultados obtidos apontam para a produção de regimes de verdade hegemônicas sobre determinadas manifestações e certos tipos de manifestantes, e para a atualização do dispositivo no intuito de se responder a uma demanda, nesse cenário: como solucionar as crises enfrentadas no Brasil.

Palavras-chave: Dispositivo. Violência. Análise do Discurso. Manifestações brasileiras. Mídia.

ABSTRACT

This research aims to analyze the way in which a violence dispositif is constituted by analyzing hate speeches produced and proliferated around the manifestations between 2013 and 2016 in Brazil, and the dynamics of processes of subjectivity involved. The material of analysis is composed of news clippings that convey hate speech in Brazilian media. For the selection of the excerpts from the reports, we used as criteria the hate speech conveyed by the stories. The search for the reports was made through the search tools in the online pages of each press. The selected media were G1 Notícias, UOL NOTÍCIAS, Vejaonline and PORTAL TERRA. The choice of these presses is justified by the fact that they make up the largest journalistic references of the country, through their coverage networks, which cover all Brazilian states, by the highest index of their audiences, constituting themselves as the largest national media groups, the largest portals in activity, of the country, and the most visited sites. As a theoretical guidance, the studies of Michel Foucault are used, specially the concept of dispositif, which makes it possible to understand violence from a complex and heterogeneous network of elements, and which allows us to describe the discursive regularities present in the analyzed statements. It is characterized the ways in which the dispositif is operationalized by the media, through the hate speeches, making certain modalities of manifestations and certain types of subject-protesters in each of them. The research is built on four theoretical-analytical chapters, organized in articles format. First, we discuss the emergency conditions of hate speech around the protests against the rising prices of bus and subway tickets in São Paulo, whose effects unfolded in the 'June days' in 2013, and the constitution of what we call the dispositif of violence. In the third chapter, the analysis is based on the investigation of the regularity of hate speech, and the functioning of the dispositif in the relation between knowledge and power on the protests against the Soccer World Cup in the country and on the post-election protests presidential in 2014. Finally, in the fourth chapter, we describe the processes of objectification / subjectivation of the subject-protesters from the perspective of the media, around the manifestations of 2015 and 2016 in Brazil, as well as what it concerns to the fabrication of the subject-hateful. Thus, we undertake, in this research, an analysis of the fabrication of modalities of protests and of the

subjectivation process of the subject-protesters, in view of the operationalization of a dispositif of violence in discourses produced and disseminated by the media, in order to understand the effects of meaning and the practices produced in the discourses. The results obtained point to the production of hegemonic wills on certain protests and certain types of protesters, and to update the dispositif in order to respond to a demand, in this scenario: how to solve the crises faced in Brazil.

Keywords: Dispositif. Violence. Speech analysis. Brazilian protests. Media.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perfil dos manifestantes	53
QUADRO 2: Discursos de ódio produzidos pelo público-leitor	106

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Efeitos produzidos pelas manifestações de 2013.....	58
FIGURA 2: Configuração do dispositivo da violência.....	64
FIGURA 3: Reeditação dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras	104

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do Discurso
Andes/SN Superior	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEAM/Catalão	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Catalão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MCP	Movimento Camponês Popular
MPL	Movimento Passe Livre de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
PAD	Programa de Aprimoramento ao Discente
PM	Polícia Militar
PT DO B/MA	Partido Trabalhista do Brasil do Estado do Maranhão
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
UFG/RC	Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
UOL	Universo OnLine

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	15
2 A CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ÓDIO EM TORNO DAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS DE 2013	30
2.2 “Não é só por 20 centavos”	46
2.3 Discussão	59
3 DOS DISCURSOS DE ÓDIO NAS TRAMAS DO DISCURSO	67
3.1 “Não vai ter copa! Vai ter luta!”	75
3.2 Discussão	81
3.3 “A culpa é desses nordestinos!”	83
3.4 Discussão	90
4. DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA: A PRODUÇÃO DO SUJEITO - ODIOSO	95
4.1 Conclusão.....	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2000, quando era graduanda do Curso de Psicologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, fui aprovada em uma entrevista de seleção para Estágio Curricular, nesta Universidade, na área de Intervenção Psicossociológica, sob a supervisão da professora Maria Emília Amarante Torres Lima.

Naquele mesmo período, eu também havia sido selecionada pela Superintendência de Organização Penitenciária de Minas Gerais – SOP/MG, para trabalhar como estagiária na Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, em Contagem/MG. A proposta, feita pela professora Maria Emília foi, então, a de desenvolver, dentro da Penitenciária, um trabalho na área de Intervenção Psicossociológica. Ao longo do ano de 2000, desenvolvi atividades de estudos e pesquisa sobre violência, no campo da Psicossociologia.

No início de 2001, obtivemos do Programa de Aprimoramento ao Discente (PAD), a aprovação do projeto intitulado: *Sentenciados: da Morte Civil à Morte do Eu*, em parceria com o Departamento de Ciências Sociais da UFMG, cujo objetivo era dar continuidade aos trabalhos que já desenvolvíamos na Penitenciária e ampliar as análises sobre a violência, a partir da interlocução com a Sociologia. Fui bolsista dessa pesquisa por um ano. Entretanto, em meados do segundo semestre de 2001, a professora Maria Emília afastou-se das atividades acadêmicas, e o professor Cornelis J. van Stralen assume a orientação das atividades da pesquisa, até a conclusão desse trabalho, no final daquele ano. Foi nesse momento que tive a oportunidade de conhecer o professor Cornelis, que seria meu orientador mais adiante, no mestrado.

Por dois anos, o cotidiano da cadeia me aprisionava... As falas de cada preso em suas entrevistas comigo e com minhas colegas de pesquisa, as histórias dos agentes prisionais, os relatos de psicólogos que estavam ali durante anos, as rebeliões que acompanhávamos pelos jornais, e depois pelos relatos das pessoas que trabalhavam ali, os vínculos construídos naquele lugar... A violência se tornava, cada vez mais, um problema para mim. Foi então que decidi dar continuidade à

pesquisa sobre o tema. Logo depois que me graduei, fui aprovada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, área de concentração: Psicologia Social.

Na dissertação de mestrado intitulada: *Violência à flor da página: as narrativas construídas pela revista VEJA sobre o caso “Maníaco do Parque”* (DUARTE, 2006), analisei como os discursos construídos pela mídia perpassam a construção de significados sobre o fenômeno da violência, através da análise do caso de Francisco de Assis Pereira, conhecido e divulgado pela mídia como “o maníaco do parque”. Por meio dessa pesquisa, pude investigar o papel que a mídia desempenha na construção de significados sobre a violência, tomando a revista *VEJA* como material de análise.

A partir do objetivo proposto naquele trabalho, e dada a natureza do objeto de pesquisa, a metodologia escolhida foi a Análise do Discurso, como proposta por Teun A. van Dijk (1990), que concebe o discurso jornalístico como discurso da notícia. Para esse autor, o discurso jornalístico possui especificidades se comparado a outras formas de discurso como as conversas diárias, as narrativas ficcionais, por exemplo. Assim, o enfoque foi dado às estruturas discursivas jornalísticas analisadas a partir de um contexto sociocultural específico, com seus valores, normas e ideologias que influenciam, e ao mesmo tempo são influenciadas, pelo contexto. A Análise do Discurso, nesse sentido, engloba mais que uma mera descrição das estruturas textuais de maneira isolada, ou seja, o discurso da notícia não deve ser analisado somente em função do texto, mas principalmente em sua relação com o contexto.

As narrativas construídas pela revista *Veja* no estudo de caso sobre o “maníaco do parque” indicaram que as justificativas e as causas atribuídas ao fenômeno da violência basearam-se, sobretudo, em racionalizações que privilegiaram os saberes científicos sobre a violência, posto que os profissionais do campo jornalístico se utilizaram de fontes científicas para dar credibilidade, demonstrar imparcialidade e transmitir veracidade à notícia. Nesse caso, em particular, as fontes foram sustentadas em ideias biopsíquicas e psicanalíticas utilizadas para legitimar a opinião da revista sobre as possíveis causas da violência.

A construção do significado da violência fica, então, restrita a uma ideia centrada no indivíduo e as causas desse fenômeno se reduzem a explicações pautadas em traços de personalidade e em experiências sexuais infantis traumáticas. O fenômeno fica reduzido, pois, a uma relação linear de causa e efeito. Entretanto, naquela pesquisa, analisamos a violência enquanto fenômeno polissêmico e plural e entendemos que suas diversas modalidades devem ser analisadas a partir de todo um contexto histórico, social, cultural e ideológico. Também pudemos perceber que a mídia transforma os acontecimentos em notícias e que estas podem se transformar em acontecimentos marcados na história, desencadeando outros acontecimentos. O caso de Francisco de Assis Pereira, por exemplo, é um acontecimento construído em notícia que entra para a história brasileira como o maior caso de assassinatos em série do país.

As estratégias utilizadas pela imprensa na construção da notícia sobre a violência mostraram que todos os recursos utilizados objetivaram fazer um apelo ao leitor, um envolvimento emocional e uma forma de se conduzir a leitura a partir de valores e de ideologias subjacentes na reportagem, condicionando o entendimento e a apreensão da leitura para um determinado modelo, ou direcionamento, em consonância com a ideologia valorizada pela revista – o discurso construído em forma de narrativa pela reportagem.

Ao longo das reflexões, tentei perceber tanto os aspectos microssociológicos do processo de construção do discurso da notícia sobre a violência, suas variáveis, recursos e estratégias para atrair seu público leitor, quanto os aspectos macrossociológicos, em que analisei a relação da estrutura discursiva da notícia dentro daquele contexto. A imprensa escrita desempenha um papel fundamental na construção de significados, atribuição de valores, representação de modelos sobre a violência. Os modelos construídos sobre o fenômeno virão ou não ao encontro dos modelos que cada um de nós constrói sobre a violência, reforçando ideias, lançando entendimentos, complementando conceitos ou desconstruindo crenças e valores cristalizados.

Na UFG/RC – Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, onde trabalho há dez anos, venho desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão tendo como tema principal a violência. Coordenei o projeto de pesquisa *Flor de Pequi*, como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Cultura e Trabalho –

Dialogus, desenvolvido na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM/Catalão) com mulheres vítimas de violência doméstica, e o projeto de extensão *Oficinas em Dinâmica de Grupo com Mulheres Vítimas de Violência Doméstica*, além de orientar trabalhos de conclusão de curso em níveis de graduação e especialização, cujos objetos de pesquisa são a violência, e de supervisionar estágios na Unidade Prisional de Catalão/GO. Nas atividades de ensino, as disciplinas também privilegiavam as discussões sobre políticas públicas de segurança, direitos e poder, como o estágio em Psicologia e Direitos Humanos, Psicologia e Políticas Públicas, Violência, Linguagem e Poder.

No primeiro semestre de 2013, ocasião em que ingresso no doutorado, na condição de aluna especial, cursei a disciplina *Sociologia da Violência e da Conflitualidade* ofertada pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade de Brasília (UnB), espaço que me possibilitou aprofundar as discussões no campo de estudos da violência, aproveitando as leituras sugeridas e as discussões do curso para construir o projeto que foi apresentado à Comissão de Seleção do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, no final de 2013. A experiência na UnB foi muito enriquecedora para mim, especialmente pela interlocução entre as áreas de Psicologia e Sociologia, ampliando e diversificando os caminhos da minha trajetória na área da violência.

No Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas, a pesquisa foi ganhando contornos próprios, mas, que atualizam as articulações entre mídia e violência, agora sob um olhar analítico que se desloca para leituras foucaultianas sobre a violência, através da noção de dispositivo.

Particpei das manifestações de 2013 em Catalão, interior do estado de Goiás, e dos protestos de 2015 e de 2016, em Belo Horizonte. Participar de manifestações é uma experiência frequente para mim, pois tenho uma trajetória de atuação na militância pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes/SN, e pelo Movimento Camponês Popular (MCP).

Em março de 2016, participei da manifestação articulada pelo grupo pró-Aécio, na Praça da Estação, em Belo Horizonte. Muitas bandeiras brasileiras espalhadas pela praça, manifestantes, em sua grande maioria, usando roupas verde-amarelas, bonecos gigantes do ex-presidente Lula com roupas de presidiário, buzinaço por todos os cantos, e um trio elétrico estrategicamente localizado, de

onde se ouvia o seguinte trecho de uma música cantada em ritmo de carnaval: “sou brasileiro, na segunda sou guerreiro, sexta-feira cachaceiro, domingo artilheiro.”

O trio era um espaço que ora servia de palanque para discursos de alguns organizadores do protesto, ora de palco para apresentações de artistas locais. Uma dupla sertaneja sobe ao palco, faz um breve discurso contra a corrupção no país, e embala o público com seus últimos sucessos, com músicas religiosas e encerram sua apresentação ao som do hino nacional. Fiz algumas filmagens e pedi para tirar fotos dos manifestantes com seus cartazes. As faixas “Pela soberania nacional”, “Intervenção Militar, Já!” “Fora Ladrocrazia Petista”, “Fora Dilma”, “Basta de corrupção”, “Não vamos pagar a conta do PT”, “Somos Bolsonaroianos”, chamavam a atenção.

Ainda em março de 2016, lá estava eu registrando e acompanhando o protesto de militantes de esquerda, em defesa da democracia e a favor do governo do PT. Nas ruas, manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), e milhares de pessoas caminhavam pela Avenida Afonso Pena, em direção à Praça Afonso Arinos, em Belo Horizonte, onde outros movimentos sociais e sindicais se encontraram. Difícil fazer registros. O protesto me embalava. Guardei minha câmera e segui caminhando. “Não vai ter golpe!” era o grito mais ouvido. No carro de som, representantes de movimentos sociais denunciavam a manipulação da grande mídia no país, e cantavam a música dos trabalhadores rurais. “A marcha é pela democracia”, dizia um senhor ao microfone, convidando as pessoas que assistiam, das calçadas, a participarem da caminhada. Dois jovens agredem os manifestantes: “vagabundos, corruptos!” Alguns militantes respondem: “fascistas!” Policiais militares, em suas motos, reforçam a segurança. A caminhada continua. Na Praça Afonso Arinos, em frente à Faculdade de Direito da UFMG, as bandeiras vermelhas do PT e com o rosto de Dilma Rousseff eram hasteadas. O coração batendo ao ritmo dos gritos dos manifestantes: “Quem somos?”

Presenciei, minutos depois, os efeitos do atentado ocorrido em Barcelona, em agosto de 2017, na ocasião em que realizava meu estágio doutoral, na Universidade Autónoma de Barcelona. Subindo as Ramblas, em direção à Praça Catalunha (uma das regiões mais turísticas da cidade), fui surpreendida por uma multidão de pessoas que corriam em direção contrária a mim, desesperadas. Gritavam por

socorro, tentavam entrar em lojas e restaurantes, que fechavam rapidamente suas portas, choravam e buscavam saídas pelas ruas laterais às Ramblas. Sirenes de ambulâncias, que subiam a rua rapidamente, carros da polícia, que paravam, estrategicamente, em alguns pontos das Ramblas, muitos policiais tentando retirar as pessoas das ruas, pânico generalizado, medo, desespero. Sem entender o que estava acontecendo, comecei a correr, junto com as outras pessoas. Quando consegui entrar em uma pequena rua, tão comum na *Ciutat Vella*, perguntei a um policial o que estava acontecendo, e ele gritou para que eu saísse dali, imediatamente.

Corri muito, apavorada, porque escutei de outros policiais: “é um atentado terrorista”. Depois que encontrei um lugar seguro, e afastado das Ramblas, enquanto me acalmava, perguntei a um grupo de pessoas, que estavam ali, isolados porque a rua estava bloqueada pelo policiamento, o que havia realmente ocorrido. Uma van havia subido, em alta velocidade, pelas Ramblas, em direção à Praça Catalunha, e atropelado várias pessoas que estavam no local. Depois de mais de uma hora, fomos liberados pela polícia, e pude acompanhar os detalhes da tragédia, pelos noticiários na tv. Mais de 130 pessoas ficaram feridas, e pelo menos 13 morreram. Dos quatro suspeitos de provocarem o atentado, três foram detidos e um ficou foragido por alguns dias, provocando mais pânico entre os moradores da cidade. Durante muitos dias, Barcelona permaneceu enlutada, eventos foram cancelados, as pessoas se isolaram em suas casas, e uma mistura de sentimentos mudou a rotina das pessoas: terror, violação, indignação, medo. A cada novo detalhe da tragédia, divulgada pela mídia, mais violência.

Particpei das manifestações contra a violência, que aconteceram um dia depois dos atos de repressão praticados pela polícia espanhola contra os eleitores que participavam da votação do plebiscito pela independência da Catalunha, em outubro de 2017, na cidade de Barcelona. A violência da polícia espanhola durante a consulta popular ganhou ampla cobertura pela imprensa mundial e, sobretudo, pela mídia catalã. O comércio, no centro da cidade, ficou praticamente fechado. Revolta da população catalã, nas ruas, denúncias de repressão praticada pelo governo espanhol, que enviou a guardia civil espanhola para controlar as eleições, violentamente. Milhares de manifestantes, nas ruas, gritavam palavras de ordem,

cantavam hinos catalães e insultavam a polícia espanhola (que não reagiu). Insurreição nas ruas. Convocação de greve geral. Revolta da população.

Pude acompanhar, também, as manifestações a favor (e contrárias) à independência da Catalunha, que se estenderam pelos meses de setembro, outubro e novembro de 2017, e que culminaram na declaração da independência da Catalunha (que não foi validada pelo governo espanhol), em eleições parlamentares, na prisão de representantes do governo catalã, da aplicação do Artigo 155 e da intervenção, pelo governo da Espanha, da Catalunha. Durante meses, pude ouvir pannels das sacadas dos apartamentos no Born, bairro onde morava. Uma grande tensão política e muitos conflitos entre independentistas e anti-separatistas. Foram meses de muita agitação, em toda a Espanha. Pude observar, também, a forte presença dos discursos de ódio, nas ruas, e muitas características semelhantes às manifestações brasileiras dos últimos anos, levando-se em consideração, as singularidades e as especificidades de cada acontecimento, historicamente situado.

Minha trajetória e imersão no campo dos estudos sobre a violência desdobra-se nesta pesquisa, inscrita nos campos da mídia e da violência, onde investigo os discursos de ódio produzidos e proliferados em torno das manifestações ocorridas entre os anos de 2013 e 2016, no Brasil, por meio da análise de fragmentos de reportagens produzidas e veiculadas pela mídia nacional, sobre as manifestações. A importância de se investigar a forma pela qual a violência vem sendo enunciada dá-se pelo entendimento de que a própria noção de violência deve ser ampliada: em torno dessa noção, uma série de práticas discursivas e não discursivas são produzidas, acionadas, (re)inventadas, autorizadas pela mídia, articuladas a outras produções discursivas (nos campos jurídico, policial, político) que se reforçam e se legitimam mutuamente, operando em direção à constituição dos sujeitos.

Portanto, acredito que a noção de dispositivo, tal como proposta por Michel Foucault, é uma inovação teórico-metodológica no campo dos estudos sobre a violência. Os discursos de ódio são uma verdade de seu tempo, em que a singularidade do discurso e as práticas não discursivas conectam-se estrategicamente no/pelo dispositivo, em determinadas circunstâncias, historicamente datadas.

Há uma tendência à dissociação das análises, nas diversas áreas do conhecimento, quando se trata de pesquisar a violência. É tentador justificar a

violência a partir de traços de personalidade, ou atribuir a “culpa” a uma trajetória de experiências contínuas de violência (o famoso ciclo da violência), à fragilização dos laços sociais, e a exclusão, por exemplo. Importante, a meu ver, é pensar no *entre*, nas redes. Wiervioká (1997) enfatiza que a violência se renova tanto em suas percepções subjetivas quanto em suas realidades históricas, nas sociedades contemporâneas.

Segundo Revel (2005), o termo dispositivo aparece na obra de Foucault nos anos 70, e, provavelmente está ligado à sua utilização por Deleuze e Guatarri (1972), na obra *Anti-Édipo*. Inicialmente, o conceito designa as estratégias, técnicas e formas de assujeitamento utilizadas nas relações de poder. Ao longo de sua obra, a noção de dispositivo substitui gradualmente a ideia de *episteme*, recebendo reflexões cada vez mais amplas e precisas em seus estudos sobre a sexualidade. Em sintonia com essa ideia, Castro (2006) afirma que a *episteme* constituía-se como objeto de descrição arqueológica e a fase genealógica centra-se na descrição do dispositivo, ao introduzir a analítica do poder e ao articular a ordem do discursivo e do não discursivo.

Nesta pesquisa, analisei os enunciados numa perspectiva arqueogenealógica, ou seja, inauguro este trabalho com a análise das condições de emergência dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras, pensando na rede de elementos que constitui e que sustenta o dispositivo, tendo em vista a produção e circulação de saberes sobre as manifestações, e a fabricação do sujeito-manifestante. Em um segundo momento, busco descrever as relações de poder imanentes aos processos de objetivação/subjetivação dos indivíduos-manifestantes, e naquilo que diz respeito à repressão e normalização desse indivíduo, nas/pelas práticas de campos distintos – mídia, política, aparato jurídico-policia.

Segundo Weinmann (2006), o fato de um dispositivo intervir sobre o campo de forças em que se insere produz um confronto inevitavelmente tenso (pelos efeitos de resistência que provoca), tornando a estabilidade de um dispositivo incerta e reversível, produzindo a necessidade de rearranjos constantes em sua configuração, e gerando fissuras nos estados de dominação que tal dispositivo engendra. As práticas de liberdade são intrínsecas às relações de poder, provocando-as incessantemente. O exercício de poder implica resistência e esse é o porquê de as relações de poder engendrarem estratégias móveis, instáveis e heterogêneas.

Para compreender como o sujeito-manifestante é produzido nos/pelos discursos de ódio, assim como as modalidades de manifestações construídas, em cada momento, desenvolvo este estudo tomando a noção de dispositivo enquanto chave-analítica, mas, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, o leitor observará que outros conceitos, amalgamados à noção de dispositivo, também são discutidos. Considerando a natureza de nosso objeto – a violência – me proponho a estudar a formação e constituição do que nomeio como dispositivo da violência e, como uma das hipóteses gerais da pesquisa, investigo os elementos que compõem a rede do dispositivo, buscando captura-los, momentaneamente, em sua multiplicidade e polifonia.

Um trabalho que tenha o objetivo de pensar com Foucault exige deslizamentos importantes no campo dos estudos sobre a violência. Vejamos. Acionar a noção de dispositivo da violência, a meu ver, chacoalha análises polarizadas de causa-efeito, transcendentais ao sujeito, e que priorizam as superestruturas condicionantes da produção de violência aos moldes de um *modus operandi* a serviço do capital; igualmente ultrapassa interpretações que atomizam o sujeito, única e última realidade passível de intervenções e explicações das possíveis causas da violência; e, finalmente, descarta leituras puramente linguísticas já que discurso, aqui, é compreendido enquanto prática social imanente ao dispositivo da violência.

Continuando o diálogo, para Foucault (1995, p. 232), “o trabalho analítico não pode proceder sem uma conceituação dos problemas tratados, conceituação esta que implica um pensamento crítico – uma verificação constante”. Essa verificação é tarefa que implica conhecer as condições históricas de produção dos discursos de ódio, as racionalidades que sustentam esses discursos e suas relações com o poder.

A tarefa de desemaranhar as linhas de um dispositivo não se limita apenas em descrever as linhas que o compõem; cartografar o dispositivo exige que a pesquisadora se instale sobre as suas linhas, delineando os processos mediante os quais se pode definir o que somos, o que estamos deixando de ser, e aquilo em que estamos nos tornando. Dito de outra forma, as linhas que atravessam os dispositivos, (n)os arrastam em todas as direções e, em diagonal.

Para Prado Filho e Teti (2013), o dispositivo constitui uma peça central da política moderna. Como uma maquinaria sofisticada e atualizada, o conceito-realidade- dispositivo é, ao mesmo tempo, conceito e prática, objeto e método, alvo de estratégias de desmontagem e resistência que recusa a racionalidade verticalizada e hierarquizada dos “grandes saberes modernos.”

O que nos parece óbvio deve ser investigado. Os discursos de ódio devem ser compreendidos para além de uma forma de protesto contra um governo, um grupo, ou uma classe social. Como assinala Foucault (1995), são batalhas contra o “governo da individualização” cujo principal objetivo é uma forma de poder. Com mais detalhes, o autor aponta que:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdades, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*, **sujeito a alguém** pelo controle e dependência, e **preso à sua própria identidade** por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235, grifos meus)

Wiervioka (1997) defende a ideia de um novo paradigma da violência, construído através da análise das mudanças relativas às principais fontes de violência desde as décadas de 1960 e 1970, seus significados, percepções e suas formas de abordagem no campo das ciências sociais. Tal paradigma é, segundo esse autor, uma das características do mundo contemporâneo. Assim, tanto como realidade histórica quanto como representação coletiva e como objeto de análise e de reflexão, a violência contemporânea parece modelar um novo paradigma. A meu ver, a aposta de um novo paradigma da violência inscreve-se na produção de regimes de verdade sobre esse dispositivo. Não me deterei a uma exploração aprofundada sobre a noção de paradigma aqui, mas, aponto para o fato de que se trata de uma racionalidade, de um dos elementos na economia das relações de poder que atravessam o dispositivo da violência.

Importante compreender que, para além das análises polarizadas entre coxinhas *versus* petralhas, tão comumente apresentadas pela grande mídia, imanentes às relações de poder, estão presentes as práticas de liberdade e a ocupação das ruas brasileiras reflete essa dimensão de resistência, em que a

atuação dos militantes produz deslocamentos inéditos na realidade, de transformação e de invenção; espaço que forja subjetividades outras. É ilusório pensar que nesse jogo de forças, o principal objetivo seja ocupar o poder, como se o poder fosse um objeto que se possa ter domínio exclusivo.

Aparentemente incoerentes com o espaço democrático, pois são expressões de práticas de liberdade que reclamam por violência e por autoritarismo, os discursos de ódio se tornaram, assim, uma das estratégias necessárias para a garantia de uma sociedade “justa”, uma urgência para se “mudar o país”, para se normalizar condutas, para se afirmar regras e padrões de comportamentos dos “honráveis brasileiros de bem”, como pude observar, ao longo da pesquisa.

O funcionamento do dispositivo da violência, nas manifestações, nos leva a um deslocamento que vai desde o aparecimento de “salvadores da pátria”, – a votação do impedimento da presidenta, em 2016, é um exemplo – passando pela legitimação de determinados discursos político-partidários que ditam ações eficientes para se superar a crise, até a produção de subjetividades fascitoides, que alimentam uma cultura da violência, da intolerância, do ódio e do preconceito, na busca de se garantir espaços de liberdade. Sobre esse assunto, Fernandes Junior (2016), ensina que:

São as práticas discursivas de um dado momento histórico que apagam, constroem, legitimam ou dão visibilidades a dados saberes construídos. Vivemos em uma sociedade em movimento, cujas constantes mudanças promovem a constituição de sujeitos que buscam se constituir nesse contexto. Mudanças que geram medo, insegurança, para citar esses exemplos, que, por correspondência, estão vinculados a um paradoxo atual: o desejo de segurança e o exercício de liberdade. (FERNANDES JUNIOR, 2016, p. 212)

Se, nas décadas de 1960 e 1970 a violência, no que ela apresentava de mais concreta, ainda podia ser justificada, hoje, suas percepções escorregam por um “arco discursivo”, que varia desde o combate a qualquer instrumentalização de violência, passando por sua dissimulação e banalização, através da exploração de violências cotidianas, “desapercebida” no prolongamento dos problemas sociais sob uma despretensiva ideia de que o brasileiro é um “povo pacífico”, chegando a um pacto mais ou menos velado que autoriza práticas violentas, em condições situadas como, por exemplo, em contextos em que as diferenças se tornam objeto de medo, e os diferentes são rotulados como “perigosos”, como nas manifestações brasileiras.

As perguntas deslocam-se de uma análise que privilegia a dupla interrogação “O que é a violência?” “De onde vem a violência?” para uma investigação que parte do pressuposto de que não há uma violência *a priori*, fundamental, mas, que há elementos que se inscrevem no dispositivo e que se relacionam na produção de formas de governo de si e do outro. O dispositivo produz discursividades e carrega em si determinadas vontades de verdade, o que me possibilitou descrever, nesta pesquisa, a produção de saberes, imanentes ao jogo de poder, que objetiva e subjetiva o indivíduo-manifestante. Ao longo desta trajetória, algumas perguntas nortearam o trabalho de investigação: quais as condições que possibilitaram a emergência desses discursos e não de outros, em seu lugar? Quais são as instituições que falam sobre as manifestações e sobre o sujeito-manifestante? Como as práticas midiáticas dão visibilidade e falam sobre o acontecimento? Quais os saberes convocados pela mídia no processo de objetivação das manifestações? Como o sujeito-manifestante é visto, em cada manifestação? Como esse sujeito é tratado? Quais são as práticas legitimadas, neste cenário? Quem é autorizado a falar sobre as manifestações?

Enfim, várias foram as questões que me acompanharam, ao longo da construção deste trabalho. Embora o problema da violência não tenha sido objeto de investigação na obra de Foucault, utilizo seus preceitos para estudar os discursos de ódio que circulam em torno das manifestações brasileiras recentes, e que produzem a identidade do sujeito-manifestante, através da ideia de dispositivo.

A tese está organizada em três capítulos, todos eles tratados como artigos em construção. Cada um, portanto, guarda certa autonomia com relação aos demais, mas, ao mesmo tempo, são articuláveis pelo fio condutor da caixa de ferramentas foucaultiana, principalmente a noção de dispositivo, e pela discussão de tal noção, como proposta por Deleuze (1990).

Portanto, as orientações teóricas e as ferramentas metodológicas que me permitiram entender e descrever de que maneira e com que elementos o dispositivo da violência é articulado, a partir dos discursos de ódio analisados, foi fundamentada nos estudos de Michel Foucault, no intuito de se compreender a complexidade do conceito de dispositivo, apostando nas maneiras pelas quais eu poderia evidenciá-lo na produção discursiva midiática, especialmente, nos trechos das notícias selecionadas sobre as manifestações brasileiras recentes. Para cumprir tal tarefa,

realizei um estudo dos elementos que compõem esse dispositivo, quais sejam: as linhas de visibilidade e de enunciação, que constituem os saberes do dispositivo, linhas de força, que articulam as relações de poder entre as práticas produzidas, e linhas de subjetivação, às quais, instituindo certas tecnologias do eu ao indivíduo-manifestante, possibilitam a produção de certo sujeito-manifestante e permitem que ele encontre condições de enunciar-se e de ser enunciado pelo discurso e pelas relações saber-poder que lhe são imanentes.

Neste percurso, me interessa saber quais são os saberes que constituem o conjunto de enunciados produzidos e veiculados pela imprensa brasileira, e sobre o que interessa fazer ver e fazer falar sobre as manifestações e sobre o perfil dos manifestantes. Concluo que parte dos saberes produzidos sobre as manifestações emergem de crenças historicamente construídas sobre o papel dos movimentos sociais, sobre o perfil de determinados tipos de manifestantes, que refletem uma polarização entre representantes de partidos de esquerda e de direita, no Brasil, bem como da relação que se mantém com as práticas político-partidárias, a partir de determinada ideia sobre padrões de brasilidade colocados na ordem do discurso.

No primeiro capítulo, a tarefa foi a de descrever a formação de um dispositivo da violência, através da análise dos discursos de ódio construídos em torno das manifestações ocorridas em 2013, no Brasil. A porta de entrada para minhas análises foi as manifestações contra o aumento do preço das passagens de ônibus e do metrô, em São Paulo, lideradas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Como um dos efeitos produzidos por essas manifestações, as “jornadas de junho” são o foco das análises, na subseção seguinte. Sigo uma cronologia histórica das manifestações, nesse momento.

Busco compreender como, a partir desses dois acontecimentos específicos, certas modalidades estratégicas de manifestações puderam adquirir existência, caracterizadas pela emergência dos discursos de ódio, nesse cenário. Essa incursão inicial me permitiu verificar as condições de surgimento dos discursos de ódio, e me permitiu destacar um ponto importante do dispositivo: sua capacidade de responder a uma demanda histórica. O material de análise está circunscrito aos fragmentos de notícias produzidos e veiculados pelas mídias G1 da Globo e UOL NOTÍCIAS, ambos, portais de grupos nacionais de comunicação, e o critério de seleção das reportagens foi o discurso de ódio veiculado por elas.

No segundo capítulo, investigo a regularidade discursiva identificada nos discursos de ódio em torno das manifestações contra a Copa do Mundo de 2014 e daquelas ocorridas após as eleições presidenciais, no Brasil. O material de análise são recortes de notícias sobre esses acontecimentos, divulgados pela grande mídia nacional. A noção de discurso, como pensada no campo da Análise do Discurso em uma perspectiva foucaultiana, e os trabalhos no campo da Psicologia Discursiva, me orientaram nessa tarefa.

No terceiro capítulo, me dedico aos estudos sobre os processos de objetivação/subjetivação do indivíduo-manifestante. Nesse momento de fechamento da pesquisa, me detive no material divulgado pelo UOL NOTÍCIAS sobre as manifestações ocorridas nos anos de 2015 e de 2016, e analisei como o funcionamento do dispositivo constrói a identidade do manifestante-odioso.

Afirmo que a violência não se limita a uma conduta transgressora, a uma forma específica de se governar, a uma instituição disciplinadora e/ou a uma modalidade ou instrumento. Imbricada nas relações de poder, a violência se enraíza no conjunto da rede social, direcionando e modelando formas de ser, de existir. A noção de dispositivo da violência é necessária para se compreender as teias que se entrecruzam e que compõem essa rede que, assim como o tapete de Penépole, não têm fim.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, afirma Lazzarato (2011, p. 304), a “polícia política” opera tanto pela distribuição de papéis quanto pela prescrição de determinados tipos de vida, a um “*ethos*”, uma verdadeira “feira de vidas”, que implica em como comer, como amar, como se vestir, como falar, por exemplo. “O consenso democrático é a neutralização da *parresia*, do dizer-verdadeiro, da subjetivação e da ação que dela decorre” (*Idem*). Não se trata de negar a exclusão e a miserabilidade, realidades violentas no Brasil, e sim incorporar esses elementos no conjunto heterogêneo da complexa rede do dispositivo da violência, não como determinantes, mas imanentes.

Pensar o dispositivo da violência, através dos discursos de ódio produzidos nas manifestações, requer uma análise que, antes de tudo, não privilegie o ato político de maneira isolada, mas que viabilize a conexão entre os modos de subjetivação, as práticas discursivas e não discursivas, e as técnicas que são

utilizadas para reprimir, assujeitar e modelar as condutas dos outros. Sujeito, saber e poder devem ser considerados de forma amalgamada.

Para Rancière (2014), experimentamos hoje um ódio endereçado à democracia, que se constitui de forma paradoxal: de um lado, revela-se contra uma forma de governo considerada ditatorial, autoritária ou tirânica, em cada época e, de outro, esconde uma oposição mais íntima, onde o governo democrático eficiente é aquele capaz de controlar as ameaças iminentes à própria vida democrática.

O objetivo de nossos governantes é rechaçar o sistema democrático, bem como os saberes do povo, ignorantes políticos diante dos saberes especializados dos gestores. A tentativa é, então, se livrar do povo e o objetivo é imanente à sua própria prática, como pontua Rancière (2014, p. 52): “despolitizar os assuntos públicos, situá-los em lugares que não sejam lugares e que não deixam espaço para a invenção democrática de lugares polêmicos”.

Neste trabalho, não busco caracterizar o dispositivo, em toda a sua amplitude, no contexto das manifestações, mas, antes, interessa-me cartografar as condições de emergência dos discursos de ódio, e sua operacionalidade e funcionalidade no/pelo dispositivo, compreendendo como as discursividades veiculadas pela mídia põem em circulação determinados regimes de verdade sobre as manifestações e sobre o sujeito-manifestante (e de que forma isso se constitui como elementos mesmo do dispositivo). Busco, assim, formas de justificar minhas análises acerca do modo como esse dispositivo é, atualmente, operacionalizado, produzido e atualizado em espaços como a mídia. Espero que esta pesquisa potencialize considerações históricas mais amplas, em outros momentos, e contribua para os estudos no campo da violência, impulsionando outras possibilidades de análise dos processos psicossociais.

Por fim, discuto a produção de racionalidades sobre as manifestações, em cada momento, e a instituição de determinada ‘normalização’, nesses espaços, e analiso a fabricação de subjetividades no/pelo dispositivo, através dos discursos de ódio veiculados pela mídia. Trata-se, portanto, da investigação de determinadas experiências produzidas em torno das manifestações, que são produzidas, agonisticamente, por um dispositivo que busca responder a uma demanda de nosso tempo: a solução das crises enfrentadas pelos brasileiros.

2 A CONSTITUIÇÃO DE UM DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA: ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ÓDIO EM TORNO DAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS DE 2013

Apresentamos, neste capítulo, os primeiros passos em direção ao que vislumbramos enquanto dispositivo da violência. Nesta tarefa, a noção de dispositivo como concebido por Michel Foucault (1979) é chave-analítica central para nossas análises sobre os discursos de ódio que passaram a circular em torno das manifestações recentes no Brasil.

O objetivo deste capítulo é descrever a formação de um dispositivo da violência, constituído pelos discursos de ódio, em torno das manifestações brasileiras ocorridas no ano de 2013. Nesse acontecimento, a emergência dos discursos de ódio – e não de outros em seu lugar – é uma das vias que nos possibilitam a) descrever a prática discursiva midiática sobre o cenário das manifestações; b) identificar os elementos que configuram os discursos de ódio nas redes discursivas que constituem o dispositivo; c) realizar uma cartografia dos discursos de ódio enquanto elementos que configuram e que dão sustentação ao dispositivo da violência.

Os ensinamentos de Michel Foucault e as discussões propostas por Gilles Deleuze (1990), sobre a ideia de dispositivo nos orientam na tarefa de delinear as linhas que compõem e que atravessam o dispositivo da violência, tendo em vista os enunciados produzidos e divulgados por duas imprensas nacionais sobre as manifestações ocorridas no mês de junho de 2013, no país.

Uma das importantes contribuições dos trabalhos de Foucault é pensar a pesquisa como um potente instrumento de transformação de determinados estados de coisas e de produtor de novas realidades, já que o acontecer da pesquisa modifica não apenas o pesquisador, mas “ao analisar o caráter e as correlações de seus objetos, em seus eixos de saberes, poderes e subjetivações, configura-o como entidade contingencialmente produzida e passível de ser transformada”. (FERREIRA NETO, 2015, p. 415)

Não é tarefa fácil descrever de maneira pormenorizada a linguagem jornalística, já que existe uma diversidade de tipos de imprensas (jornais, revistas) veiculadas através de diferentes meios (*internet*, impresso, televisionado) e com periodicidades variadas. Além disso, o tipo de público leitor é um dos fatores mais

importantes para a construção da notícia, orientando produções discursivas singulares.

Podemos, ainda, citar outros fatores, como por exemplo, as posições ideológicas de cada grupo midiático, seus contextos organizacional e profissional, com suas rotinas próprias e os recursos financeiros disponíveis. (DUARTE, 2006).

Neste trabalho, o material analisado está circunscrito à linguagem verbal em sua modalidade escrita, especificamente aos registros de linguagem que veiculam discursos de ódio divulgados pelas reportagens do G1 da Globo e pelo UOL NOTÍCIAS. A escolha por essas duas imprensas se justifica pelo fato de serem as duas maiores referências jornalísticas do país. Segundo dados do IBOPE Online, o UOL é o maior portal em atividade do Brasil, com mais de 50 milhões de visitantes por mês, e o quinto site mais visitado no país, atrás apenas do Google Brasil, Google EUA, YouTube e Facebook. O G1 da Globo faz parte de um dos maiores grupos midiáticos nacionais, e conta com uma rede de cobertura que abrange todos os estados brasileiros, além da maior audiência televisiva do país.¹

Cientes da variedade de critérios de noticiabilidade utilizados pelas mídias e da diversidade de teorias sobre o processo de construção da notícia (DUARTE, 2006; SANTOS, 1999; SODRÉ, 1973, 2002; SOUZA, 2000; TRAQUINA, 2001; THOMPSON, 2004) a escolha dessas duas mídias foram feitas a partir dos seguintes critérios: a) abrangências de circulação (*online*, impressa e televisiva), b) pelo alto índice de público-leitor – sendo os dois maiores grupos midiáticos do país – e, c) pelo fator tempo na construção das notícias sobre as manifestações, o que justifica nossa escolha pela coleta *online* do material de análise.

O tempo é um elemento significativo no processo de seleção da notícia. Ele confere atualidade, ineditismo e competência às matérias, categorias muito valorizadas no campo jornalístico, e responsáveis pela escolha do que se noticia e da forma como será noticiado. A cobertura das manifestações, por exemplo, aconteceu em tempo real, ou seja, as manifestações são classificadas como notícias

¹ É importante esclarecer que as mídias selecionadas como fonte de análise desta pesquisa são grandes mídias nacionais com posturas político-ideológicas claramente conservadoras. A escolha por essas mídias, portanto, também se justifica pelo fato de veicularem, em suas reportagens, discursos de ódio explícitos, de forma não problematizada e extremamente tendenciosa. Há outros portais nacionais que possuem tratamento e posicionamento bem distintos das manifestações, se comparados à essas grandes mídias. As revistas Carta Capital e Carta Maior, e o portal Caros Amigos são alguns exemplos.

“duras” (*hard news*) sobre um dado acontecimento que quebra, de maneira inesperada, a rotina diária das cidades.

O formato de noticiabilidade segue uma cronologia no tempo-espço em que as manifestações acontecem, como uma ‘linha do tempo’ em processualidade. (*running stories*). Tais manifestações são acontecimentos recentes (*hot news*) que não estavam programados na agenda das instituições midiáticas, o que provoca ruptura com a ordem “esperada” dos acontecimentos (*spot new*). Portanto, o tempo é um elemento que nos possibilita vislumbrar o processo de construção da notícia em sua dinamicidade. (SOUZA, 2000)

Para a seleção dos trechos das reportagens, utilizamos como critério os discursos de ódio veiculados pelas matérias. A busca pelas reportagens foi feita através das ferramentas próprias disponibilizadas nas páginas *online* de cada imprensa, nos dias em que ocorreram as manifestações. De início, utilizamos como recorte temporal as datas em que as manifestações lideradas pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (doravante MPL) ocorreram, seguindo uma cronologia histórica dos acontecimentos, importante critério de noticiabilidade, como discutido acima.

De início, as palavras-chave utilizadas para a busca foram: MPL; manifestações; junho 2013. Cada reportagem sobre as manifestações disponibiliza sítios com o conteúdo das matérias divulgadas sobre as manifestações anteriores, em um formato de *running stories*, o que precisou a busca pelas reportagens, em cada dia das manifestações. Entretanto, registramos aqui algumas dificuldades enfrentadas ao longo do nosso percurso na seleção do material. Vejamos. Como manejamos mídias *online*, as matérias são atualizadas em curtos intervalos de tempo, o que produz várias reportagens no mesmo dia. A impressão que temos, à primeira vista, é a de se trata de reportagens inéditas, cada uma delas com uma cobertura diferente do dia da manifestação. Ao manusearmos o material, extremamente numeroso, vimos que, na maioria das vezes, os conteúdos eram repetidos, com pouquíssimas alterações na manchete, não apresentando (ou explorando) novas informações. As sucessivas atualizações se referiam mais à construção do texto do que a novidades na leitura do contexto.

Outra dificuldade foi o acesso ao material divulgado pelo UOL NOTÍCIAS. UOL (Universo Online) é um *site* de notícias vinculado ao Grupo Folha, cujo acesso às reportagens é limitado a cinco matérias por mês, para não assinantes. Assim, o

trabalho de busca das reportagens foi mais lento, nesse sítio. Com o refinamento da busca, tivemos acesso ao acervo da *Folha de São Paulo*, cuja consulta é filtrada por tipo de jornal veiculado pela *Folha*, ano, mês, dia, caderno e página, o que redirecionou nossa busca dentro do *site* do UOL.

Entendemos como discursos de ódio os discursos cujos conteúdos manifestam quaisquer formas de discriminação, preconceito e criminalização – social, econômica, política, cultural, de gênero, de orientação sexual, de etnia, de raça, de religião – produzindo estereótipos, incitando práticas xenofóbicas e de violência e/ou justificando o ódio e a intolerância. O dispositivo é ele próprio discursivo e não discursivo. Portanto, o discurso não paira sobre o dispositivo – é imanente a ele; não há dispositivo fora do discurso e essa conexão sustenta, portanto, o fazer metodológico da pesquisa.

Em entrevista publicada na obra *Microfísica do Poder* (1979), Michel Foucault define a noção de dispositivo como um conjunto heterogêneo formado por discursos, instituições, organizações arquitetônicas, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito e a rede entre esses elementos. Entre tais elementos heterogêneos, há um tipo de jogo das relações de força, “(...) estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.” (FOUCAULT, 1979. p. 246).

Para Foucault (1979), um dispositivo é constituído por demandas históricas e busca responder a uma urgência do seu tempo. Assim, buscamos na historicidade das manifestações, as condições de emergência dos discursos de ódio que passaram a circular na atualidade. Enquanto acontecimento discursivo, as manifestações produziram uma pluralidade de práticas (discursivas e não discursivas) cujos efeitos foram a circulação de novos discursos e de verdades a partir de distintas posições de sujeitos. Como nos esclarece Foucault (2008, p.32) “a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”

O enunciado está inserido, portanto, em um regime de forças e aquilo que emerge é o que pôde ser dito, em determinado momento. Os discursos de ódio, enquanto materialidade histórica inédita (ou seja, possuem uma existência singular e

surgem como novos elementos, nesse contexto), é tomado como uma novidade emergente nas/pelas manifestações. Sobre a análise do campo discursivo, Foucault (2008, p. 36) nos orienta que:

...trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 2008, p. 36)

Dentro desse universo polifônico de discursos, delimitamos os discursos de ódio como material de análise da pesquisa. Em consonância com Franceschini (2017, p. 27), a noção de acontecimento “nos permite pensar as condições de possibilidade do discurso em suas condições de existência e materialidade.” Portanto, as manifestações brasileiras colocam em circulação uma nova regularidade discursiva onde podemos localizar os discursos de ódio como um dos elementos singulares da ordem do discurso. Assim, a questão que é pertinente para tal análise, segundo Foucault (2008, p. 36), “poderia ser assim formulada: que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?”

Em consonância com Foucault (2008, p. 26), em que “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”, nossa trajetória de investigação tem início nas manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus e do metrô, na cidade de São Paulo, lideradas pelo MPL, e que se desdobraram nas chamadas ‘jornadas de junho’, no ano de 2013.

Ao traçarmos os diagramas que vão se emaranhando no dispositivo, a aposta é a de que os contornos iniciais de suas linhas começam a ser tecidos naquele momento, já que o dispositivo vai se configurando em consonância com elementos sócio-históricos na tentativa de se responder a uma demanda do nosso tempo, a saber: quais seriam as alternativas possíveis para o enfrentamento da suposta crise vivenciada no Brasil.

Pensando o dispositivo como o entrelaçamento de práticas de saber, poder e de subjetivação, Deleuze (1990) o associa à ideia de um novelo, composto por uma multiplicidade de linhas de naturezas distintas que o atravessam em todos os sentidos e em diagonal. Nesse percurso, as formas que vão ganhando contornos nunca são definitivas ou estáveis, pois, há linhas de sedimentação, duras, que podem estratificar um dispositivo, mas, também há linhas de fuga que, ao se

quebrarem, produzem variações de direções ou, bifurcam-se, engendrando derivações que possibilitam transformações.

As linhas, segundo Deleuze (1990) são vetores ou tensores que se mesclam e se entrecruzam, operando em um devir. Nesse emaranhado, as instâncias de análise privilegiadas por Foucault – Saber, Poder e Subjetividade – não são homogêneas, nem possuem contornos definidos, mas consistem em cadeias de variáveis que se desdobram umas em relação a outras. Um dispositivo é “uma máquina de fazer ver e fazer falar”, que comporta quatro tipos de linhas: de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetivação. Para a análise do material de pesquisa, nos debruçaremos sobre esses vetores. Sobre as maneiras de se estudar um dispositivo, Sargentini (2016, p.30-31) assevera que:

(...) vários gestos são necessários, dentre eles desnaturalizar aquilo que se põe como assentado na história, fazendo emergir o acontecimento; não aquele incrustado na história tradicional, mas aquele que se dá em seu processo de acontecimentalização. (...) O conceito de dispositivo é, portanto, pautado na noção de rede, de relações estratégicas, considerando que teórica e metodologicamente auxilia-nos a reunir a dispersão dos discursos e acompanhar as práticas discursivas que de forma ramificada produzem, em um ruído silencioso e contínuo, as transformações dos discursos que circulam na sociedade. (SARGENTINI, 2016, p. 30-31)

Aqui, a tentativa é a de se instalar nas linhas que constituem e que atravessam o dispositivo da violência, buscando capturar através dos discursos produzidos no contexto das manifestações, a capilaridade heterogênea de elementos que compõem essa maquinaria discursiva. Segundo Spina (2016), as análises sobre as manifestações de junho de 2013 utilizam variados termos, a saber, – jornadas de junho, manifestações de junho, rebeliões, revoltas, protestos de junho de 2013, manifestações de rua de 2013, manifestações, ciclo de protestos, levante e acontecimentos de junho. Essa variedade de expressões indica que as interpretações sobre tal acontecimento não são consensuais entre os pesquisadores.

Como trabalhamos com a discursividade que vem sendo produzida em torno das manifestações, os enunciados elaborados pelos sujeitos do discurso são objetos de análise. Assim, as classificações das manifestações, em cada momento, estão relacionadas a questões como: o *status* de quem fala, os lugares institucionais de onde se fala e as posições ocupadas pelo sujeito que fala (FOUCAULT, 2009).

Apesar de o termo manifestação ser utilizado com maior frequência, nem sempre será utilizado como sinônimo de efeito produzido por movimentos sociais e algumas manifestações não terão o caráter de movimentos, em todos os momentos percorridos ao longo da pesquisa, como o leitor poderá observar, durante sua leitura.

2.1 “Se a tarifa não baixar, São Paulo vai parar!”

O ano de 2013, no país, foi marcado por várias manifestações que deram visibilidade a novos elementos para se pensar a atual conjuntura nacional. O ápice das manifestações ocorreu nos meses de junho e julho, período em que milhões de pessoas tomaram as ruas em várias capitais e no interior. Iniciados pelo MPL² os protestos, que tinham como pauta a luta contra o aumento das tarifas de ônibus e do metrô, particularmente na cidade de São Paulo, ganharam força e ampliaram suas reivindicações Brasil afora.

Para noticiar as manifestações ocorridas entre os dias 07 e 20 de junho, a imprensa utilizou as seguintes categorias: ato, manifestação, protesto, grupo, movimento, passeata, marcha, vandalismo, quebra-quebra, protesto violento, confusão. Destas, as categorias utilizadas com maior frequência foram: ato, protesto, vandalismo e grupo. Orientados pelo que entendemos por discursos de ódio, restringir as manifestações a um ato de vandalismo organizado por um grupo estigmatiza e desqualifica o MPL, como movimento social, além de suprimir o caráter político das manifestações. Ao classificar o movimento como vandalismo, o discurso midiático promove a intolerância, o preconceito e a violência contra representantes do MPL e demais manifestantes, e criminaliza o movimento, como podemos observar nos trechos das reportagens a seguir:

G1 07/06/2013 18h03

“Na quinta-feira (06), o protesto organizado pelo MPL terminou com interdições de vias, vandalismo e 15 detidos. O vandalismo de quinta-feira atingiu as estações Brigadeiro, Trianon e Vergueiro do Metrô, além do Shopping Paulista, bases móveis da PM, bares e bancas de jornais da região.”

G1 11/06/2013 23h12

“É o 3º dia de protestos violentos desde reajuste; 20 pessoas foram presas. Manifestantes quebraram agências bancárias e atearam fogo a ônibus.”

² O MPL é um movimento social apartidário (mas não anti-partidário), horizontal, autônomo e independente, que luta por um transporte público gratuito para a população e fora da iniciativa privada. Tais informações estão disponibilizadas no site www.tarifazero.org/mpl

O Ministério Público de São Paulo informou que irá instaurar inquérito civil público contra os responsáveis pelo quebra-quebra na capital durante os protestos. A Promotoria pretende identificar e responsabilizar legalmente os manifestantes que depredaram patrimônios públicos e privados e causaram congestionamentos.”

Focalizando apenas um protesto local contra o reajuste do preço das passagens e, ao divulgar uma imagem negativa das manifestações em suas reportagens, a mídia associa a imagem de vândalos à identidade dos manifestantes, dando relevo apenas aos atos de vandalismo como efeitos da manifestação: prejuízos materiais, perturbação da ordem pública e confrontos entre manifestantes e policiais. Nos trechos das matérias adiante, podemos observar que as estratégias utilizadas para se combater a ameaça dos manifestantes são autorizadas por práticas de retirada de direitos e de desrespeito à cidadania daqueles que manifestam.

G1 06/06/2013 18:00h

“Na quinta, as manifestações deixaram um rastro de destruição e sujeira na Avenida Paulista. das 15 pessoas levadas para 78º distrito policial, nos jardins, duas permanecem detidas no começo desta noite.”

G1 07/06/2013 19h18

“A polícia disparou bombas de gás lacrimogênio e atirou com balas de borracha contra os manifestantes por volta das 19h20.”

G1 11/06/2013 23h12

“Segundo a Secretaria da Segurança Pública, 20 pessoas foram presas – 18 foram levadas ao 78º Distrito Policial, nos Jardins, e duas ao 1º DP, na Liberdade. A fiança foi arbitrada em R\$ 20 mil para cada um dos presos.”

G1 14/06/2013 01h07

“Enquanto lojistas fechavam as portas para evitar depredação, a Polícia Militar prendia dezenas para averiguação. Segundo a PM, foram apreendidos coquetéis molotov, facas e maconha.”

G1 14/06/2013

“Ao falar sobre o comportamento dos manifestantes, Alckmin ressaltou atos de vandalismo. “O que nós vimos foi um ato de violência, de vandalismo, deixando um verdadeiro rastro de destruição.”

Também em entrevista nesta sexta, o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, defendeu a ação da PM no protesto. ‘A atuação da polícia foi correta e nós temos o compromisso de esclarecer todos os casos de abuso’, afirmou.

Não somente as técnicas de controle e de disciplinarização, mas, também, o biopoder e as técnicas de segurança fabricam o sujeito contemporâneo, já que constroem o campo de possibilidades de suas ações, suas vontades e suas escolhas. As técnicas de poder que vimos surgir, nos séculos XVII e XVIII eram

técnicas essencialmente centradas no corpo individual. Eram técnicas que asseguravam a distribuição espacial desses corpos, sua organização e visibilidade, que se incumbiam desses corpos através de uma tecnologia disciplinar do trabalho. (FOUCAULT, 1999)

Durante a segunda metade do século XVIII, Foucault (1999) nos aponta que o que pudemos observar foi o aparecimento de uma nova tecnologia, que não exclui a técnica disciplinar, porque está em outro nível, se ampara por outros suportes e é auxiliada por técnicas diferentes, mas, que a modifica, a integra e se efetiva graças à essa tecnologia disciplinar prévia. Diferentemente da tecnologia que se dirige ao homem-corpo, essa nova tecnologia que se instala, no final do século XVIII, se dirige ao homem-espécie, à massificação, ao controle da população: de suas taxas de natalidade, de mortalidade, de longevidade, das doenças reinantes, do envelhecimento. É o nascimento do biopoder que, nas palavras de Foucault (1999, p. 289):

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana. (FOUCAULT, 1999, p. 289)

Os mecanismos utilizados pela polícia (e legitimados pelo governo de Alckmin) buscaram, através da violência, agenciar ao máximo a insegurança, o medo e as incertezas da população da capital paulista, provocadas pelas manifestações, nas ruas. O biopoder, como tecnologia que se centra na vida, procura controlar a série de eventos que podem ocorrer em uma população, e eventualmente modificar a probabilidade desses eventos, e compensar seus efeitos. Através do ataque violento aos manifestantes, da criminalização das manifestações, busca-se restaurar o equilíbrio biológico do conjunto da população.

O que é classificado como manifestação – ato de violência, vandalismo – sua (des)legitimação pelos discursos de autoridades políticas e pela polícia, a fabricação da imagem do manifestante-vândalo, a descredibilidade da pauta de reivindicações (vista como infundada e não justificável) autorizam práticas violentas de combate aos manifestantes e de enfrentamento das manifestações. Tais discursos inventam determinadas racionalidades sobre os manifestantes e as manifestações e forjam

suas legitimidades (através de discursos de autoridades, fortemente explorados pela mídia, e pela própria mídia). Inseridos em um regime de saber-poder-verdade, tais elementos fabricam determinadas maneiras de se apreender o acontecimento.

As manifestações se resumem a um campo de guerra entre manifestantes e policiais e as estratégias de combate utilizadas se justificam através de discursos que culpabilizam os próprios manifestantes por sua condição de vítimas de violência. É o que veremos nos depoimentos do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, de policiais militares, e de nota divulgada pela corporação da Polícia Militar (PM), nos fragmentos que se seguem:

G1 14/06/2017 01h07

“Segundo o major da PM Lídio, o acordo era para que os manifestantes não subissem em direção à avenida paulista, o que não foi cumprido. ‘se não é para cumprir acordo, aguentem os resultados’, disse.”

G1 11/06/2013 23H12

“Acredito que foi o dia mais violento, pela intensidade e pela animosidade dos manifestantes, o ânimo deles, desde o início, de insultar os policiais’, afirmou o tenente-coronel Marcelo Pignatari, da PM.”

A polícia militar atuou dentro dos preceitos constitucionais para garantir o direito de livre manifestação, contudo é seu dever assegurar os direitos de toda a população, incluindo-se o direito de ir e vir. É totalmente descabida qualquer declaração de que a PM tenha agido com o intuito de insuflar a violência, informou a corporação em nota.

Alckmin criticou os recentes protestos durante entrevista na manhã desta terça à Rádio França Internacional (RFI), em Paris, onde defende a candidatura de São Paulo para a Expo 2020. Ele afirmou que interromper o trânsito em vias importantes é ‘caso de polícia.’ ‘Uma coisa é movimento, tem que ser respeitado, ouvido, dialogado. Outra coisa é vandalismo, é você interromper artérias importantes da cidade, tirar o direito de ir e vir das pessoas, depredar o patrimônio público que é de todos. Isso não é possível, aí é caso de polícia e a polícia tem o dever de garantir a segurança das pessoas’, declarou.

G1 12/06/2013 11h05

*“O prefeito Fernando Haddad (PT) disse na manhã desta quarta-feira que não vai dialogar com manifestantes que usam a violência para protestar contra o reajuste das tarifas de ônibus na cidade de **São Paulo**. “eu disse e repito que não vou dialogar em uma situação de violência, falei várias vezes. a renúncia à violência é pressuposto ao diálogo. a prefeitura dialoga com todos os movimentos sociais, não tem preconceito”, afirmou o prefeito em entrevista à **Rádio CBN**.”*

Para o prefeito, os manifestantes estão usando violência gratuita e tanto a administração municipal, quanto estadual, estão atuando juntas. ‘nós estamos procurando agir de forma conjunta, tanto a guarda civil quanto a PM para coibir esses excessos na depredação do patrimônio público e a intimidação da população que quer circular’, declarou.

Acho que, depois dos acontecimentos nessas três manifestações, a vontade dos manifestantes não é dialogar. os métodos utilizados afastam o diálogo, não aproximam. não podemos aceitar que o objetivo seja criar transtorno. o diálogo nessas condições não é possível’, afirmou Nádia, que assumiu a prefeitura nesta segunda-feira (10).”

O governador disse que o Movimento Passe Livre é um movimento político e violento. Alckmin também defendeu a atuação da corporação durante o protesto, ‘Nós temos manifestações frequentemente, isso é normal, não há nenhum

*problema em ter manifestação seja ela do que tipo for. A polícia até acompanha as manifestações para proteger inclusive os manifestantes. A polícia trabalha dia e noite para proteger a população, garantir a segurança’, afirmou.”
Também em entrevista nesta sexta, o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, defendeu a ação da PM no protesto. ‘A atuação da polícia foi correta e nós temos o compromisso de esclarecer todos os casos de abuso’, afirmou.*

Ao classificar as manifestações como ‘caso de polícia’ – reforçando os discursos da mídia e da polícia sobre as manifestações – Geraldo Alckmin autoriza a violência praticada pela polícia como forma de se evitar os riscos provocados pelas manifestações – movimento político e perigoso – de se combater a ameaça representada pelos manifestantes, e de se garantir a segurança da população. O que é visto e o que é dito sobre as manifestações e sobre o papel dos manifestantes é associado às ideias de manifestação-crime, manifestante-vândalo e, portanto, não se exige diálogo, tolerância ou respeito.

Como autoridades políticas, os discursos de Alckmin, do prefeito de São Paulo e da prefeita em exercício, ocupam posições privilegiadas na ordem discursiva sobre as manifestações e reforçam um determinado papel do Estado na garantia da segurança pública e da proteção da população, diante dessa situação. A violência estatal se legitima a partir do momento em que o movimento é criminalizado, autorizando a suspensão temporária dos direitos e da cidadania dos manifestantes nas ruas, a violência física é autorizada, como as prisões arbitrárias, o uso de balas de borracha, o confronto direto e violento entre policiais e manifestantes, por exemplo. Como nos explica Foucault (1996, p. 6) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.”

No processo de construção discursiva sobre as manifestações e sobre a identidade dos manifestantes, o discurso movimenta elementos de ordem discursiva e não-discursiva e, como afirma Veyne (2011, p. 57): “o dispositivo mistura, portanto, vivamente, coisas e ideias (entre as quais as de verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas, etc.” Considerando o tripé saber-poder-subjetividade, observamos que a relação entre esses elementos implica o funcionamento de práticas e, conseqüentemente, a produção e circulação de discursos, assim como formas de governo dos manifestantes pelos sujeitos discursivos que o tomam como objeto.

As linhas de visibilidade e de enunciação – o que pôde ser visto e como pôde ser dito sobre as manifestações e sobre os manifestantes – articulam diversificados elementos que se complementam e se reforçam, legitimam determinadas verdades sobre o acontecimento, além de se ampliarem e se sustentarem por diferentes posições de sujeito. Pode-se focar na questão do crime (ato de vandalismo, ‘caso de polícia’), nos prejuízos materiais causados (rastros de destruição) e, também, voltarmos nossos olhares para os conflitos entre manifestantes e policiais, a violência produzida, e os efeitos que os comportamentos desses sujeitos ocasionam para as instituições (políticas, econômicas, de segurança).

Além disso, é necessário administrar o medo e os riscos para as pessoas direta ou indiretamente envolvidas, controlar as mudanças na arquitetura da cidade e os territórios que são ocupados. A rotina da cidade é transformada pelas manifestações, mas tal transformação é agenciada, negociada, combatida, reprimida ou, que ‘aguentem as consequências.’

Articulando o ver e o dizer, estão as *linhas de força*, terceiro elemento do dispositivo, retificando as linhas de visibilidade e de enunciação, delineando suas formas e traçando os caminhos que serão percorridos na produção de saberes sobre as manifestações, e de que maneira tais saberes poderão manifestar sua existência, ou seja, intimamente relacionadas à dimensão do poder, as linhas de força atravessam todos os pontos do dispositivo e nos posicionam em meio às linhas, o tempo todo. As linhas de força nos dizem sobre a composição e a disposição estratégica das práticas discursivas, atuando na produção de novas formas de objetivação sobre as manifestações. As linhas de força, para Deleuze (1990, p. 1-2), “estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como fechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras, sem que por isso deixem de conduzir a batalha.”

Entre os elementos do dispositivo, existe um tipo de jogo entre as posições que os sujeitos ocupam, as funções discursivas e as mudanças produzidas. Pode-se dizer que as manifestações, tomadas como objeto das linhas de força, se tornam visíveis e enunciáveis pelos discursos midiáticos a partir da instauração de novas edificações de regimes de verdade. Se as manifestações podem ser vistas como um domínio a ser conhecido, isso se deve a práticas e a relações de poder cada vez mais perspicazes que, ao torna-las alvo, lançam sobre elas racionalidades cada vez

mais ardilosas, no sentido de solidificar estratégias de intervenção e objetivação nos e sobre os corpos e condutas dos sujeitos-manifestantes.

Trata-se tanto de conceber as manifestações de uma determinada maneira – a partir de certos padrões, por exemplo – como identificar e nomear suas diferenças, vistas como produtivas, tal como nos propõe Foucault, com relação ao conceito de poder. Marcello (203, p. 88) considera que:

...a diferença, da mesma forma, é *produtiva*: produz (pre)conceitos, produz nomes, produz (novas) diferenças e singularizações; produz efeitos e formas de espetáculo. A diferença produz padrões, modelos, regras de como agir. A diferença é processo de subjetivação: ensina modos de ser e de agir. A diferença produz e é fruto das relações de poder. (MARCELLO, 203, p. 88)

No caso das manifestações, o diferente é produzido a partir das práticas dos manifestantes, e da exposição de suas posturas, crenças, valores e experiências sobre o movimento. Nos fragmentos abaixo, podemos observar as diferenças dos discursos sobre as manifestações, a partir de posições distintas de sujeitos:

G1 07/06/2013 18h03

“Pedro Lima, estudante de sociologia e política da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), participou do protesto na noite desta quinta. Ele destacou a postura dos manifestantes em alguns pontos da passeata. “Achei curioso que o próprio pessoal da manifestação estava contendo outros. O MPL [Movimento Passe Livre] pediu silêncio durante passagem por hospitais, isso foi interessante também”, disse. O estudante estava preocupado com a queda no quórum durante o ato desta sexta. “PM por todos os lados e pouca gente é mau sinal. Tenho medo da repressão policial por causa do menor número de manifestantes.”

*Segundo a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), os protestos ajudaram a complicar o trânsito. Nesta noite, a cidade de **São Paulo** atingiu 226 km de lentidão na área sob monitoramento da companhia de engenharia de tráfego (CEF) em dois horários, às 18h30 e às 19h. segundo a CET, o índice é o terceiro maior congestionamento do ano.*

G1 14/06/2013

“Enquanto lojistas fechavam as portas para evitar depredação, a polícia militar prendia dezenas para averiguação.”

A universidade Mackenzie, que fica na esquina, fechou as portas. Segundo o major da PM Lídio, o acordo era para que os manifestantes não subissem em direção à avenida paulista, o que não foi cumprido.”

*A **Anistia Internacional** mostrou “preocupação com o aumento da violência na repressão aos protestos contra o aumento das passagens de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo”. “Também é preocupante o discurso das autoridades sinalizando uma radicalização da repressão e a prisão de jornalistas e manifestantes, em alguns casos enquadrados no crime de formação de quadrilha”, disse em nota.*

As diversas 'tipologias' das manifestações e as categorias de sujeitos-manifestantes produzidas são efeitos temporários das tensões entre os múltiplos processos de objetivação/subjetivação promovidos e modificados pelas linhas de força que, ao captura-las e falar sobre elas, criam distintas visibilidades sobre os sujeitos e sobre suas condutas. Ao olharmos para o funcionamento discursivo dos enunciados que falam sobre as manifestações, segundo a perspectiva das linhas de força, observamos que os sujeitos que falam dos campos da mídia, da política e da segurança apresentam uma regularidade em seus enunciados – o caráter criminoso das manifestações e o perigo que os manifestantes representam à população – o que é comprovado pelos atos de vandalismo, os confrontos nas ruas, os transtornos ao funcionamento da cidade, pelo número de presos, pelos prejuízos materiais, por exemplo.

Já os sujeitos que participam das manifestações modalizam seus discursos segundo o comportamento da PM, as diretrizes do MPL e a pauta defendida pelo movimento, elementos esses que, diante do *status* do governador do Estado e da legitimidade do papel das instituições de segurança na sociedade, não são tão reconhecidos como válidos se comparados aos discursos de representantes dos campos político e judiciário sobre os perigos que os manifestantes representam para a comunidade paulista, e a urgência de se combater tal situação, apesar da preocupação de instituições internacionais com a violência estatal aplicada. Como nos ensina Foucault (2008, p. 32):

...todo acontecimento é único, mas está ligado não apenas a situações que o provocam ou às consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem. O acontecimento está aberto à repetição, à reativação e à transformação. (FOUCAULT, 2008, p. 32)

No jogo destas correlações de poder, ao produzir e sistematizar o que deve ser visto e como deve ser falado (e vice-versa), a mídia se utiliza de enunciados já existentes, mesmo que para dar consistência (e existência) ao seu discurso. Um exemplo: embora outras pautas se fizessem presentes nas ruas, elas não foram 'vistas' e faladas pelas mídias, que exploraram apenas um tipo de manifestação. A pauta do protesto se torna irrelevante, e o reajuste no preço das passagens, justificado. As reivindicações são invisibilizadas e os problemas (de transporte público, de violência policial, de investimento privado em setores públicos) que

deveriam ser debatidos em todos os setores da sociedade, permanecem como sendo tarefas do governo e/ou das empresas de transporte da cidade.

Ainda sobre as linhas de força, pensamos com Foucault (2008) sobre a questão das modalidades enunciativas. Ao reiterar as relações entre as diversas práticas do discurso médico, o autor elenca três questões relevantes para a análise das modalidades enunciativas: a) quem é autorizado a falar? b) qual é a instituição de onde se fala e c) qual é a posição ocupada pelo sujeito que fala na rede de informações.

Então, as relações entre as linhas de força referem-se à produção de saberes sobre as manifestações, sobre o sujeito-manifestante, à constituição de um campo normativo de práticas e de condutas, nas ruas brasileiras, e às formas pelas quais o indivíduo busca reconhecer-se como sujeito desta experiência. As dinâmicas ligadas aos processos de objetivação/subjetivação são essencialmente dinâmicas de poder, isto é, “de poder ligar o indivíduo à sua individualidade, de poder (des)marcar-lhe um estatuto e uma lei de verdade” (MARCELLO, 2003, p. 94)

O último elemento que compõe o dispositivo é o das *linhas de subjetivação*, que inventam formas de ser e de existir, isto é, como o indivíduo se transforma em sujeito-manifestante (especificamente em manifestante-vândalo) dentro do dispositivo da violência. Separar as linhas de força das linhas de subjetivação é destacar a criatividade, a linha de fuga que permite transpor o limite de um dispositivo a outro e que potencializa a criação de novas subjetividades na relação dos sujeitos com os dispositivos. “É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos: uma espécie de mais-valia” (DELEUZE, 1990, p.2)

A atualidade de um dispositivo em relação aos dispositivos anteriores é a nossa atualidade, o que somos em devir daquilo que, pouco a pouco, deixamos de ser, separando assim, em todo dispositivo, as linhas do passado recente das linhas do futuro próximo. Tal processo nos traz o novo, marca a descontinuidade em nossas existências, rompe com o transcendental e problematiza uma identidade temporal determinada no/pelo jogo das distinções. Enquanto máquina de produção de subjetividades, o dispositivo é, também, máquina de governo dos corpos.

O sujeito-manifestante é objetivado e subjetivado pelos discursos que circulam na mídia, pelas crenças de autoridades políticas, pelos julgamentos do

poder judiciário e por toda uma variedade de práticas institucionalizadas e instituintes de normas, condutas e desejos. Além disso, o indivíduo-manifestante subjetiva-se ao se reconhecer e se identificar com esses discursos. O dispositivo da violência, acionado pelos discursos de ódio e por práticas institucionais, medeia e produz relações do sujeito consigo mesmo de forma que o indivíduo-manifestante possa se reconhecer como sujeito de visibilidade e de enunciação nas/por essas práticas discursivas e não discursivas.

No movimento que se desdobra sobre o sujeito, a gama de enunciados produzida põe em circulação discursos que tomam o manifestante como objeto de análise, produzindo as identidades desse sujeito, “o dispositivo não é algo exterior à sociedade e esta não é externa ao dispositivo e da mesma maneira deve-se pensar a relação entre dispositivo e sujeito”. (GARCÍA-FANLO, 2011, p. 2, tradução livre)³

G1 12/06/2013 Atualizado em 12/06/2013 14h55

“Treze manifestantes permanecem presos na manhã desta quarta-feira (12), segundo a Secretaria da Segurança Pública. Os detidos participaram da manifestação que voltou a ocupar ruas e avenidas da região central de São Paulo durante aproximadamente seis horas nesta terça-feira. Ônibus foram pichados e parcialmente queimados, agências bancárias tiveram portas quebradas e o acesso a uma estação do Metrô foi alvo de vândalos.

A polícia diz que nenhum detido tinha sido preso em manifestações anteriores ou tinha passagem pela polícia.

Oito PMs ficaram machucados no confronto com os manifestantes, segundo balanço da corporação. Uma policial chegou ao 78º DP durante a madrugada com o braço imobilizado. Ela levou uma paulada, como informou o Bom Dia São Paulo. Um outro soldado estava com a cabeça enfaixada porque foi atingido por uma pedrada.

UOL 13/06/2013 22h39 Atualizada 14/06/2013 12h46

Delegacia	Número de presos	Acusações que respondem
78º DP	Nove detidos	dano ao patrimônio e formação de quadrilha (sem fiança)
78º DP	Um detido	dano ao patrimônio, formação de quadrilha e provocar incêndio (sem fiança)
78º DP	Um detido	dano ao patrimônio (teria quebrado vidros do Metrô), com fiança arbitrada em R\$ 20 mil
78º DP	Seis detidos	pichação, desacato à autoridade, fechar vias e jogar objetos contra prédios e ônibus. Já liberados
1º DP	Três detidos	dano qualificado, desacato à autoridade e lesão corporal, dois deles com fiança de R\$ 3 mil arbitrada

³ “El dispositivo no es algo externo a la sociedad pero tampoco ésta es externa al dispositivo y de la misma manera hay que pensar la relación entre dispositivo y sujeto.”

"Perto das 22h, um grupo de curiosos e remanescentes da manifestação foi retirado à base de golpes de cassetete pela PM do vão do Masp (Museu de Arte de São Paulo). Cerca de 22h40, um grupo de pelo menos 40 pessoas saiu em uma minipasseata pela calçada, a uma quadra do museu, pedindo o "fim da violência". Eles foram recebidos com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo."

G1 14/06/2013

"O prefeito rebateu as declarações do Movimento Passe Livre que afirmou não incentivar a violência, mas que é impossível controlar a frustração e a revolta de milhares de pessoas com o poder público e com a violência da Polícia Militar. "É fácil lavar as mãos depois que aconteceu. Você promove um movimento e não tem capacidade de liderança e aí lava as mãos. Isso não é próprio da democracia. Democracia é assumir responsabilidades", disse ele. Sempre os governos, inclusive o do estado, estão abertos ao diálogo. Defende a livre manifestação, isso não é novidade para nós. É intolerável a ação de baderneiros, de vândalos, destruindo o patrimônio público e devem pagar por isso, porque o patrimônio é de todos, o patrimônio é coletivo", afirmou Alckmin sobre a confusão."

O manifestante é transformado em objeto pelos sujeitos discursivos – mídia, poder político, poder judiciário – e, atentando-se para os discursos institucionais socialmente aceitos, os discursos produzidos sobre esse sujeito autorizam práticas de marginalização e criminalização (mesmo que nenhum manifestante tenha passagem anterior pela polícia). Constrói-se a identidade daquele que protesta como fora da norma, como 'desviante'. Concomitante ao processo de objetivação, observamos o processo de subjetivação, ou seja, a constituição identitária do manifestante como manifestante-criminoso, manifestante-vândalo, manifestante-baderneiro, manifestante-violento. Fabrica-se subjetividades nos/pelos movimentos de uma prática discursiva institucional e social, em que o reconhecimento de si mesmo é legitimado a partir do que é reconhecido como dentro ou fora da lei e, reconhecida a lei, subjetiva-se o criminoso.

2.2 "Não é só por 20 centavos"

As manifestações do dia 17 de junho de 2013 se descentralizam de São Paulo e tomam as ruas de várias capitais e cidades do interior do país. Sabemos que as manifestações não ocorreram apenas em São Paulo, cidades como Porto Alegre, Goiânia, Natal e Rio de Janeiro também construíram movimentos contra o reajuste do preço das tarifas do transporte público, alguns em momentos anteriores, outros concomitantes ou posteriores ao movimento liderado pelo MPL, em São

Paulo. Sabemos, também, que a luta pela qualidade do transporte público e pela tarifa zero, no país, é diária e bem anterior às manifestações que ocorreram em junho de 2013.

Entretanto, se a pauta principal das manifestações lideradas pelo MPL foi as políticas de transporte público, a partir do dia 17 de junho as manifestações ganham outros contornos, inclusive na cidade de São Paulo, com a presença de movimentos que se nomeavam apartidários e, como salienta Baladeli (2013, p. 145), “que além de criticarem o oportunismo de alguns representantes de partidos políticos junto à massa mobilizada nas ruas, reivindicaram o fim da corrupção e o julgamento do caso Mensalão”. Um dos pontos de chegada desses movimentos será a insatisfação e a crítica feroz às instituições políticas, como veremos ao longo desta pesquisa.

Embora os gritos contra a corrupção e contra a PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional 37)⁴ se fizessem presentes nas ruas, desde os primeiros dias de manifestações, a grande mídia não deu cobertura a esse fato, mencionando-o, superficial e rapidamente, como “ruídos” vindos de pequenos grupos. As notícias divulgadas impediram um debate amplo e aprofundado sobre as condições de vida dos brasileiros – precarização do transporte público, violência policial, criminalização dos movimentos sociais, por exemplo – para construir as notícias sob um enquadramento parcial dos acontecimentos. Vimos que as linhas de visibilidade e de enunciação autorizam o que pode ser dito, como deve ser dito e quem é reconhecido para dizer, e a potência da grande mídia nacional em fabricar um perfil de manifestante e um tipo de manifestação.

As manifestações do dia 17 de junho de 2013 são noticiadas como pacíficas, em sua grande maioria, e episódios de violência são registrados como casos isolados provocados por uma “minoría radical”. Aqui, os atos de vandalismo, de confronto entre manifestantes e policiais e de violência estatal perdem sua força de noticiabilidade e os discursos que circulam sobre as manifestações são reeditados. Embora todas as reportagens registrem situações violentas – uso de balas de borracha pela PM, bombas de gás, milhares de manifestantes feridos – as manifestações são repaginadas como a explosão democrática do povo brasileiro.

⁴ A PEC 37 foi um projeto de emenda constitucional proposto pelo deputado Lourival Mendes (PTdoB/MA) que sugeria incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública. A Proposta previa poder exclusivo à polícia para realizar investigações criminais, retirando o poder de investigação do Ministério Público. Informações disponíveis no portal JusBrasil www.jusbrasil.com.br. Acesso em 25/01/2018.

Souza (2016) afirma que a cobertura do Jornal Nacional do dia 17 de junho de 2016 mudou o cenário. A grande mídia começa a explorar notícias de conteúdo claramente crítico ao governo, lançando redes de cobertura que extrapolam o ângulo estadual para noticiar as manifestações em diversas regiões do país. Protestos contra a PEC 37, contra a corrupção e contra os gastos da Copa do Mundo são cada vez mais enfatizados.

Explorar a PEC 37, ainda na esteira do mesmo autor, foi uma estratégia de articulação entre o aparato jurídico-policial do Estado e a imprensa, como forma de atacar o Ministério Público (MP), já que a PEC limitava a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos estados e do Distrito Federal, o que contrariava o desejo dos representantes do MP. A indignação contra casos de corrupção ainda era uma bandeira tímida.

Entretanto, no dia 19 de junho, o Jornal Nacional divulga uma cobertura em que apresenta uma queda de 8% de popularidade da presidenta Dilma Rousseff, desde março de 2013 quando assumiu o governo, queda que irá se aprofundar nesse período, chegando a 27% desde o início das manifestações, cujas pautas eram municipais e não federais. O índice de rejeição também aumentou de 7% para 25%, o que representava, segundo Souza (2016, p. 96) “o sucesso total da violência simbólica. Esse foi o efetivo começo do golpe”.

A divulgação ostensiva desses índices feita pela imprensa nacional não é apenas uma estimativa calculada da insatisfação da população, mas, também uma previsão de que a situação política e econômica do país tenderia a piorar. Assim, a culpa não apenas recaía sobre o governo de Dilma, mas, também, sobre todos os brasileiros que apoiam o PT (Partido dos Trabalhadores). A exploração de uma suposta crise econômica brasileira e o aumento da inflação são discursos que se consolidam para exemplificar o fracasso do governo. A mídia não se ocupa apenas em permitir visibilidades, mas, também, cria condições para a produção de novas discursividades, de reorganizá-las, reeditá-las e repaginá-las através de uma lógica incessante de reprodução discursiva.

Além disso, vemos importantes efeitos produzidos pelas manifestações lideradas pelo MPL: a) a revogação do aumento dos preços das passagens pelos governos de várias cidades (incluindo São Paulo e Rio de Janeiro); b) a ampliação de pautas, nas ruas; c) novas configurações das manifestações, bem diferentes das

anteriores; e d) a emergência de novos atores, nesse cenário. Tais manifestações ficaram conhecidas como as 'jornadas de junho'. Novos discursos são produzidos em torno das manifestações e sobre a identidade do sujeito-manifestante. Pode-se observar, neste acontecimento, uma multiplicação dos sentidos que podem ser daí apreendidos, inclusive, através daquilo que a mídia efetivamente dá a ver. Vejamos. Embora se denuncie casos de violação e de violências, novos enunciados passam a circular, ganhando força e ampla visibilidade: trata-se, agora, de manifestações pacíficas do povo brasileiro na luta por melhores condições de vida.

No domínio das condições de possibilidades, considerando a mídia e a política enquanto instituições de poder, os discursos que tratam do papel das "novas" manifestações são elementos que possibilitam a emergência de práticas inéditas sobre as manifestações e sobre os novos atores, nesse espaço, como exemplificado nos seguintes trechos selecionados:

G1 18/06/2013 12h27 Atualizado em 18/06/2013 13h09

"Dilma afirmou que o Brasil 'tem orgulho' dos manifestantes, ressaltou o 'caráter pacífico' dos atos de protesto e elogiou a atuação das forças de segurança, embora tenha condenado os 'atos isolados' de violência."

Para Dilma, o Brasil acordou 'mais forte' nesta terça. 'A grandeza das manifestações de ontem comprovam a energia da nossa democracia, a força da voz da rua, o civismo da nossa população', disse.

G1 18/06/2013 14h15 Atualizado em 18/06/2013 15h56

"O quinto dia de protestos contra o aumento da tarifa do transporte em São Paulo foi marcado pela mobilização de mais de 65 mil pessoas em um movimento pacífico, que transformou vias importantes da cidade em "calçadas". Apesar disso, o ato teve um tumulto isolado em frente ao Palácio dos Bandeirantes, na Zona Sul da capital paulista.

O prefeito falou também sobre a manifestação desta segunda. "A manifestação de ontem, para a nossa felicidade, teve pouquíssimos incidentes. A cidade soube acolher, isso da parte das autoridades, da segurança pública, todo mundo compreendeu o sentido de conviver em São Paulo, isso foi muito bom", opinou.

G1 18/06/2013 19h50 Atualizado em 18/06/2013 19h59

*"O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que chegou a criticar a manifestação inaugural pela redução da **tarifa de ônibus, realizada no dia 3**, dizendo que ato não foi "espontâneo", voltou atrás. Em entrevista ao RJTV desta terça-feira (18), ele viu pontos positivos na mobilização popular **desta segunda-feira (17), apesar de atos violentos**. "Essas manifestações mostram uma juventude desejosa de participar, de estar presente, de questionar, de sugerir e isso é muito bonito".*

UOL 18/06/2013 03h 21

"O povo acordou!"

"Vem pra rua, vem, contra o aumento"

"Saia do sofá e venha protestar"

"Sem vandalismo"

*"Olha que legal, o Brasil parou e nem é Carnaval"
"Que coincidência, não tem polícia, não tem violência"
"Brasil, 'vamo' acordar, o professor vale mais que o Neymar"
Esses foram alguns dos gritos entoados nos protestos que tomaram as ruas de São Paulo na noite desta segunda-feira (17).*

Novas subjetividades são fabricadas sobre o manifestante: de manifestante-vândalo/manifestante-baderneiro/manifestante-violento/manifestante-criminoso à manifestante-cidadão cujo país se orgulha em ter. Os efeitos das manifestações também são repaginados: de rastros de destruição à ideia de “calçadas” pacíficos e ordeiros, que não se destoam da dinâmica das comidades, ou seja, que se incorporam ao cotidiano das pessoas e à arquitetura das cidades. As manifestações, agora, são produtos das insatisfações generalizadas da população brasileira que adere e apoia os movimentos. Contudo, nos perguntamos como mudanças aparentemente tão abruptas foram possíveis? O que aconteceu ao longo desse processo? Buscamos, na ideia de acontecimentalização, como proposta por Foucault (1980), algumas pistas férteis para nossas análises.

Acontecimentalização é uma ruptura evidente que faz surgir uma singularidade, o que significa problematizar uma continuidade legitimada que contém nela própria sua razão de ser. Para Foucault (1980, p. 339), “ali onde se estava bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos”. A primeira função teórico-metodológica da acontecimentalização é a ruptura das evidências sobre as quais se apoiam nossos saberes e fazeres.

Orientados pela noção de acontecimentalização, é necessário buscar as estratégias, as relações de força, as conexões que formaram, em um dado momento, aquilo que se torna evidente. Não era tão evidente assim que os manifestantes fossem vistos como vândalos, assim como não era universalmente aceito que as manifestações fossem reconhecidas como movimentos democráticos e pacíficos, num segundo momento. Sobre esse assunto, Marcello (2003, p. 85) claramente coloca que:

Sem qualquer relação com algo que supostamente estaria oculto discursivamente ou mesmo com um processo interpretativo, essa constatação permite-nos apenas problematizar a dimensão positiva daquilo que um enunciado (como produto genuíno de visibilidades e enunciabilidades) nega no tratamento dos produtos midiáticos: podemos multiplicar o seu sentido a partir dos sentidos outros que foram negados e barrados pela ordem do discurso. (MARCELLO, 2003, p. 85)

É necessário, segundo Foucault (1980), que nossos procedimentos estejam ancorados em uma desmultiplicação causal e em um polimorfismo das referências. O primeiro refere-se à análise do acontecimento segundo a multiplicidade dos processos que o constitui. O segundo trata das mudanças técnicas sobre o ponto de detalhe e, ao mesmo tempo, das novas técnicas de poder que se tentam ajustar em uma economia capitalista, em função dessas exigências.

Aqui, a metáfora do farol utilizada por Veyne (2011) nos parece bastante apropriada. Para o historiador, o farol funciona como um dispositivo que ilumina o que é possível de ser visto. Pensando na perspectiva do dispositivo, nas linhas de visibilidade e enunciação, corresponde ao que pode ser visto e dito, mas que, também, está permeado por aquilo que não é iluminado, isto é, pelo que está presente nas fronteiras dos discursos do momento. Então, entendemos que havia várias questões colocadas que possibilitaram a emergência dos discursos de ódio, e não de outros em seu lugar.

Convidamos o leitor, nesse momento, a fazer uma breve pausa no intuito de explicitar o contexto histórico e político no qual se deram as manifestações, ou seja, o cenário em que se deu todo o processo deflagrado pelo dispositivo e seus movimentos, pensando na historicidade do dispositivo e nas subjetivações como produtos sempre históricos e sociais.

A vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, do PT, inaugura um governo que se comprometia (e se identificava) com as camadas mais pobres da população brasileira, o que provocava uma forte oposição dos setores mais conservadores, especialmente no tocante às políticas sociais implementadas ao longo dos dois mandatos de Lula, e reforçadas durante os anos de governo de Dilma Rousseff. Após 14 anos no poder, o governo do PT é interrompido com o impedimento da então presidenta, Dilma Rousseff, em 2016, depois de um golpe orquestrado entre grande mídia, aparato jurídico-político e partidos conservadores.

A polifonia das vozes nas ruas, gritadas por todos os cantos do país, refletiam uma indignação generalizada, mas, sem um eixo norteador das pautas. Como desdobramentos das manifestações contra o aumento do preço das passagens, os movimentos que se sucederam pulverizavam as mais variadas insatisfações diante da realidade vivenciada no Brasil. Se os protestos contra a corrupção e contra a PEC 37 foram sufocados pela mídia e pelas autoridades políticas, e as manifestações diluídas em um caldo de destruição e crimes, a partir do momento em que os movimentos se

espalham pelo país, em apoio à redução da tarifa e agregando outras reivindicações em seu movimento, as instituições não puderam se fazer de surdas.

Era urgente, para a agenda dessas instituições, dar sentido aos movimentos, racionalizá-los, torná-los compreensíveis para a população, já que não se tratava mais de atos isolados promovidos por um pequeno grupo de baderneiros. Assim, com a reconfiguração no jogo das relações de força, outros saberes são produzidos, e novas verdades passam a sustentar os discursos que emergem nesse momento.

As manifestações são objetivadas como a ‘festa da democracia’ e os manifestantes, subjetivados como os legítimos brasileiros que defendem e que honram seu país. É necessário compreender que, primeiramente, para que houvesse as distintas classificações das manifestações e a fabricação de tipos diferentes de manifestantes, em cada momento, há uma relação saber-poder dos discursos midiático, político e jurídico que constituem o solo possível dos discursos.

Além disso, a vitória das manifestações lideradas pelo MPL (com a revogação do aumento do preço das passagens), dava visibilidade à força dos movimentos e à importância da mobilização nas ruas, e que se concentraram na expressão “O Gigante acordou”, como exemplo dessa força. Dentre uma variedade de possibilidades, tal metáfora pode sugerir que o país, personificado na figura do Gigante, com suas dimensões continentais e de proporções “sobre-humanas” se desperta para a vida e para a realidade cotidiana que se vive.

O Gigante-Nação não está mais adormecido para os problemas e as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, como o desemprego, a violência, a corrupção e a inflação. O ato de acordar para a realidade vivida no Brasil também pode sugerir uma reação à condição anterior (de estar em estado de repouso, de sono) e, portanto, de “olhos fechados”, completamente alheios e passivos diante da realidade do país. Se o Gigante dormia, agora, seu estado de vigília pede uma reorganização do espaço e de transformações em suas relações “adormecidas”. As manifestações lideradas pelo MPL não refletiam os desejos da população brasileira e, portanto, não foram legitimadas como expressão do povo, nas ruas. As ‘jornadas de junho’ se consolidam como a legítima manifestação brasileira.

A expressão #vemprarua – cuja construção ortográfica antecedida pelo símbolo (#) e conhecida como *hashtag* é muito comum nas redes sociotécnicas – foi massivamente divulgada, convocando todos os brasileiros a saírem dos seus

espaços habituais e a tomarem as ruas como forma de protesto que, paulatinamente, extrapolou as questões pontuais sobre o transporte público. A “convocatória” informal abria espaço para uma diversidade de demandas. As insatisfações variavam desde “Estou contra tudo” “Somos todos qualquer coisa”, “Tem tanta coisa errada que não cabe nesse cartaz”, “Enfia os 20 centavos no SUS”, “Contra a realização da Copa do Mundo no Brasil” ,“10% do PIB para a Educação, já!”, até protestos contra a manipulação da imprensa nacional, contra a corrupção, contra a PEC 37 que, embora presentes em manifestações anteriores, não “puderam” ser ouvidas.

As manifestações brasileiras são reeditadas por diferentes posições de sujeitos, no fluxo do entrelaçamento de vários elementos. O aparecimento de um novo tipo de manifestante, incomum em épocas anteriores, de novas formas de ocupação das ruas, de novas maneiras de se manifestar, que não se restringirão apenas às ruas, puderam ser observadas, como aponta pesquisa sobre o perfil dos manifestantes, realizada pelo Ibope com exclusividade para o *Fantástico*, e divulgada pelo G1 da Globo, no quadro abaixo:

Quadro 1 - Perfil dos manifestantes

PERFIL DOS ENTREVISTADOS
<p>Idade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 14 a 24 anos: 43% - 25 a 29 anos: 20% - 30 a 39 anos: 18% - 40 ou mais anos: 19%
<p>Escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Até colegial iniciado: 8% - Colegial completo ou ensino superior iniciado: 49% - Superior completo: 43%
<p>Em relação à renda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 15% têm renda familiar até 2 salários mínimos; - 30% têm renda familiar acima de 2 até 5 salários mínimos; - 26% têm renda familiar acima de 5 até 10 salários mínimos; - 23% têm renda familiar acima de 10 salários mínimos; - 6% não responderam.
<p>Em relação à função remunerada:</p>

- 76% trabalham; - 24% não trabalham.
- 52% estudam; - 48% não estudam.
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS MANIFESTAÇÕES
E antes dessas manifestações iniciadas no começo do mês de junho, você já tinha participado de alguma outra manifestação de rua? - Sim: 54% - Não: 46%
COMO SOUBE
Como você soube da manifestação de quinta (20): - Amigos e colegas: 28% - Base do movimento: 3% - Facebook: 62% - Familiares: 3% - Internet - outros meios: 29% - Jornais impressos: 4% - Jornais online: 3% - Radio: 4% - TV: 14% - Twitter: 1%

Fonte: Adaptado do G1, divulgado em 18 de junho de 2013.

Pode-se constatar, também, que a produção de saberes sobre as ‘jornadas de junho’ – e a conseqüente fabricação do manifestante-cidadão – se sustentam em discursos de ódio, já que discriminam as manifestações lideradas pelo MPL, produzem estereótipos sobre os manifestantes que participaram de tais manifestações, incitam práticas xenofóbicas contra as pessoas inseridas em movimentos sociais, ou que possuem determinados posicionamentos políticos e/ou partidários, o que acaba por justificar a intolerância e o ódio endereçados a esses movimentos sociais e a seus representantes – trabalhadores comprometidos com a

luta por melhores condições de vida e com a mudança social, em sua maioria. É o que podemos observar nos trechos das reportagens, a seguir:

UOL 20/06/2013 19h17 Atualizada 21/06/2013 11h33

“No Rio de Janeiro, os manifestantes se concentraram na Candelária. Antes do início da passeata, cerca de 20 militantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) foram expulsos da concentração para o protesto. Pressionados pela multidão que gritava “Sem partido”, os militantes deixaram o local pela rua da Quitanda.”

G1 21/06/2013 01h11 Atualizado em 21/06/2013 08h22

“Em São Paulo, 100 mil pessoas ocuparam a Avenida Paulista pacificamente, mas houve confrontos isolados entre militantes de partidos, sobretudo petistas, e pessoas que se dizem sem partido.”

O policiamento foi reforçado, mas os confrontos pontuais ocorreram entre os próprios manifestantes. Militantes de movimentos sociais e partidos políticos, que já haviam sido hostilizados na terça-feira, decidiram comparecer em blocos. Grupos anarquistas e apartidários trocaram ofensas com os manifestantes partidários. Várias bandeiras do PT foram roubadas, rasgadas e incendiadas. Um homem que tentou agredir petistas foi atingido com o cabo de uma bandeira e teve um corte na cabeça.”

UOL 18/06/2013 5:00h

“Durante o percurso, os manifestantes pediam para que as bandeiras de partidos políticos fossem guardadas.”

G1 25/06/2013 18h16 Atualizado em 25/06/2013 às 23h39

“A sociedade brasileira está ansiosa de se ver livre desses grillhões partidários que pesam sobre o seu ombro. E isso é muito salutar”, declarou Joaquim Barbosa.”

Descrevendo a constituição de um dispositivo, em uma dada época, vemos que as demandas históricas necessitam de respostas, e que o ‘discurso do momento’ inaugura um campo de relações de força colocadas em jogo no domínio dos saberes sobre a atual conjuntura política do país, sobre a legitimidade de seus representantes, sobre a economia, a grande mídia nacional, sobre as manifestações e suas pautas, sobre quem é esse sujeito que se manifesta e quais são suas reais demandas.

Se até aquele momento as ruas brasileiras eram espaço de ocupação historicamente marcado pelas lutas de militantes inseridos em movimentos sociais, o verde e amarelo deu outro colorido para esse espaço, marcando a participação de uma militância que se declarava apartidária, e que não estava acostumada a esse tipo de mobilização, como podemos observar no Quadro 1.

Outro fenômeno novo, nesse cenário, foi a utilização da *internet* como ferramenta de mobilização dos brasileiros, no intuito de convocar todos às ruas, além de meio estratégico para se divulgar imagens exclusivas das manifestações na

rede. Aqui, a utilização da *hashtag* (#) foi uma das estratégias para organizar uma forma diferente de mobilização e de divulgação dos acontecimentos.

Milhões de internautas utilizaram as *hashtags* como organizadoras de suas postagens, o que viabilizava uma visualização em exponencial e a centralização dos conteúdos que eram publicados nas redes, sobre as manifestações. Dentre as *hashtags* mais utilizadas naquele momento, podemos citar #ogiganteacordou e #vemprarua, que viralizaram em todas as redes, agregando notícias, imagens, vídeos, depoimentos, registros os mais variados das manifestações.

Criou-se uma espécie de ativismo na *internet* que convocava os ‘manifestantes de sofá’ para irem às ruas, especialmente aqueles que participavam dos protestos apenas em frente a suas TVs ou computadores, o que, para Baladeli (2014, p. 145) “ilustra o descontentamento com a lógica *um para todos* das mídias de massa e evidencia a adequação de novos mecanismos de comunicação centrados no *todos para todos* em que as diferentes vozes disputam de forma menos excludente o direito de serem ouvidos.”

Como afirma Bauman (2012), estando com seu celular conectado, você nunca está fora ou longe, mas, sim, sempre dentro, enredado em uma teia de mensagens, postagens, atualizações, embora jamais trancado em um lugar. Dentro da rede, você se sente protegido quando a multidão ao redor parecer delirante demais. A rede oferece abrigo. “Conexões são rochas em meio a areias movediças.” (BAUMAN, 2012. p. 79)

O coletivo Mídia Ninja, por exemplo, composto por jornalistas que se autodefinem como livres e independentes e, com um estilo de transmissão dos acontecimentos sem cortes e sem censura, é um canal alternativo de informações na *internet* que, ultrapassando os modelos tradicionais de comunicação, fez uma cobertura das manifestações, em tempo real, bem distinta da que estamos acostumados a receber das notícias ‘empacotadas’ divulgadas pela grande mídia (e principalmente das mídias analisadas nesta pesquisa).⁵

Novas subjetividades são construídas nas/pelas manifestações. A “onda verde-amarela” incomoda alguns grupos de militantes, e o que parecia óbvio – a polarização entre ideologias político-partidárias no país – provocará estranhezas e

⁵ Mais do que uma referência ao agente oriental, a sigla NINJA significa “Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação”, o que dá o tom do estilo de cobertura feito pelo coletivo: uma conexão entre jornalismo e ação, que é divulgada, instantaneamente, via 4G por celulares. Essas e mais informações sobre o Coletivo Mídia Ninja estão disponibilizadas no site <http://midianinja.org/>

muita bizarrice, rupturas, deslocamentos, apagamentos e repaginações. A ‘base’ das ‘jornadas de junho’ era outra bem distinta de tempos anteriores. Como aponta Souza (2016, p. 87), “as manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes petistas”.

A partir de protestos locais com uma pauta bem definida – a luta contra o aumento das passagens de ônibus, particularmente na cidade de São Paulo – desencadeia-se um movimento que se federalizou Brasil afora, levando para as ruas manifestantes de diversos segmentos da sociedade. Política e economia não são mais assuntos exclusivos de especialistas, da grande mídia, e de representantes de órgãos do governo. As racionalidades construídas não se circunscrevem, apenas, a campos específicos do conhecimento e são várias as forças que interatuam no domínio dos saberes produzidos. Qualquer pessoa, com um celular na mão, está autorizada a divulgar notícias sobre as manifestações, a relatar sobre sua experiência, nesse cenário, e a fazer uma análise de conjuntura da atual situação do país (movimento observado nas redes sociotécnicas, por exemplo).

Tal acontecimento abre campo para a produção de uma série de práticas acerca da realidade brasileira. Um dos maiores efeitos das manifestações foi a proposta dos cinco pactos nacionais, pela então presidenta Dilma Rousseff, incluindo uma maior participação popular através de um plebiscito sobre a reforma política no país. No que diz respeito às políticas de transporte público, Dilma propôs a criação de um Conselho Nacional do Transporte Público, incluindo a participação da sociedade civil na discussão. A Figura 1 mostra alguns resultados de pesquisa nacional encomendada pelo *Fantástico* e realizada pelo Ibope sobre as principais razões que levaram os manifestantes às ruas, e os efeitos produzidos das manifestações, nos setores político e econômico brasileiros. O levantamento foi realizado no dia 20/06/2103, com 2002 participantes, em sete estados e na capital federal.

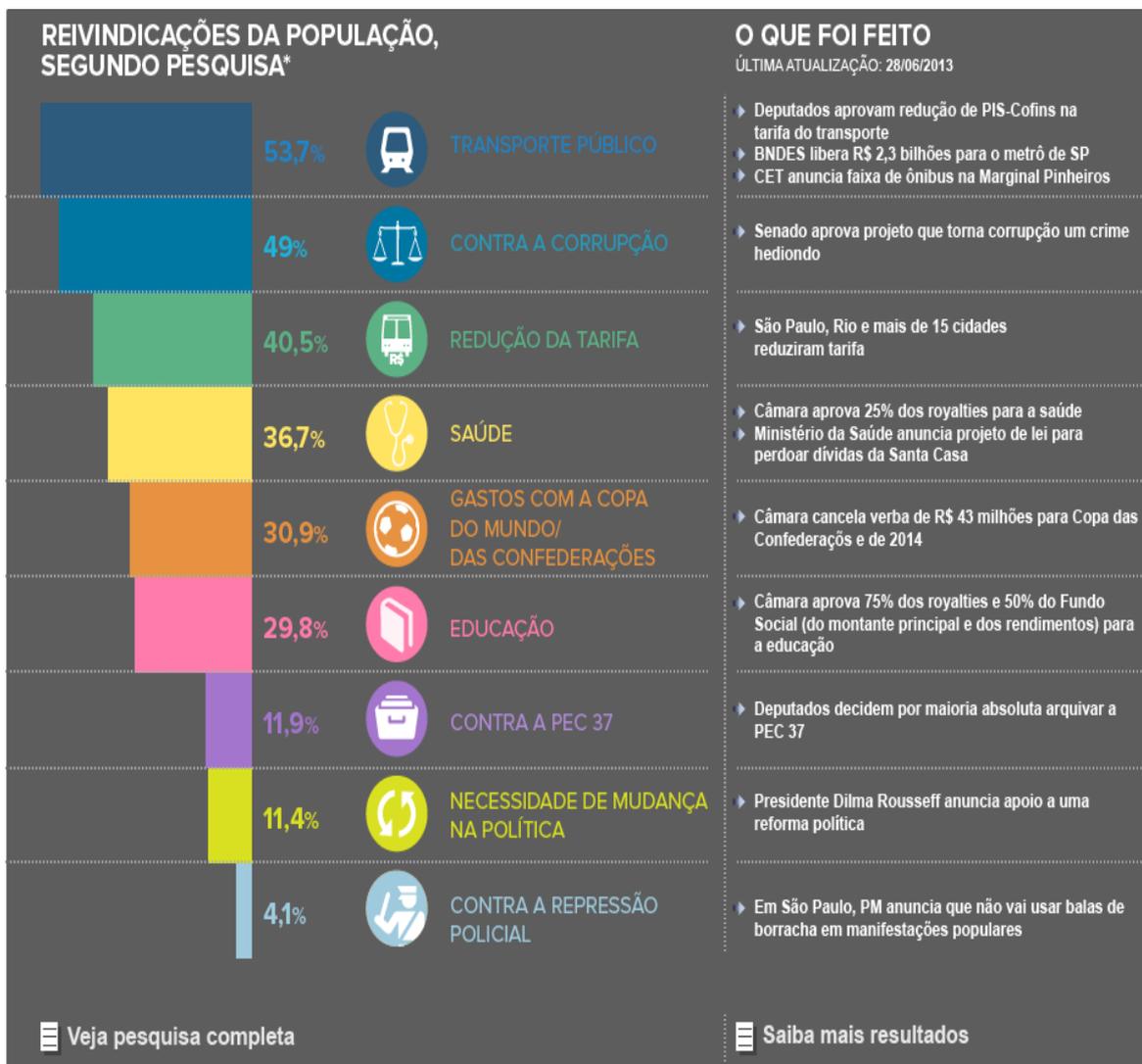


Figura 1 – Efeitos produzidos pelas manifestações de 2013

Fonte: Extraído do G1, divulgado em 20 de junho de 2103.

Vimos que o dispositivo é uma rede construída pela relação entre distintos elementos (discursivos e institucionais) que incluem medidas administrativas, leis, enunciados científicos, enunciados morais, instalações arquitetônicas, enfim, o dito e o não dito que circulam dentro dessa relação. Tais elementos permitem justificar e ocultar determinadas práticas, compor programas institucionais, assim como dar acesso a um novo campo de racionalidade. No quadro da direita, da tabela apresentada acima, vemos como algumas medidas foram tomadas em decorrência dos efeitos dos discursos de ódio, e em resposta às demandas dos manifestantes, e

como produziram novas práticas e comportamentos no setor político e econômico. Como pontua Garzía Fanlo (2011, p. 2) sobre o funcionamento dos dispositivos:

os dispositivos constituiriam os sujeitos inscrevendo em seus corpos um modo e uma forma de ser. Mas, não qualquer maneira de ser. O que inscrevem no corpo são um conjunto de práxis, saberes, instituições, cujo objetivo consiste em administrar, governar, controlar, orientar, dar um sentido que se supõe útil aos comportamentos, gestos e pensamentos dos indivíduos. (GARCÍA FANLO, 2011, p. 2, tradução livre)⁶

2.3 Discussão

Os discursos que circulam sobre o cenário político-econômico brasileiro não são produtos do acaso. Vimos como determinadas urgências possibilitaram a produção e a circulação de uma pluralidade de discursos, inclusive os discursos de ódio, uma das engrenagens do dispositivo da violência. Tais discursos produziram novas estéticas de existência no atual cenário brasileiro, transformando as identidades daqueles que protestam.

As manifestações brasileiras inserem-se, também, em um contexto de protestos que é mundial, ainda que com pautas específicas e configurando-se de formas singulares, em cada lugar. Segundo Teles (2014), na Espanha, o movimento dos indignados reuniu milhares de manifestantes, no dia 15 de maio de 2011, que denunciavam medidas antissociais adotadas pelo governo em favorecimento aos banqueiros, o próprio modelo de governo que era adotado, fundamentado no sistema financeiro, e a profunda desigualdade social produzida por esse modelo. Em sintonia com os indignados espanhóis, Spina (2016) aponta o movimento de uma “nova esquerda” no Occupy Wall norte-americano.

Inscrito em uma trama complexa e instável, o discurso é, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder: reforça-o, mas também o limita; veicula-o e também o produz; é resistência e, também, ponto de partida. (FOUCAULT, 2008) Os discursos de ódio produzem como efeitos condutas e contracondutas, deslocando-se entre a resistência à atual situação político-econômica vivenciada no Brasil, e a legitimidade do estado democrático e o reconhecimento de seus representantes.

⁶ *los dispositivos constituirían a los sujetos inscribiendo en sus cuerpos un modo y una forma de ser. Pero no cualquier manera de ser. Lo que inscriben en el cuerpo son un conjunto de práxis, saberes, instituciones, cuyo objetivo consiste en administrar, gobernar, controlar, orientar, dar un sentido que se supone útil a los comportamientos, gestos y pensamientos de los individuos.*

Desse modo, constatamos que, inscritos em uma rede de saber-poder-subjetividade e considerando seus efeitos, os discursos de ódio produzidos e proliferados em torno das manifestações de 2013, no Brasil, constroem racionalidades cujas verdades sustentam (e são por elas sustentadas) as discursividades produzidas pela mídia, por autoridades políticas e jurídicas e pelos próprios manifestantes, no dispositivo.

Aqui, ressaltamos a importância da mídia na legitimação de determinadas verdades, particularmente aquelas que vão ao encontro de suas ideologias e valores. Vimos que a mídia explora episódios localizados, noticia os acontecimentos sob um ângulo específico, atribui juízos de valor e busca dar credibilidade a eles através da veiculação de discursos de autoridades que confirmar suas crenças e ideias, seleciona condutas, fabrica perfis de manifestantes, produzindo um meta-acontecimento.

No processo de construção discursiva das manifestações, várias são as posições de sujeito que falam sobre esse movimento e que, embora inscritos em uma multiplicidade heterogênea de outros dispositivos, conectam-se entre si e produzem saberes complementares sobre esse acontecimento. Quanto às condições de produção dos discursos de ódio, observamos que a formação de um saber político sobre o que é ou não uma manifestação e, ainda, sobre que tipo de manifestação é representativa dos desejos e interesses dos brasileiros surgiu devido à demandas sociais e históricas, direcionadas por posturas ideológicas bastante explícitas, mas, que se situam externas ao campo do saber político. As 'jornadas de junho' foram construídas como manifestações apartidárias, sem lideranças políticas, cuja mobilização parte da população, a partir de convocatórias informais via internet.

Nesse jogo de forças, as verdades produzidas são balizadas entre as instituições midiáticas, jurídicas e políticas. No que diz respeito às interdições que atingem o discurso político, enredado na trama saber-poder-verdade, nos adverte Foucault (1996, p. 9):

Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes.(FOUCAULT, 1996, p. 9)

Sobre as manifestações de junho de 2013 e as dos meses seguintes, Teles (2014, p. 190) afirma que: “(...) para os novos atores de rua das principais cidades brasileiras, a necessidade de consolidação de uma estrutura política elitizante entra em choque com a possibilidade de práticas livres.” Ao elaborarmos nossas reflexões sobre a constituição do dispositivo da violência, vemos as linhas de um saber político começarem a ser delineadas, bem como os elementos sócio-históricos que, em consonância com o saber político, formam o dispositivo. Vimos que o dispositivo desempenha função estratégica e busca responder a uma demanda específica do seu tempo. Assim, procuramos discutir como essa urgência possibilitou a constituição de saberes sobre as manifestações, saberes esses sustentados por discursos de ódio, como pudemos observar ao traçarmos os diagramas que compõem o dispositivo.

A visibilidade e a dizibilidade dos temas que ganhariam força mais tarde, se constituíram aqui. O tema da corrupção torna-se cada vez mais importante, o ataque à PEC 37 mais explícito, e emergem as bandeiras da antipolítica e do antipartido. Constrói-se a imagem de um movimento político por pretensos “apolíticos”. O aparelho policial, nas ruas, reforça a imagem construída pela mídia e pelas autoridades políticas sobre as manifestações, principalmente aquelas predominantemente verde-amarelas – já que a maioria dos manifestantes ocupa as ruas vestidos com a camisa da seleção brasileira e com o rosto pintado com as cores da bandeira do Brasil – apesar da presença de discursos de ódio, de intolerância e de práticas violentas, como agressões contra manifestantes que declaram suas posições político-partidárias (pró-governo ou contrários a ele) e da queima de bandeiras de partidos. Observamos que a tentativa foi a de normalizar os movimentos, segundo padrões legalistas e a partir de uma ordem do que é politicamente aceito, tendo como efeitos práticas inclusivas ou discriminatórias e excludentes.

Nas manifestações ‘verde-amarelas’ a polícia militar não interviu, avaliando, também, o movimento como pacífico e ordeiro, cujos manifestantes eram pessoas que estavam nas ruas em defesa do seu país. Fabrica-se uma imagem do manifestante como a do “brasileiro de bem”, que luta por seus direitos e não apenas a favor de um determinado partido, de um tipo de governo, ou de um grupo em particular. A grande mídia explora as imagens da “grande festa brasileira em defesa

da democracia” e os tumultos noticiados eram apenas alguns casos isolados praticados por uma minoria de manifestantes.

A mídia explora, cada vez mais, a pauta da corrupção presente nas manifestações e dados sobre o crescimento da inflação, no Brasil. Tais discursos ganharão força nas ‘jornadas de junho’ e serão as bandeiras de todo o movimento a partir daí. A pauta que, de início era estadual, ganha contornos federais, num movimento em que a própria mídia pauta a agenda política, ao mesmo tempo em que articula informações sobre bruscas quedas de popularidade da presidenta Dilma, e de denúncias da operação Lava Jato, cujos responsáveis são praticamente todos representantes do PT, como noticiado pela imprensa.

Observa-se as condições de emergência dos discursos de ódio que são endereçados, sobretudo, ao governo do PT e a seus líderes, e para a construção do que Souza (2016) irá chamar de ‘golpe da direita’ que se concretiza com o impedimento da presidenta em abril de 2016. Estava construída, segundo o autor, a ‘base social do golpe’, um tripé apoiado na grande mídia, na classe média conservadora e no aparato jurídico-policial. Aqui, a expressão “O Gigante acordou” adquire uma nova força, ou seja, o país já não pode mais tolerar a roubalheira praticada pelo PT. O dispositivo produz, como uma de suas funções estratégicas, práticas de controle dos corpos, normalização da estilística e da estética das manifestações e dos manifestantes. Os manifestantes estão cuidadosamente expostos a um regime de visibilidade de práticas que buscam legitimar uma determinada forma de manifestação.

Então, os discursos de verdade que se constroem em torno das manifestações se retroalimentam e se sustentam mutuamente, e consolidam certos discursos que tem como referência a presença ou ausência de instituições político-partidárias. Paradoxalmente, o discurso político, autorizado por representantes políticos que falam de lugares partidários, valoriza o apartidarismo, ou assume uma postura de vigilância sobre as escolhas partidárias dos manifestantes, e contra quais partidos se está autorizado a protestar. A ordem do olhar é um dos principais componentes do dispositivo, já que é por meio das linhas de visibilidade que os sujeitos podem enunciar seus discursos. Considerando o lugar de onde se fala há, como vimos, as implicações da relação saber-poder, sendo o próprio sujeito que vê um lugar na visibilidade. (DELEUZE, 1991)

É possível descrevermos, portanto, a composição inicial do dispositivo da violência a partir das manifestações de junho de 2013, uma vez que tal acontecimento se mostra como o lugar inaugural da produção dos discursos de ódio que se consolidarão nas manifestações dos anos seguintes, como veremos ao longo desta pesquisa. A partir desse momento, as manifestações apresentarão classificações cada vez mais elaboradas sobre quem são os manifestantes e sobre suas formas de se manifestar.

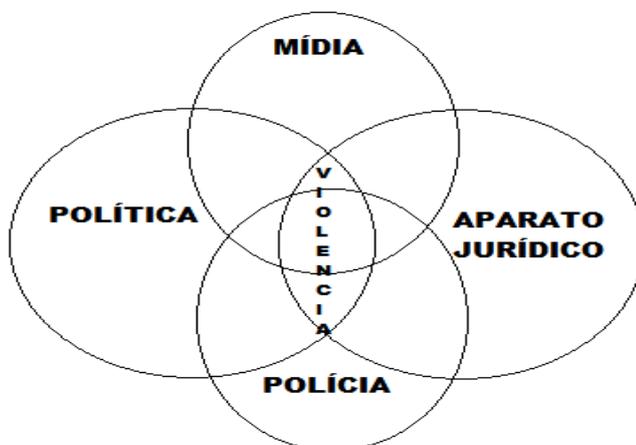
É pela materialidade desses discursos que, neste trabalho, se cartografa a existência de um dispositivo da violência, num jogo complexo de redes e de elementos discursivos e não discursivos que constituem saberes sobre o cenário político-econômico brasileiro e sobre os manifestantes, nas ruas. A governamentalidade desse sujeito que se manifesta perpassa as instituições midiática, político-partidária, jurídico-policial que, ora concorrem, ora se articulam na constituição de saberes sobre as manifestações e sobre os manifestantes.

Nas ruas, policiais eram convidados a tirarem *selfies* com uma legião de manifestantes, episódio que foi muito explorado pela mídia com o intuito de valorizar certas relações entre manifestantes e policiais. Levantamos a hipótese de que os processos de objetivação/subjetivação do manifestante-democrático é um efeito do discurso, uma vez que não há parâmetros específicos para classificar os movimentos e os efeitos das condutas daqueles que manifestam.

Portanto, na constituição de um dispositivo da violência, as linhas de visibilidade desse dispositivo têm, dentre seus componentes, elementos não discursivos (comportamentos, condutas político-partidárias), mas que estão na linha do visível e do enunciável, a partir de práticas discursivas, principalmente do campo político.

Neste capítulo, por meio da análise de fragmentos de reportagens sobre as manifestações brasileiras ocorridas em junho de 2013 identificamos os discursos de ódio que circularam sobre esse acontecimento, buscando descrever a formação de um dispositivo da violência, com vistas a identificar as redes e os elementos que o compõem e o fazem funcionar, produzindo práticas de governo sobre as manifestações e sobre os manifestantes. Sobre o funcionamento do dispositivo, nos pontua García Fanlo (2011, p. 3):

Um dispositivo seria, então, um complexo conjunto de relações entre instituições, sistemas de normas, formas de comportamento, processos



econômicos, sociais, técnicos e tipos de classificação de sujeitos, objetos e relações entre eles, um jogo de relações discursivas e não discursivas, de regularidades que regem uma dispersão cujo suporte são as práticas. Por isso, não é exato dizer que os dispositivos 'capturam' indivíduos em sua rede, mas sim, que produzem sujeitos que são sujeitados a determinados efeitos de saber/poder. (GARCÍA FANLO, 2011, p. 3, tradução livre)⁷

A Figura 2 apresenta um panorama do que acreditamos ser esse dispositivo.

⁷ *Un dispositivo sería entonces un complejo haz de relaciones entre instituciones, sistemas de normas, formas de comportamiento, procesos económicos, sociales, técnicos y tipos de clasificación de sujetos, objetos y relaciones entre éstos, un juego de relaciones discursivas y no discursivas, de regularidades que rigen una dispersión cuyo soporte son prácticas. Por eso no es exacto decir que los dispositivos "capturan" individuos en su red sino que producen sujetos que como tales quedan sujetados a determinados efectos de saber/poder.*

Figura 2 – Configuração do dispositivo da violência

Fonte: Elaboração da autora.

Neste primeiro momento da pesquisa, tomamos os fragmentos de reportagens produzidos pela mídia enquanto enunciados de forma a analisá-los para que fosse possível realizar uma cartografia de como os saberes da mídia, da política, do aparato jurídico e da polícia se entrecruzam e falam sobre o sujeito-manifestante. Nesta discussão, observamos como a ordem do olhar é produtora de saberes sobre esse sujeito e como esse mesmo olhar midiático joga com as relações de saber/poder e produz discursos com efeito de verdade sobre o que é a manifestação e quem é esse sujeito que se manifesta segundo seus aspectos comportamentais e suas orientações político-partidárias, explorando discursos de ódio sobre o acontecimento.

Segundo esses discursos, o indivíduo-manifestante é objetivado e subjetivado de formas distintas, como pudemos observar nas manifestações lideradas pelo MPL e nas 'jornadas de junho'. De modo a mapear esses saberes, apresentamos na Fig. 2 um panorama do que vislumbramos ser a constituição do dispositivo da violência através da análise dos discursos de ódio que o sustenta e são por ele sustentados. Olhamos para as manifestações como acontecimentos, no intuito de se compreender a historicidade dos discursos de ódio analisados e suas condições de emergência, considerando o dispositivo enquanto produtor de discursividade, dado o regime de verdades presente nesses enunciados que balizam a prática política e a prática jurídico-penal, como vimos ao longo deste capítulo.

Analizamos os discursos de ódio com foco nas linhas de visibilidade, de enunciação, de força e de subjetividade, como conceituado por Deleuze (1990), e como essas linhas compreendem diferentes aspectos em uma mesma prática discursiva, como a diferenciação das manifestações lideradas pelo MPL e as 'jornadas de junho' e os processos de objetivação/subjetivação do sujeito-manifestante, em cada um desses cenários. Portanto, no interior do dispositivo da violência, observamos como os discursos de ódio produzidos agem na fabricação do sujeito-manifestante e, com base no mapeamento dos elementos relacionados a

cada prática, vimos os modos pelos quais o poder se exerce de forma a regulamentar as manifestações e de sujeitar os indivíduos que dela participam.

No próximo capítulo, nos propomos a analisar a regularidade dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras ocorridas no ano de 2014, e o modo como as práticas discursivas produzidas sobre tais manifestações se articulam e integram o dispositivo da violência.

3 DOS DISCURSOS DE ÓDIO NAS TRAMAS DO DISCURSO

“A escrita para mim é exercício com o qual busco e ensaio possibilidades de melhor compreender as coisas deste mundo, compreender a mim mesmo e as outras pessoas de quem me acerco; é, acima de tudo, o inquirir a minha própria memória para que não se apague o que compõe a minha história. É um exercício às vezes triste, às vezes alegre, mas, sobretudo, dramático – reflete o drama e a trama de se estar vivendo.”

Braz José Coelho

Dando continuidade ao desenvolvimento desta tese, propomos, neste segundo momento, descrever a trajetória discursiva construída em torno das manifestações ocorridas no Brasil, no ano de 2014, e que tinham como principais pautas a oposição à realização da Copa do Mundo de Futebol, no país, e a insatisfação de uma parcela da população ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Vimos que as manifestações lideradas pelo MPL e as ‘jornadas de junho’ foram a porta de entrada para nossas análises, o que nos possibilitou investigar as condições inaugurais, de emergência dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras e a constituição de um dispositivo da violência. No ano de 2014, dois acontecimentos acentuam os questionamentos sobre a condição de vida e a situação política e econômica vivenciadas no país: a realização da Copa do Mundo de Futebol e as consequências desse megaevento na vida dos brasileiros, e as eleições presidenciais no país que sinalizavam possibilidades de mudanças políticas.

O objetivo deste capítulo é analisar a produção dos discursos de ódio proliferados em torno das manifestações contra a Copa do Mundo de 2014 e em torno das manifestações ocorridas após as eleições presidenciais, no Brasil. Para alcançarmos tal objetivo, as questões que se colocam são: qual é a regularidade discursiva identificada na veiculação dos discursos de ódio? Quais são os elementos (apagamentos, novidades, repaginações, repetições) que podemos verificar na constituição desses discursos? Como as linhas que compõem o dispositivo são delineadas, nesses acontecimentos?

Aqui, nos amparamos na noção de discurso, como pensada no campo da Análise do Discurso (AD), em uma perspectiva foucaultiana, mas, também, de trabalhos de pesquisadores na área dos estudos do discurso e no pensamento de Deleuze (1990) sobre a ideia de dispositivo, especificamente, no que se refere às linhas de visibilidade, enunciação, de força e de subjetivação.

Os discursos, segundo Michel Foucault (2008), constituem subjetividades, estabelecem relações, conformam ações, ao construírem, concretamente, a realidade, em determinado espaço/tempo e, nesse sentido, há uma positividade no ato de dizer. Enredados às situações sociais, os discursos se articulam em rede num conjunto heterogêneo constituído pelos próprios discursos, por organizações, instituições, normas, conceitos, ideologias e por práticas, as mais diversificadas. A essa rede, entre os discursos e outras práticas sociais, cujas estratégias e objetivos podem ser descritas, de maneira situada, é que o autor nomeia de dispositivo.

Para Deleuze (1990, p.1) um dispositivo é “antes de mais uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente.” Para o autor, em cada época, há maneiras de sentir, de perceber e de dizer que conformam regiões de visibilidade e campos de enunciação. Um dispositivo comporta, também, linhas de força, que atravessam todos os pontos do dispositivo e nos coloca *em meio* a elas o tempo todo. Aqui, se destaca a dimensão do saber-poder, proposta por Foucault, cujas linhas, segundo Deleuze (1990), levam as palavras e as coisas à luta incessante por sua afirmação.

Um dispositivo também é composto por linhas de subjetivação, ou seja, linhas que inventam formas de existir já que “é necessário distinguir, em todo o dispositivo, o que somos (e que não seremos mais) e aquilo que somos em devir: *a parte da história e a parte do atual.*” (DELEUZE, 1990, p. 3)

O material de análise compreende fragmentos de reportagens divulgadas sobre as manifestações, pela grande mídia nacional, disponibilizados *online*. Os portais selecionados foram: Terra Notícias, UOL Notícias, Veja *online* e Folha. Aqui, a seleção dos trechos das reportagens segue o critério do conteúdo de ódio veiculado pelos discursos. O discurso de ódio apresenta, como elemento central, conteúdos que desqualificam, humilham e inferiorizam pessoas e grupos sociais, ou seja, os efeitos de verdade produzidos pelos discursos de ódio são a discriminação das pessoas, quer seja por suas condições econômicas, por questões de gênero, de

etnia, de posições político-partidárias, de orientação sexual, provocando a marginalização, o sofrimento ético-político “que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 1999, p. 56), aprofundando as sérias condições de desigualdade social vivenciadas pelos brasileiros. São manifestações de ódio que desvalorizam aquele contra o qual a violência é endereçada.

A busca pelo material sobre as manifestações contra o Mundial foi feita utilizando-se como palavras-chave: manifestações; Copa do Mundo de Futebol; Brasil 2014. A partir daí, realizamos buscas mais refinadas através das ferramentas de busca oferecidas pelos *sites* de cada mídia. O material de análise sobre as manifestações pós-eleições presidenciais foi selecionado, utilizando-se como palavras-chave: manifestações; eleições presidenciais, Brasil 2014. Outro critério foi a seleção de reportagens que veiculavam a insatisfação diante do resultado das urnas e, particularmente, à reeleição de Dilma Rousseff, mote dessas manifestações.

Concordamos com Becker (1996; 2007) que a criatividade e a curiosidade da pesquisadora são fundamentais na construção do objeto, na pesquisa qualitativa. Criatividade para se inventar, a cada caso, as abordagens metodológicas e, curiosidade para olhar aquilo que se observa, buscando descobrir o que faz daquilo que é observado, algo importante para se conhecer. Aqui, a metodologia não pode ser fechada em regras prévias, já que investigamos um acontecimento em sua processualidade, pensando no dispositivo como algo que está em constante movimento e transformação, e que se afirma pelas descobertas que vão se desdobrando ao longo da observação.

Araújo (2001) nos esclarece que toda época tem seus jogos de verdade, o que nos leva a pensarmos sobre nossa própria história e, também, por nos constituir enquanto sujeitos. Acionar o conceito de dispositivo da violência é uma tentativa de ruptura, de transgressão em direção a novos modos de subjetivação e de objetivação do sujeito; é a possibilidade de deslocamento de leituras que alocam a violência em algum lugar, – na sociedade ou no interior das pessoas, – para compreender que a violência tem sua própria história e, portanto, o que nos parece evidente é fabricado em determinada época, e pode ser assim, problematizado. Segundo García Fanlo (2011, p. 7):

Todo dispositivo tem uma genealogia e uma historicidade que explica seus regimes de aparição, reprodução, funcionamento e crise que resultará uma nova configuração da rede de saber/poder e, conseqüentemente, novas formas de experiências. (GARCÍA FANLO, 2011, p, 7, tradução livre)⁸

Para Paixão (2016) não é somente pela linguagem que se pode dizer que algo existe, ou que esse algo é isso e não outra coisa, mas, por algo anterior à linguagem, que a envolve e a faz existir: o discurso. Nas palavras do autor (2016, p. 20):

Parafraseando o texto bíblico, diríamos que no princípio não era o verbo, mas sim... o discurso, sem o qual tudo seria vazio, pois ele é o que preenche, o que dá cor à existência das coisas. Mesmo as palavras: sem o discurso, seriam meros sons ou borrões de escrita sem sentido algum, pois o sentido, se é possível falar de sentido, com sentido ou sem sentido, isso se trata de um dado discursivo. (PAIXÃO, 2016, p. 20)

Assim, as contribuições da Análise do Discurso de linha francesa, particularmente, uma AD pensada a partir da caixa de ferramentas proposta por Michel Foucault, são pertinentes, já que nos possibilita entender as relações entre as práticas discursivas e as práticas histórico-sociais, em que os discursos de ódio são entendidos como um acontecimento discursivo que é produzido e que circula no interior de um espaço histórico, estabelecendo relações com outros acontecimentos no campo político, econômico, institucional, ideológico, por exemplo.

Embora o interesse de Michel Foucault não seja propor um modelo para os estudos na área da AD, a diversidade de problemas abordados em suas pesquisas produz conceitos centrais e ferramentas metodológicas importantes para a compreensão desse campo. Dentre a diversidade de temas discutidos em seus textos, o discurso é presença contínua no pensamento do autor.

Não é possível situar os estudos de Michel Foucault em um domínio do saber específico, nem rotular seus trabalhos na área do Estruturalismo ou do Pós-estruturalismo, por exemplo. E, é exatamente por isso, que não é possível aplicar um método foucaultiano. O autor não propôs um modelo ou teoria, mas, ferramentas conceituais que devem ser deslocadas, interpretadas, e não apenas transportadas

⁸ *Todo dispositivo tiene una genealogia y una historicidade que explica su régimen de aparición, reproducción, funcionamiento, y crisis de la que resultará una nueva configuración de la red de saber/poder y, consiguientemente, nuevas formas de experiencias.*

para determinado campo do saber e é isso que, esperamos, alcançar nesta pesquisa.

Segundo Ferreira Neto (2015, p. 411), a influência da obra de Michel Foucault na produção bibliográfica em psicologia (área na qual fez graduação), no Brasil, é extensa e crescente. Em levantamento realizado em março de 2014, na base de dados Scielo, utilizando o descritor “Psicologia”, combinado com o nome de vários filósofos, Foucault aparece em 89 entradas, seguido por Deleuze e Adorno, em 32 e 26 entradas, respectivamente. Ao discutir sobre as contribuições teórico-metodológicas dos trabalhos de Foucault para a pesquisa qualitativa, o autor nos oferece uma leitura que explora tanto o caráter clássico quanto inovador das pesquisas realizadas por Foucault.

Em consonância com Ferreira Neto (2015), pensar com Foucault nos oferece uma caixa de ferramentas que vai ao encontro do trabalho artesanal desta pesquisa. Nesse sentido, as escolhas metodológicas devem ser submetidas à pertinência do objeto estudado, dentro de um processo que acontece em sua singularidade, ou seja, trata-se de interrogar os universais em sua historicidade, orientando a análise para o campo das práticas em que sujeito e objeto se constituem conjuntamente um em relação ao outro. “São as práticas, conjunto de maneiras de fazer mais ou menos regradas, pensadas e acabadas, concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar, que permitem compreender a constituição do sujeito e do objeto”. (FERREIRA NETO, 2015, p. 414-415),

A caixa de ferramentas foucaultiana nos possibilita, então, problematizar a violência enquanto objeto natural, carregado de verdades universais, interrogando-o em sua constituição histórica nas/pelas práticas concretas imanentes que o constitui, enredado nas tramas de determinados regimes de verdades, em campos específicos do conhecimento. O que nomeamos hoje como violência tem sentidos diferentes se comparados aos discursos produzidos na década de 50 ou no século passado, por exemplo. Além disso, a emergência de discursos sobre a violência contra a mulher, contra negros, contra gays, para citar aqui alguns exemplos, apenas foi possível muito recentemente.

O dispositivo da violência cria mecanismos e estratégias de regulação, intervenção e modificação da vida dos brasileiros, no contexto das manifestações. Assim como o discurso, a violência não é algo estanque, acabado. Pensar a

violência enquanto dispositivo nos leva a refletir acerca de um acontecimento que se configura e se constitui por um emaranhado de linhas, de conexões, de fissuras, de rupturas e descontinuidades.

A violência é algo que se vai construindo, na medida mesmo que se significa. Não é um conceito estável, fixo, em que se possa generalizar e englobar situações, estados, atos e acontecimentos. Não há um lugar seguro, mas, sim, movimentações, fluidez, deslizamentos, deslocamentos, até porque acreditar que há um conceito geral de violência é afirmar que a própria linguagem possa ser algo estável, pronto e acabado, uma dinâmica que vai na contramão das leituras desta pesquisa.

Segundo Porto (2010), por se tratar antes de um fenômeno empírico do que de um conceito sociológico, conceituar a violência não é tarefa fácil. Seu caráter polissêmico é uma das características que impede uma definição consensual. Os discursos produzidos sobre a violência estão estreitamente relacionados às significações sócio-históricas, políticas e culturais situadas em determinadas sociedades. As transformações e os (re)arranjos sociais, em nossos dias, produzem novos sentidos sobre a violência, sua reconfiguração e deslocamento. A violência é, por excelência, um tema multidisciplinar, construindo-se por uma polissemia e pluralidade de discursos que, para a autora, dá sentido à utilização do termo violências, no plural.

Para Costa (2011) não há violência irracional, sem sentido, mesmo quando não conseguimos identificar facilmente os motivos e efeitos de uma conduta violenta. A violência deve ser considerada como expressão de uma forma de interação histórica e socialmente construída, e que é capaz de dar sentido e significado à violência.

Assim, um dos conceitos-chave de nossa pesquisa é a noção de discurso, e é sobre ela que nos deteremos nas breves considerações que se seguem. Para Fernandes (2007), embora o discurso se materialize na língua(gem), ele não se restringe apenas a essas duas dimensões. O discurso é exterior à língua(gem) e, nesse sentido, a análise se desloca do sujeito falante para o sujeito falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante do cotidiano desse sujeito.

Os diferentes sentidos que uma palavra assume devem ser interpretados a partir do seu contexto de produção, e dos lugares socioideológicos de onde os sujeitos falam. Ideologia é, portanto, inerente à noção de discurso, e a produção dos

discursos deve ser pensada como elemento integrante da História. A ideia de sujeito falante remete-se a um sujeito individualizado, empírico, cuja natureza psicológica permite o aprendizado de uma determinada língua, que é utilizada em conformidade com um contexto sociohistórico imediato. A noção de sujeito falando refere-se a um sujeito constituído pelo atravessamento de múltiplas e diferentes vozes, que se inscreve em uma conjuntura sócio-histórica-ideológica, marcado pela posição que ocupa, no jogo da língua. O sujeito é, portanto, constitutivamente heterogêneo. (FERNANDES, 2007)

Para Fernandes Junior (2012), os textos de Foucault, em diferentes momentos, ampliam a abrangência da AD, já que tomam o discurso como uma categoria fundante do sujeito, do saber, do poder, da verdade, da subjetividade. Se pensarmos na obra de Foucault, dividida apenas didaticamente em fases (Arqueologia, Genealogia, Ética/estética da existência), na fase arqueológica, o discurso possibilita a objetivação dos sujeitos pelos saberes científicos. Já na Genealogia, observa-se um deslocamento da noção de *episteme* para a de dispositivo, de saber para poder, tendo como centro de suas preocupações a noção de sujeito, e o discurso, como fundante. Já na terceira fase, os interesses voltam-se para as práticas subjetivadoras realizadas pelo sujeito, possibilitadas pelo discurso, ou seja, o discurso é o que promove a produção da subjetividade. Dessa forma, observa-se a presença do discurso, em vários níveis de constituição do sujeito e de sua realidade.

Em se tratando de um território marcado pela diversidade teórico-metodológica, e pela multiplicidade de objetos de análise, é mais coerente pensar que há variadas formas de análises do discurso. Essa pluralidade é decorrente da própria complexidade do objeto, o discurso, e a heterogeneidade de leituras necessárias para sua compreensão. Em cada proposta, as concepções de linguagem, sujeito, sociedade e história são fundamentais para se definir de qual lugar falamos, quando nos referimos à AD, para se compreender a singularidade de cada proposta, e a articulação entre as variadas leituras. Além disso, a denominação da área, tanto na França quanto no Brasil, tem flutuado entre os termos análise **do** discurso e análise **de** discursos, o que implica uma ampliação do *corpora* de estudos (GREGOLIM, 2008).

Foucault (2008, p.139) afirma que a AD “mostra como os diferentes textos de que tratamos remetem uns aos outros, se organizam em uma figura única, entram em convergência com instituições e práticas” e ainda carregam elementos que podem ser comuns em uma determinada época. Analisar os enunciados não é forçar o aparecimento do que está oculto, abaixo da linha de visibilidade, aquilo que foi reprimido ou recalçado, já que cada enunciado ocupa um lugar que só a ele pertence. Assim entendida, a AD não busca desvendar a universalidade de um sentido, “ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”. (FOUCAULT, 1996, p. 70)

Para a Psicologia Discursiva (PD)⁹, a variedade de influências e de antecedentes dificultam uma definição única de discurso e de AD, o que não é visto como um problema, mas como expressão da riqueza das perspectivas discursivas no campo da psicologia, e um motor que alavanca debates permanentes. Apesar das influências de distintos marcos filosóficos, é possível identificar elementos em comum: “as diferentes aproximações estão articuladas por uma atenção compartilhada em direção à significação e em direção aos aspectos estruturantes da linguagem, e estão associadas à análises interpretativas e reflexivas”¹⁰ (GARAY; IÑIGUEZ; MARTINEZ, 2005, p. 110, tradução livre)

O foco da perspectiva discursiva em psicologia é a fala tal como é usada pelos participantes em qualquer interação social. Assim, a linguagem é concebida como prática de construção da realidade e como prática social. A linguagem, nesse sentido, constrói a realidade, e não apenas a descreve. Em consonância com as principais premissas da Psicologia Discursiva, – que, inclusive, a distingue da Psicologia Social tradicional, – acreditamos que não há uma realidade pronta e acabada a ser descoberta, por tratar-se de uma construção em que nos engendramos como seres humanos e construímos o mundo que nos rodeia. Assim, todas as formas de conhecimento são construções historicamente datadas e culturalmente localizadas. Conhecimento e ação social são elementos inseparáveis.

⁹ A Psicologia Discursiva não é uma área da Psicologia, mas uma ciência social em que a psicologia é um de seus assuntos. Seu objeto de estudo é a interação, deslocando, assim, as explicações do mundo social a partir de uma leitura individualizante, centrada no sujeito, para o espaço linguístico da interação, em que nos relacionamos uns com os outros. (GARAY, IÑIGUEZ; MARTINEZ, 2005)

¹⁰ *las diferentes aproximaciones están unidas por una atención compartida hacia la significación y hacia los aspectos estructurantes del lenguaje, y están asociadas a análisis interpretativos y reflexivos.*

A crítica ao individualismo, o foco nas práticas socialmente construídas e compartilhadas, a desnaturalização dos processos psicológicos, e o exercício de reflexão sobre nossas práticas, na área da psicologia, são pressupostos epistemológicos da Psicologia Discursiva que dialogam com as práticas desta pesquisa. De forma mais detalhada, Garay, Iñiguez y Martinez (2005, p. 127), esclarecem que:

Assim, ao evidenciar o caráter compartilhado do conhecimento, de qualquer conhecimento; mais que um convite a nos perguntarmos pela verdade ou pelo erro de nossas afirmações, a proposta se dirige a nos perguntarmos sobre as relações que mantemos sobre como certos conhecimentos são construídos como verdadeiros e quais funções podem cumprir. A Perspectiva Discursiva, dessa maneira, permite seguir construindo uma Psicologia que não coloque nem a verdade, nem o conhecimento em nenhum lugar fora do humano. (GARAY, IÑIGUEZ; MARTINEZ, 2005, p. 127)¹¹

3.1 “Não vai ter copa! Vai ter luta!”

O primeiro semestre do ano de 2014 foi marcado por inúmeras manifestações contra a realização da Copa do Mundo de Futebol em várias cidades brasileiras, especialmente nas capitais onde havia jogos. No popular país do futebol, vivenciamos várias mobilizações contrárias ao evento, duras críticas à FIFA (Federação Internacional de Futebol), que, de maneira autoritária, direcionava a organização do evento e questionava a qualidade das obras de construção e reformas de estádios, além de incentivar práticas higienistas de limpeza social que pudessem ocultar a miséria e a pobreza expostas nas ruas brasileiras.

Vários moradores de rua foram retirados das calçadas dos centros das grandes cidades para que não pudessem ser vistos pelos turistas, e milhares de famílias foram despejadas de suas casas para ceder lugar às obras da copa, sem nenhuma garantia segura de novas moradias. Maquiava-se a realidade (de desigualdade, violência e exclusão) para “gringo ver”, o que causou repúdio de uma parcela dos brasileiros. Ocultavam-se os graves (e sérios) problemas enfrentados no país, reforçando os estereótipos do brasileiro alegre, do país do futebol, da mulata, do samba e do carnaval. Os altos preços dos ingressos também foi motivo de

¹¹ *Así mismo, al evidenciar el carácter compartido del conocimiento, de cualquier conocimiento; más que una invitación a preguntarnos por la verdad o el error de nuestras afirmaciones, la propuesta se dirige a preguntarnos sobre las relaciones que mantenemos sobre cómo ciertos conocimientos son construidos como verdaderos y qué funciones pueden cumplir. La Perspectiva Discursiva, de esta manera, permite seguir construyendo una Psicología que no coloque ni la verdad, ni el conocimiento en ningún lugar fuera de lo humano.*

descontentamento de grande parte da população, que não podia pagar para assistir aos jogos nos estádios.

Se a principal pauta era ‘Não vai ter Copa’, um dos desdobramentos das manifestações de 2014 foi a ampliação das demandas, nas ruas, que refletia a insatisfação da população com os altos gastos em obras que seriam pouco ou subaproveitadas (como a reforma de estádios em cidades-sede que geralmente não têm um público significativo de torcedores em campeonatos nacionais e regionais), e o aprofundamento do desgaste das instituições político-partidárias.

Outro ponto de questionamento foram os altíssimos investimentos em setores menos urgentes: os altos gastos das obras, em detrimento de um orçamento voltado para as inúmeras carências vividas pelos brasileiros, – gastos desnecessários em estádios que poderiam ser investidos em setores como saúde, educação e segurança, além das precárias condições de prestação de serviços, nesses setores. Essas são algumas das condições de emergência dos discursos que circularão durante as manifestações que se seguiram durante a realização da Copa, no país. Vejamos os fragmentos das reportagens, a seguir:

Portal Terra 12/07/2014 17h20 Atualizado às 17:55

“Presente no estádio, Dilma não declarou aberta a Copa e sequer teve seu nome anunciado no estádio. Ainda assim, não escapou dos insultos da torcida. “Ei, Dilma, vai tomar no c...”, gritaram torcedores pouco antes do início da partida entre Brasil e Croácia que abre o Mundial.”

Os insultos verbais endereçados à Dilma, – divulgados em cadeia mundial, na ocasião de abertura da Copa do Mundo de Futebol, produzem efeitos de rebaixamento, de humilhação e de afrontamento à figura da presidenta. Outro ponto é a ausência de discurso de abertura do evento, pronunciado, normalmente, pelos líderes de Estado, em tal ocasião. Como afirma Foucault (1996, p. 9), sobre as interdições do discurso, “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Em meio a um clima hostil ao governo, e à insatisfação de uma parcela da população à realização do Mundial, as estratégias utilizadas foram ocultar o nome da presidenta (que não foi anunciado), e invisibilizar a sua pessoa (sem discurso).

As linhas de visibilidade e de enunciação se emaranham nos discursos dos torcedores e, especificamente, nesse contexto, puderam ser ditos e ouvidos, ou seja, embora o xingamento seja endereçado a um sujeito específico “ei, Dilma”,

trata-se de uma chefe de Estado, o que rebaixa a posição que a presidenta ocupava, naquele momento. O lugar que a presidenta ocupa não tem visibilidade, ela é uma torcedora como qualquer outra, dentro do estádio.

Por outro lado, não se trata, apenas, de um insulto à sua pessoa, mas, representa também um insulto direto à instituição que ela representa. Como os insultos partiram de torcedores em um estádio de futebol, tais condições criam possibilidades de se mandar uma presidenta ir tomar no c..., insulto bastante comum durante as partidas de futebol no país, sem se correr o risco de punições individuais. O discurso dos torcedores tem maior visibilidade e força, embora ocupe uma posição hierárquica inferior na ordem discursiva naturalizada nas/pelas relações de poder, já que a posição que a presidenta ocupa é distinta à dos demais brasileiros

Além disso, o contexto político-econômico favorecia a emergência de tal discurso, - ano de eleições presidenciais, um forte descontentamento de parte da população com o governo do PT, e a aposta na candidatura de Aécio Neves, do PSDB, para mudar o cenário político brasileiro. A relação hierárquica é invisibilizada e o coro de torcedores se faz mais forte, inserido em uma relação horizontal cujo resultado é a humilhação e rebaixamento do outro.

VEJA online

Por Felipe Frazão 13 mar 2014, 23h25

*“Porém, como é praxe nos **protestos espalhados pelo país desde junho do ano passado**, um grupo de baderneiros mascarados, que vão para as ruas dispostos a depredar a cidade, iniciou um tumulto: uma agência bancária (BB Estilo) foi apedrejada e uma banca de jornais danificada na altura do Museu de Arte de São Paulo (Masp).*

Com efetivo reforçado, apoio de helicóptero e ação tática precisa, a PM conseguiu evitar que os mascarados deixassem novo rastro de destruição pela cidade.

Mas uma dezena de arruaceiros decidiu continuar a caminhada rumo a Praça da Sé, no centro de São Paulo.

O Estado de São Paulo 25 janeiro 2014 17h41 Atualizado às 23h59

“SÃO PAULO - Os protestos contra a realização da Copa do Mundo, que tiveram início de forma pacífica, acabaram em confusão no sábado. Em São Paulo, os manifestantes e a Polícia Militar entraram em confronto no centro da cidade. De acordo com o Twitter oficial do órgão, 108 pessoas foram presas pela Tropa de Choque e 20 pelo policiamento de área, totalizando 128 detidos até às 00h02 deste domingo.

Os manifestantes começaram a depredar estabelecimentos comerciais na Rua Barão de Itapetininga, na região do Theatro Municipal, por volta das 20h. A primeira loja a ser atacada foi um McDonald's. Os policiais fizeram uma barreira para tentar proteger o restaurante e os manifestantes começaram a correr e destruir agências bancárias pelo caminho. Somente na Rua 7 de Abril, a reportagem presenciou o ataque a três agências. Os manifestantes colocaram fogo em terminais de atendimento dentro das agências, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco.

Houve início de incêndio e participação dos black blocs, que correram em direção aos PMs e lançaram até coquetel molotov.”

No meio da confusão, um jovem - mais tarde identificado pela polícia como um black bloc - foi encurralado contra a grade e agredido violentamente com socos e pontapés por um grupo de homens.

"Tanto que os black blocs não entraram na praça", disse. Naquele momento, centenas de vândalos circulavam pelo centro da cidade, praticando depredações. "Os poucos que entraram foram atacados pela multidão. Se a PM não estivesse presente, isso aqui tinha virado uma praça de guerra. Evitamos uma carnificina", afirmou o capitão."

*"Ninguém vai estragar a nossa festa. Se esses caras (black blocs) voltarem aqui, vamos dar porrada neles", disse ao microfone o presidente da Associação de Promotores de Eventos do Estado de São Paulo (Apeesp), William Santiago, arrancando aplausos do público. "Esses caras são nazistas também; eles são contra negros, nordestinos, um monte de gente. Não dá para ficar omissos a isso", disse ele depois ao **Estado**.*

RIO

"A manifestação da cidade carioca também foi marcada por confusão. Quando a passeata com cerca de 300 manifestantes chegou ao final da praia de Copacabana, black blocs e policiais militares começaram a se enfrentar."

"Cerca de 30 black blocs - responsáveis pelas depredações e ações violentas registradas nas manifestações de rua no ano passado - estavam no local."

FOLHA UOL 20/02/2014 13h29

"A presidente Dilma Rousseff disse na manhã de ontem (19) às rádios de Alagoas que repudia atos de vandalismo e que "pessoas que escondem o rosto para se manifestar não são democratas", numa alusão aos "black-blocs", que pregam a destruição de patrimônio público e privado como forma de protesto."

O Congresso já discute um projeto de lei que pode enquadrar manifestantes e movimentos sociais como terroristas. O governo, porém, teme que a proposta, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), abra brecha para a criminalização de movimentos sociais.

Como apresentamos, no primeiro capítulo desta tese, tanto as manifestações quanto o sujeito-manifestante são efeitos de discurso contingencialmente construídos. Deleuze (1990) considera o dispositivo como um conceito operatório multilinear, alicerçado em três grandes eixos, em consonância com as dimensões saber-poder-subjetividade, trabalhados por Foucault: o primeiro eixo trata da constituição de uma rede de discursos, ou seja, da produção de saberes; o segundo eixo refere-se ao poder, das disposições estratégicas e das relações entre os elementos do dispositivo; e o terceiro eixo diz respeito à produção de subjetividades.

O dispositivo é composto por conjuntos de linhas instáveis, transitórias e variáveis, que o atravessam em todas as direções. No que diz respeito às linhas de visibilidade e de enunciação, isto é, àquilo que se faz "ver" e que pode ser "dito" sobre as manifestações contra a Copa do Mundo no Brasil, observamos que as manifestações foram vistas e lidas, nos fragmentos selecionados acima, como atos

de vandalismo e de destruição. A violência desses atos foi o elemento que deu visibilidade e que caracterizou o acontecimento, nas notícias veiculadas pela imprensa e nos discursos de representantes de órgãos oficiais do governo. As linhas de visibilidade e de enunciação carregam elementos que compõem os saberes do dispositivo, já que se constituem como produtores de discursos.

Além disso, as manifestações são ditas como produtos de um grupo, – os “*black-blocs*”¹² – que, embora estivessem presentes nas manifestações de junho de 2013, não foram seu principal protagonista. Sua participação nas ruas em 2013 foi noticiada, mas, a atenção da mídia e das autoridades (política e policial) focalizou as ações do MPL como o grupo que organizou os movimentos. Os *Black Blocs* eram mais um elemento novo que, juntamente com outros anarquistas e *punks*, compuseram o quadro de destruição e vandalismo liderados pelo MPL, o que reforça tentativas de criminalização dos movimentos de rua, entendidos como atos de terrorismo, e atribui-se ao manifestante o papel de exercer violências extremas e deliberadas contra a população. Fabrica-se a imagem do manifestante-terrorista.

A força dos sentidos produzidos são expressões dos jogos de linguagem e de poder em que os enunciados assumem os significados que têm. Não se trata apenas de atos de vandalismo, mas, sobretudo, de atos terroristas e de uma prática nazista. Inseridos em um regime de poder, os discursos produzidos sobre as manifestações contra a Copa e sobre os manifestantes, nas ruas, autorizam o tratamento dessas pessoas como o refugo, a monstruosidade de uma sociedade que se esconde atrás de máscaras e que incomoda porque não se pode identificá-los e/ou pelo risco que se corre ao reconhecê-los como nem tão estranhos assim.

Nas manifestações contrárias à Copa do Mundo, os olhares centram-se na figura desse tipo particular de manifestante e sobre seus comportamentos violentos, nas ruas. Suas ações foram duramente reprimidas pela polícia e, ao explorar os conflitos violentos entre polícia e *Black-Blocs*, afirmando ser o conflito direto uma postura ideológica desses manifestantes, fabrica-se a imagem de manifestantes-nazistas que espalham medo e insegurança, e que incitam o ódio e a violência gratuitos. Os efeitos negativos das manifestações são produzidos quase que exclusivamente pelos *Black-Blocs* e a violência contra o grupo é justificada. Em que

¹² *Black bloc* não é uma organização ou grupo. Trata-se de táticas de ação direta (dentre elas o uso de máscaras e de roupas pretas para proteger a integridade e preservar o anonimato das pessoas) anticapitalistas e anarquista cujas ações são voltadas contra os símbolos da exploração do capitalismo (corporações multinacionais) e contra a globalização.

pesem as diferenças entre o MPL – seus integrantes, objetivos e ações, – e os *Black Blocs*, as atuações dos dois grupos foram categorizadas como violentas e não representativas dos desejos da maioria da população.

A imagem dos líderes-vândalos das manifestações recai, agora, sobre os integrantes dos *Black-Blocs* em substituição aos representantes do MPL, através de práticas (discursivas e não discursivas) que tentam naturalizar aquilo que os efeitos de verdade produzem, o que “resulta do ocultamento do poder que está na gênese dos ordenamentos” (VEIGA-NETO, 2001, p. 1). Nesse campo de forças, o sujeito-manifestante é objetivado como ‘potencialmente perigoso’, já que é ‘nazista’ ‘violento’ e ‘terrorista’, algo que se deve combater. A partir dos saberes produzidos por essas objetivações, busca-se administrar as práticas em torno das manifestações, inclusive no campo jurídico com a discussão de projeto de lei, no Congresso.

É aqui que o dispositivo da violência encontra condições para sua atualização e antecipação, à medida em que as linhas de força se tornam mais hábeis em sua tarefa de capturar os sujeitos, incluindo aqueles que podem se tornar, eventualmente, manifestantes. É assinalada a importância de se prevenir, através da implementação de leis (como em um dos trechos da reportagem), porque é imprescindível tornar visível e enunciável o que pode ou não acontecer ao longo do megaevento. Também é necessário antecipar os riscos que os manifestantes correm por participarem de certas manifestações e, sobretudo, contra o que protestar como maneiras de serem ‘bem vistas’ à sociedade.

Direciona-se o olhar para comportamentos violentos de um grupo de pessoas, aos efeitos destruidores das manifestações, ocultando outras demandas levantadas pelos manifestantes, nas ruas, como a falta de investimentos em hospitais e escolas públicas e a precarização do trabalho dos profissionais, em vários setores do país. A mídia, ao divulgar as manifestações apenas como atos violentos promovidos por um grupo de manifestantes-terroristas, produz efeitos de verdade sobre a Copa do Mundo no país, sobre como se deve receber os turistas e as delegações estrangeiras, autorizando discursos que enfatizam a hospitalidade e a alegria ‘inatas’ do povo brasileiro.

Cada época, para Foucault (1996), produz seus próprios objetos a partir de determinadas vontades de verdade e de suas articulações com estratégias de poder

e de práticas de si. Essas três dimensões formam acontecimentos singulares constituídos e constitutivos de nós mesmos e de nossa atualidade. Os discursos produzidos em torno das manifestações apresentam descontinuidades, rupturas, reconfigurações e releituras, ou seja, configuram-se por um emaranhado de linhas de continuidade, mas, também, por “puídos” que marcam o desaparecimento de outros discursos.

Reforça-se, cada vez mais, os sentidos de crime e de criminoso nesse cenário, aprofundando sentidos ainda mais negativos (não se trata, apenas, de crimes contra o patrimônio, mas, atos de terrorismo), e repaginando seus protagonistas através de um processo de replicação dos saberes construídos sobre as manifestações lideradas pelo MPL, o que legitima uma certa normatividade nas manifestações e reforça determinados perfis de manifestantes. Como afirma Veiga-Neto (2001), é característico das estratégias da norma buscar as marcas da normalidade em cada corpo, para que, posteriormente, possamos inseri-lo “nas intrincadas grades de classificação dos desvios, das patologias, das deficiências, das qualidades, das virtudes, dos vícios”. (VEIGA-NETO, 2001, p.10)

As linhas de subjetividade encontram-se delineadas por essas estratégias de poder-saber, compondo os trajetos para o sujeito-manifestante: não é de qualquer forma, contra qualquer coisa, vestido de qualquer maneira, que é permitido se manifestar. Trata-se, portanto, de fixar normas à população, de controlar os riscos, de estabelecer regras e colocá-las em funcionamento; trata-se, portanto, de combater os ‘perigosos’.

3.2 Discussão

Os enunciados possuem uma dinâmica particular de retornar, de se repaginar e de permanecer o mesmo, mesmo não o sendo. Analisar a violência como objeto conceitual, através da análise dos discursos de ódio proferidos e proliferados em torno das manifestações recentes, no Brasil, requer um diagnóstico do presente que não se restringe apenas à época atual, ou seja, não se trata apenas de analisar os discursos de ódio como produção descolada dos processos de subjetivação e objetivação do sujeito. Ao escolhermos os discursos de ódio, os produtores desses

discursos (que se produzem por estes, também), se individualizam enquanto sujeitos odiosos, intolerantes, preconceituosos e violentos, e tais identidades marcam não apenas os processos de objetivação, bem como concorrem para os processos de subjetivação desses sujeitos, direcionando seus desejos, forjando estilos de vida, legitimando formas “politicamente corretas” de se manifestarem nas ruas e nas redes, formatando valores e crenças sobre sua existência enquanto cidadãos brasileiros.

De natureza essencialmente estratégica e inscrito em um jogo de poder, o dispositivo da violência vai trabalhar na realidade, nas relações entre os elementos da realidade, através de articulações em redes específicas e heterogêneas. Os discursos de ódio são um dos elementos que compõem essa complexa rede, capturados no acontecimento das manifestações brasileiras, e que se conectam a outras práticas discursivas e não discursivas no funcionamento das engrenagens do dispositivo. São tecnologias inscritas em uma economia geral de poder que nos permite reconstituir toda uma rede de alianças, de conexões e de pontos de sustentação.

Há, portanto, um descentramento da análise interna do funcionamento dessas instituições para uma análise externa das estratégias e táticas em que esse funcionamento se inscreve. Trata-se, como afirma Foucault (2008, p. 159), “(...) de apreender o movimento pelo qual se constituía através dessas tecnologias movediças um campo de verdade com os objetos do saber”. É reiterar a violência no domínio do saber dos campos, inscrita em jogos de poder-saber-verdade passando por fora da análise das instituições para inseri-la no domínio externo das tecnologias e das táticas de poder.

No conjunto de fragmentos analisados, foi possível evidenciar que uma das formas de constituir o par manifestações/crime é dar visibilidade e enunciabilidade ao sujeito manifestante-terrorista, e, conseqüentemente, justificar os discursos de ódio endereçados a esses manifestantes. O manifestante-terrorista, da forma como enunciado, evidencia características não condizentes com a ideia generalizada de brasileiros que ‘torcem por seu país’, isto é, tais manifestantes fogem à norma do que se espera de um brasileiro genuíno, apaixonado por futebol. Compreendemos a produção desse discurso em relação aos discursos que circulam sobre o padrão

normal do 'ser brasileiro', padrão que legitima determinadas regras e normas sobre a forma autorizada de expressarmos nossa 'brasilidade'.

Na constituição do par normalidade/anormalidade, os manifestantes – liderados pelo MPL e/ou pelos *Black-Blocs* – são a expressão dos anormais, como os define Veiga-Neto (2001, p.1) “para designar esses cada vez mais variados e numerosos grupos que a Modernidade vem, incansável e incessantemente, inventando e multiplicando: os sindrômicos, deficientes, monstros e psicopatas”, ou seja, todos aqueles que não são reconhecidos como um 'nós'.

Os discursos midiáticos inscrevem-se em regimes de produção de corpos e de modos de existência que valorizam determinadas estéticas de se manifestar, a partir de uma visão dicotômica dos movimentos. A grande mídia hegemônica, a polícia e autoridades políticas utilizaram diferenciados mecanismos para higienizar os protestos, numa clara tentativa de regulamentação das manifestações e de controle dos manifestantes. As estratégias que se inscrevem numa lógica de domesticação dos corpos justificam formas de controle das ações de resistência nas manifestações, vistas como fora das normativas e, portanto, fora da lei.

Um dos elementos centrais na construção da normativa do dispositivo da violência é o manifestante-terrorista, o que evidencia características não condizentes com uma noção normativa de manifestação – construída particularmente nas 'jornadas de junho', – e que caracteriza a dinâmica que o dispositivo suscita ao fabricar as manifestações verde-amarelas como condição de produção de um sujeito-manifestante 'normal', por exemplo. Trata-se de confirmar uma tipologia das manifestações e de traçar um perfil dos manifestantes a partir de verdades institucionalmente padronizadas e socialmente 'aceitáveis'.

3.3 “A culpa é desses nordestinos!”

As eleições presidenciais de 2014 acirraram a histórica polarização política entre os partidos de direita e de esquerda, comum em todos os regimes democráticos. Para Brugnago e Chaia (2015), o Brasil se encontrava, até pouco tempo atrás, mergulhado em uma aparente apatia política, cujos efeitos podiam ser observados: a) no pouco interesse da população em participar de questões políticas;

b) no centrismo ideológico entre os partidos de maior representatividade, que dispensavam as particularidades de suas ideologias políticas e trabalhavam com poucas diferenças entre eles; c) no descrédito da democracia, já que os processos de participação e inclusão eram percebidos como falhos; d) na insatisfação com o voto, que não trazia resultados claros para a população; e e) no esvaziamento das ideologias partidárias.

A campanha eleitoral de 2014 aprofunda essa polarização, momento em que a esquerda irá se declarar contrária ao projeto neoliberal do PSDB, e o radicalismo conservador de direita se posicionará antipartidário e antipetista. A imagem do militante de esquerda é repaginada, – apelidada de ‘petralha’, e fabrica-se um novo personagem no campo político: o revolucionário de direita, ou ‘coxinha’. Nesse campo, as posições partidárias definirão, também, os perfis dos manifestantes de direita e de esquerda.

UOL NOTÍCIAS 15/11/2014 18h22 Atualizada 17/11/2014 12h06

“Por volta das 16h30, um homem foi agredido por dois idosos, que participavam do protesto, ao andar pela Paulista com uma camiseta vermelha cuja estampa havia uma foice e um martelo estilizado. Os dois homens com cabelos grisalhos que não quiseram se identificar bateram com bandeiras do Brasil na cabeça do advogado Alexandre Simões, 33, aos gritos de “Volta pra Cuba, lá é o seu lugar”. Simões, que declarou seu voto em Dilma, disse que estava voltando para casa nos arredores da Paulista, quando se deparou com o protesto.

Parte dos manifestantes que seguiam pela avenida Brigadeiro Luis Antônio, no sentido centro, xingavam moradores de prédios que penduraram bandeiras vermelhas e do PT nas janelas aos berros de “o socialismo não existe”. Alguns moradores revidaram chamando-os de “direita coxinha.”

A reportagem do UOL também foi hostilizada por alguns manifestantes aos gritos de “imprensa petralha.”

As expressões ‘petralha’ e ‘coxinha’ utilizadas para classificar apoiadores do governo e contrários a ele caracterizam discursos de ódio. A contração da expressão petista com a imagem dos Irmãos Petralha (os célebres ladrões criados por Walt Disney), associam a ideia de petistas à de ladrões, ou seja, generaliza-se a ideia de que todo apoiador do PT é ladrão. A referência ao popular salgadinho brasileiro, a coxinha, também é um termo depreciativo utilizado para classificar os simpatizantes do PSDB como conservadores, ‘mauricinhos’ e ‘burgueses’, construindo o estereótipo de que essas pessoas representam a classe despolitizada cujos interesses são voltados ao benefício próprio.

A grande mídia concorre para a invenção desses personagens e de novas formas de manifestações, nesse campo de forças. Mais uma vez, estávamos diante de uma clara divisão de classes. Para Souza (2016), as tentativas de se deslegitimar o governo do PT já podiam ser observadas na manipulação feita pela mídia das 'jornadas de junho' e pela direita conservadora para minar a campanha de Dilma, mas, que naquela ocasião, não obtiveram êxito.

A pauta criada pela imprensa foi a corrupção, amplamente explorada, através da operação Lava Jato, com o claro objetivo de criminalizar o PT e sua base de apoio ao governo, ainda que alguns dos partidos de base mais envolvidos no esquema de propinas da Petrobrás fossem o PP e o PSDB. Entretanto, o envolvimento de políticos desses partidos no escândalo da Lava Jato não produziu alarde entre a população, acostumada com os "ladrões" de sempre. O bode expiatório é o PT, que se vê enredado na maior crise de sua história, personificado na figura de Lula.

O 'medo vermelho' intensifica a intolerância, o preconceito e a violência entre os grupos de esquerda e de direita, nas eleições nacionais de 2014. As ruas e as redes se transformam em um verdadeiro campo de guerra, e o Brasil ficou dividido em dois grandes blocos: de um lado, a direita conservadora representada pelo candidato do PSDB, Aécio Neves e, de outro, a esquerda tendo como representante Dilma Rousseff, do PT.

A candidata de centro-direita, Marina Silva, do PV, aproveita a "onda verde-amarela" e se apresenta como a opção "renovada" para a política brasileira. Mas, as tentativas de reinvenção de Marina foram infrutíferas e, como afirma Souza (2016, p. 104), "o fato de ser uma coisa e querer parecer outra permitiu uma desconstrução impiedosa do marketing político de Dilma, da candidata Marina Silva, que caiu vertiginosamente na preferência popular". As eleições de 2014 centram-se, então, nos candidatos do PSDB e do PT.

UOL Notícias 01/11/2014 15h26 Atualizado às 20h45

"Boa tarde, reações", cumprimentou ao microfone o empresário Paulo Martins, que foi candidato a deputado federal pelo PSC nesta no Paraná. "É inegável que o PT constrói uma ditadura no país", acrescentou, sob fortes aplausos do grupo, que depois seguiu em caminhada."

A caminhada foi marcada também por provocações entre simpatizantes da esquerda e da direita. Na avenida Paulista, alguns moradores de prédios da região estenderam nas janelas camisetas vermelhas e bandeira da campanha à reeleição da presidente." "Vai para Cuba", gritaram os

manifestantes em resposta. Eles fecharam uma das faixas da avenida, onde vendedores ambulantes ofereciam camisetas dizendo "impeachment já". É necessária a volta do militarismo. O que vocês chamam de democracia é esse governo que está aí?", criticou o investigador de polícia Sérgio Salgi, 46, que carregava cartaz com o pedido "SOS Forças Armadas". Os manifestantes diziam que o resultado das eleições deste ano de ser a "maior fraude da história" e o PT de ser "o câncer do Brasil". "Pé na bunda dela [presidente], o Brasil não é a Venezuela", gritaram." Em discurso, o parlamentar disse que, se seu pai fosse candidato a presidente, ele teria "fuzilado" a presidente. Segundo ele, Jair Bolsonaro será candidato em 2018 "mesmo que tenha de mudar de partido". "Eu voto no Marcola, mas não voto na Dilma, porque pelo menos o Marcola tem palavra", disse, em referência a Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, um dos chefes da facção criminosa PCC."

*UOL Notícias 15/11/2014 15h22 Atualizada 15/11/2014 16h22
"Grande parte dos manifestantes seguram bandeiras do Brasil e usam roupas nas cores verde e amarela. Alguns deles queimaram uma bandeira da campanha de Dilma e pisaram no que restou dela aos gritos 'Fora Dilma', 'fora PT'."*

Novas racionalidades são produzidas para se justificar a ameaça 'petralha' e os discursos conservadores de direita se radicalizam ainda mais. Não se trata apenas de censurar os militantes de esquerda, de confrontá-los em manifestações nas ruas e na *internet*, mas, de se construir mecanismos que materializem essa ameaça, como vimos nos fragmentos das reportagens que veiculam a ideia de governo-ditadura do PT e a de Dilma criminosa.

O PT e seus defensores tornam-se objeto de análise e, ao mesmo tempo, alvo de intervenção. Discursos historicamente produzidos sobre a esquerda são reeditados e ganham novo fôlego, como vimos nos fragmentos que fazem circular a imagem de uma esquerda comunista, cuja ideia associa-se à de usurpadores da liberdade e da democracia, como nos trechos "Vai pra Cuba" e o "Brasil não é a Venezuela." Desde as eleições de 1989, ocasião em que Lula (PT) se candidata pela primeira vez à presidência da república, tais saberes vêm sendo ardilosamente construídos pelos grupos, classes e instituições contrárias à ideologia político-partidária de esquerda, inseridos numa lógica do "nós *versus* eles", o que favorece análises binárias e excludentes. Tal estratégia não é explicativa, mas, classificatória e moralizante. Para o adensamento das discussões, é necessário evidenciar os micropoderes em sua permanente relação com os macropoderes, e leituras polarizadas minam essa possibilidade.

Ao discutir a construção do discurso da crise e sua relação com o dispositivo de segurança, Souza (2016) afirma que a atual crise econômica e política no país foi

precedida pela construção de discursos que enfatizavam fenômenos como o recuo do crescimento econômico, o desemprego e o aumento da taxa de inflação nos enunciados dos opositores à presidenta Dilma, durante a campanha eleitoral de 2014, com o objetivo de evitar sua reeleição. Assim, as informações que eram divulgadas para a população brasileira acerca do cenário econômico brasileiro focavam-se em pesquisas que apresentavam índices de aumento do dólar, baixo crescimento, inflação elevada e queda da Bolsa de Valores.

Tais enunciados exploravam o medo de uma possível reeleição de Dilma, pelo mercado financeiro, e as consequências negativas para a população, com a suposta (e desastrosa) reeleição, aos olhos do mercado. Como o biopoder lida com a gestão da vida, alguns paradoxos produzidos parecem difíceis de serem contornados. Vejamos. A parcela de brasileiros que elege Dilma à presidência torna-se também a responsável pelo fracasso econômico do país. Se o objeto e o objetivo do biopoder é a vida, os riscos e perigos à sobrevivência da espécie devem ser eliminados e, como os perigos são imanentes à própria população, as estratégias de se eliminar o adversário ‘petralha’ se justificam e se pulverizam por todas as classes sociais, inclusive, dentro das camadas mais carentes da população, maiores beneficiadas pelas políticas sociais implantadas pelo governo do PT.

O poder não está localizado nos aparelhos de Estado, nas formas jurídicas ou em uma classe dominante, mas em lugares estratégicos onde se encontram as relações de saber-poder, com suas tecnologias próprias em cada relação de forças, na vida cotidiana. Como aponta Foucault (2003, p. 233): “(...) não busco ver qual é a aberração produzida nos aparelhos de Estado, e que conduziu a esse suplemento de poder”. Na contramão da evolução da etimologia da palavra, o poder, na concepção de Michel Foucault, não é nem algo que podemos tomar posse, nem um atributo que se possua ou não, mas, sim, um jogo de forças, um exercício permanente e instável.

A mídia não só veicula informações, mas é produtora de saberes e de sujeitos. As estratégias de poder, imanentes à vontade de verdade, multiplicam discursos xenofóbicos sobre os apoiadores do governo e sobre os representantes do PT. A mídia *faz ver* que a discussão acerca do cenário político brasileiro é a reiteração dos graves problemas provocados pelo governo do PT, dos prejuízos

historicamente produzidos pelos partidos de esquerda, e dos perigos da influência de uma ideologia esquerdista-comunista para a cultura do país.

PORTAL TERRA 27 OUT 2014 08h31 Atualizado às 11h58

“Muitos eleitores de outras regiões do Brasil “culparam” os cidadãos dos Estados do Nordeste pelas mazelas da nação. Segundo esses internautas, a boa votação da petista no norte e no nordeste é culpa única e exclusivamente dos programas sociais.”

Se eu ver um cangaceiro nordestino fdp aqui em SP eu mato”, disse uma eleitora paulista, talvez se esquecendo que a cidade onde ela mora foi construída por migrantes e imigrantes de todo o mundo, incluindo os nordestinos.

Já um eleitor carioca resolveu atacar os nordestinos com um argumento um pouco sem sentido, ainda mais em tempos de falta de água no Sudeste. “Esses nordestino (sic) fdp tem que morrer na seca mermo, povo escroto, mamando na teta do governo, tudo ignorante fdp”.

A vitória de Dilma Rousseff foi acompanhada da revolta dos apoiadores do PSDB, que justificavam a derrota através de discursos de ódio contra os eleitores de Dilma, especialmente os nordestinos, seus maiores eleitores. Vemos, mais uma vez, o país dividido em duas grandes regiões: o nordeste e o sudeste. Os apoiadores de direita começam a discutir estratégias de se ver livres do PT. As pretensas soluções para o problema variavam desde a separação da região do Nordeste do restante do país, passando pelo pedido de impedimento da presidenta, chegando até à intervenção militar. A insatisfação dos eleitores pró-Aécio, com o resultado nas urnas, provocou protestos por vários dias após as eleições, principalmente nas redes sociais, onde a ingerência petista é fortemente declarada.

Como afirma Souza (2016), a vitória de Dilma Rousseff, no segundo turno, não silencia as previsões de uma crise devastadora. A reação de rejeição do mercado foi imediata, mas, os motivos não estavam muito claros. Seria pelo fato de a presidenta não afagar os olhos do mercado? Ou por que outros fenômenos foram se agrupando em discurso? Em novembro e dezembro de 2014, outros discursos começam a circular como, por exemplo, a crise na Petrobrás, os escândalos de corrupção encontrados pela Polícia Federal, cujo potencial superava ao do Mensalão. Pouco se sabia, naquele momento, a respeito da corrupção na Petrobrás, mas, como esclarece Souza (2016, p. 97), “só a colocação em discurso da possibilidade já produz a ideia de uma potencial consolidação da crise anunciada antes das eleições”.

As análises desqualificadoras sobre as políticas de governo, a intensa exploração sobre denúncias de corrupção e o envolvimento de políticos do PT materializam a ‘ameaça vermelha’ no imaginário social: a estreiteza de relações entre Brasil e países que se declaram de esquerda, como Venezuela, Bolívia e Cuba é vista como um perigo à democracia, pois representa uma possibilidade de golpe comunista; os programas sociais criados pelo governo do PT, como o Bolsa Família, apenas incentivam o desemprego, favorecem o aumento da taxa de natalidade (a poluição do espaço com mais pobres, que são os maiores beneficiários dessas políticas), desvalorizam o mérito da classe média e média-alta, como as políticas de cotas e de financiamento de estudos nas universidades destinadas às minorias sociais que seriam as únicas “privilegiadas”, e o ódio da direita se generaliza a todas as pessoas indesejáveis e imprestáveis apoiadoras do governo, e que exploram as riquezas produzidas pela classe conservadora. As riquezas do Brasil já têm dono e, portanto, devem ser privatizadas. Sobre o principal alvo da direita, e os motivos de sua indignação, Brugnago e Chaia (2015) esclarecem que:

O capitalista não se sente mais explorando os pobres; ele é um trabalhador que construiu o seu patrimônio. (...) A classe branca se coloca em lugar de minoria. O PT lhe explora; os gays vão corromper a sua família; os índios vão ficar com suas terras; os negros vão roubar suas vagas na faculdade; estudantes pobres do REUNI vão estudar de graça com o seu dinheiro; os cubanos vão roubar suas vagas de médicos; os pobres vão ficar com os impostos que eles trabalharam tanto para pagar; o Estado não vai lhes dar segurança, pois para isso teria que prender pobres votantes. (BRUGNAGO; CHAIA, 2015, p. 116-117)

Fernandes (2005) nos apresenta uma discussão acerca da noção de discurso, enquanto objeto de estudos do campo da Análise do Discurso. Este campo de conhecimento é marcado por complexidades e especificidades, já que seu objeto, o discurso, é construído a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que mostra a importância dos diferentes contextos sociais de produção dos enunciados, evidenciando, assim, seu caráter histórico e ideológico.

Nessa perspectiva, há um deslocamento das análises do sujeito falante, que envolve questões estritamente linguísticas, ancoradas em uma ideia de sujeito individualizado e idealizado, para o sujeito falando, o que nos exige pensar na produção de sentido como atividade integrante de seu cotidiano, do lugar sócio-histórico-ideológico de onde esse sujeito fala, e das condições de possibilidade de produção desse discurso. O sujeito falante é sujeito e objeto de uma conjuntura

sócio-histórico-ideológica e, portanto, constituído por múltiplas vozes, advindas de diferentes lugares, em dado momento.

O discurso, como prática social, implica uma exterioridade à língua(gem), embora necessite desta para se materializar. Para se ter acesso ao discurso, é necessário ultrapassar as leituras que se restringem às estruturas linguísticas, avançando em direção às análises que nos possibilitam ler esse objeto em seu constante movimento de (trans)formação. O sujeito, ao enunciar, denuncia (conscientemente ou não), os conflitos, contradições e antagonismos próprios à vida social. O sujeito discursivo enuncia/denuncia sua leitura de mundo, e do seu lugar no mundo, ou seja, a partir de sua inscrição ideológica. Ideologia é, portanto, inerente ao discurso. (FERNANDES, 2005)

Aqui, observa-se uma articulação necessária entre o linguístico e o histórico, já que os sentidos produzidos pelos sujeitos discursivos devem ser analisados a partir de uma interdiscursividade dos enunciados que se materializam na língua(gem). Os discursos de ódio dispõem de inúmeros elementos em jogo: costumes, leis, instituições, palavras, normas, saberes, o que nos possibilita analisar a violência enquanto dispositivo que surge em um determinado momento histórico como resposta a uma urgência, na relação entre discurso e práticas institucionalizadas.

3.4 Discussão

As redes sociais, particularmente, o *Facebook*, foram poderosos meios de circulação de ideologias político-partidárias nas eleições de 2014, e a campanha política deixa de ser exclusividade dos marqueteiros profissionais para ser construída pela base eleitoral *online*, com seus *posts* e compartilhamentos incalculáveis. A *internet* se transforma em plataforma de luta. A pauta da corrupção é fortemente explorada pela grande mídia, que aposta nas revelações do escândalo da Petrobrás, na cobertura exaustiva de prisões espetaculares, no “furo de notícias” cuidadosamente selecionado. O ódio e a vingança vão se pulverizando de maneira orquestrada pelas instituições (mídia, partidos políticos, aparato jurídico-policial) entre a população. É necessário produzir discursos de “salvação” do povo brasileiro: a personalização da corrupção na figura do PT e de seu governo e, posteriormente, encarnada na figura do juiz Sérgio Moro

O combate à corrupção se restringe ao ataque seletivo a um partido, a um manifestante, a uma classe social, a uma ideologia política. Não se promovem debates sobre maior transparência entre economia e política, não há propostas efetivas de combate à corrupção, não há discussões sobre as fontes de investimentos em campanhas eleitorais. O que observamos é a manipulação de uma pauta urgente com finalidades bastante claras.

A governamentalidade biopolítica aciona mecanismos violentos que passam a operar no cotidiano das pessoas. Os nordestinos devem ser separados do restante da população brasileira, podem morrer de fome (e de sede), retirando-se os benefícios das bolsas do governo, e ações que violam os direitos básicos são justificadas, por razões de sobrevivência de outros, pela garantia do crescimento do estado e de superação das crises (econômica, política, emocional, partidária). É possível observar de que modo um grande aparato discursivo acerca das manifestações e sobre os manifestantes, em cada momento, está presente e é repetido em várias instâncias: nas ruas, nas redes sociotécnicas, em projeto de lei, em discursos políticos, na grande mídia nacional. O ódio, mais que o medo, irá alimentar o dispositivo da violência e garantir o seu funcionamento, ordenando comportamentos, alinhando discursos e legitimando ações para se superar o atual momento político.

O discurso de ódio sequestra a tão comumente conhecida identidade pacífica do povo brasileiro e marca os movimentos de resistência nas ruas e nas redes. Novas subjetividades são fabricadas nesse cenário: o coxinha e o petralha. Tais figuras constituirão o terreno sobre o qual e contra o qual se deverá agir. As contracondutas nas manifestações se constituirão na contramão dos movimentos de resistência historicamente construídos no Brasil, adquirindo novas formas no momento atual e definindo novas modalidades de luta. Concordamos com Souza (2016, p. 123) que:

...é importante que especulemos sobre as formas de nossas ações de resistência para tentarmos antecipar o como elas são esperadas, pressupostas para compor o dispositivo e como podem ser capturadas para se tornarem condutas a serem impostas futuramente, acentuando ainda mais a eficiência do poder biopolítico. (SOUZA, 2016, p.123)

No texto *O sujeito e o poder*, Foucault (2014), tratando da especificidade das relações de poder, vai dizer que o termo conduta permite melhor apreender o que há de específico nas relações de poder, posto que a conduta seja, ao mesmo tempo, o ato de conduzir os outros e a maneira de se comportar em um campo mais ou menos aberto de possibilidades. Compreender os mecanismos de poder, para Foucault (2008, p. 5), tem o papel de “mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta”.

O dispositivo da violência, assim como o dispositivo de segurança, insere os fenômenos – as manifestações, os discursos de ódio, a intolerância aos partidos, o medo ‘vermelho’, a crise econômica, por exemplo – numa série de acontecimentos prováveis, cujas reações do poder ante a esses fenômenos serão inseridas em um cálculo de custo, estabelecendo limites aceitáveis além dos quais não se deve ultrapassar. Para que o dispositivo se consolide, é necessário um conjunto de mecanismos e técnicas que o façam funcionar.

A emergência dos discursos de ódio, – e não de outros em seu lugar, – na atualidade, inscreve-se em jogos de verdade, legitima tipos de racionalidades, faz uso de certos mecanismos de controle/condução das pessoas, ao mesmo tempo em que atua na produção de subjetividades, ao prescrever posturas “politicamente corretas”, no cenário das manifestações. Os discursos de ódio inserem-se em um conjunto heterogêneo de elementos que visam garantir, paradoxalmente, uma democracia de efeito moralizante e normalizador, fabricando figuras como as do coxinha e do petralha, e que, dependendo da posição em que essas figuras ocupam na interdiscursividade, “coxinha-com-mortadela”, são vistos como “apátridas”, como um risco à ordem e à segurança.

Os efeitos de tais discursos provocam medo, intolerância e violência, reforçando racionalidades discriminatórias. Os discursos de ódio não apenas traduzem uma indignação diante da suposta crise político-econômica enfrentada pelo país, ou denuncia esquemas de corrupção do governo. O próprio discurso sofre interdições por parte da sociedade, no intuito de se controlar efeitos indesejáveis: não se pode dizer qualquer coisa, de qualquer maneira, para qualquer um e, enredado nessa disputa por sua posse, o discurso é mecanismo de poder.

Ao analista, importa descrever os enunciados na singularidade do acontecimento, unindo língua(gem) e história. Pensar a violência enquanto dispositivo pressupõe analisar a rede de elementos que o integram, em sua multiplicidade heterogênea, capturando, momentaneamente, as linhas que o constituem e que se inscrevem em poderes e saberes que concorrem para a objetivação/subjetivação do sujeito. Falar de violência, a partir dos discursos de ódio produzidos nas manifestações brasileiras, é enredar-se nas tramas de um dispositivo que engendra indivíduos a partir de determinadas formas de ser-estar, frutos dos saberes e poderes que lhes são inerentes

É necessário inserir a complexidade e a singularidade das manifestações no interior de processos que são históricos, econômicos, políticos, culturais, e os efeitos de verdade produzidos pelos discursos de ódio, nesse cenário, na fabricação de comportamentos, na legitimação de ideias, regras e valores que têm dado o tom de um “conflito armado”; um campo de guerra entre os apoiadores do governo, de um lado, e os que protestam contra ele, de outro.

A noção de poder, para Michel Foucault, ultrapassa concepções essencialistas e pessimistas. Os saberes e os mecanismos de poder que avançam na atualidade configuram processos de subjetivação, modos de ser e de estar em nosso tempo, que são transformáveis e nômades. Só podemos compreender o poder nesse jogo de relações de forças, na particularidade de suas práticas em determinado campo, e em cada momento histórico específico. Entender o dispositivo da violência implica, portanto, um exercício analítico do poder e, como nos esclarece Passos (2008, p. 11): “Analítica do poder” significa isto: descrição do tipo de poder em jogo em campos muito delimitados e circunscritos da experiência.” Nas palavras de Foucault (1984, p. 238):

Não se trata evidentemente de interrogar o “poder” sobre sua origem, seus princípios ou seus limites legítimos, mas de estudar os procedimentos e técnicas utilizados nos diferentes contextos institucionais, para atuar sobre o comportamento dos indivíduos tomados isoladamente ou em grupo para formar, dirigir, modificar sua maneira de se conduzir, para impor finalidades à sua inação ou inscrevê-la nas estratégias de conjunto, conseqüentemente múltiplas em sua forma e em seu local de atuação. (FOUCAULT, 1984, p.238 e 239)

O discurso midiático impõe saberes, constrói regras, orienta práticas, e legitima leis sobre as manifestações, institucionalizando o todo como sendo a própria verdade. Sobre a relação entre saber e poder, nos aponta Veyne (2008, p. 36): “(...) encontram-se num mesmo dispositivo onde se entrelaçam, sendo o poder sábio na sua área, o que confere poder a certos saberes.” O discurso é imanente ao dispositivo que se arquitetou nele. O dispositivo da violência é acionado por diferentes elementos, enredando-se em leis, práticas, instituições, normas, valores, palavras que impregnam uma dada formação histórica: os saberes produzidos sobre os militantes, a criminalização dos movimentos sociais, os discursos de ódio endereçados ao outro, visto como inimigo, a intolerância, a insegurança, por exemplo. O discurso de ódio é uma verdade do seu tempo, com suas singularidades e bizarrices, encarnado em determinada sociedade. A verdade é, pois, um dos componentes do dispositivo.

Aqui, em consonância com a analítica foucaultiana, entendemos discurso como um conjunto de enunciados que, embora possam pertencer a campos diferentes, guardam em comum regras de funcionamento. Essas regras não são apenas linguísticas, mas, reproduzem descontinuidades e rupturas historicamente determinadas. (REVEL, 2005)

Mais do que nomear quem disse o que e qual lado têm o domínio da verdade, o que leva as pessoas a expressarem, com tanta tranquilidade, esse ódio? Podemos pensar, aqui, nas imagens que se viralizaram por todos os cantos do mundo, e que dão visibilidade ao ódio nas manifestações. Esses modos de subjetividade que vêm sendo engendrados, e que têm ganhado cada vez mais visibilidade nas mídias, estão conectados às relações de poder em nossa sociedade. É sobre esse terreno movediço, minado e conflituoso, que pretendemos nos deslocar, no próximo capítulo.

4. DISPOSITIVO DA VIOLÊNCIA: A PRODUÇÃO DO SUJEITO – ODIOSO

Recuperando o fôlego para a construção deste último capítulo da pesquisa, a proposta é investigar de que maneira o dispositivo da violência se atualiza nos/pelos discursos de ódio, de forma a produzir modos de subjetivação do indivíduo-manifestante. A aposta é a de que o dispositivo constitui “modalidades” de sujeitos-manifestantes – manifestantes-vândalos, manifestantes-criminosos, manifestantes-terroristas – como vimos ao longo das análises deste trabalho e, aqui, uma modalidade peculiar produzida, também, por eles (os manifestantes) mesmos: o manifestante-odioso.

Acreditamos que as práticas discursivas e institucionais em torno das manifestações, particularmente, em 2015, consolidam determinadas técnicas de fabricação de sujeitos-manifestantes, já que “o modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios”. (FOUCAULT, 1996, p. 207). O objetivo deste capítulo é analisar os processos de subjetivação/objetivação produzidos em torno das manifestações dos anos de 2015 e de 2016, no Brasil, através de fragmentos de notícias divulgadas pela grande mídia nacional. Para alcançarmos tal tarefa, elaboramos dois objetivos específicos, a saber: a) descrever como o funcionamento discursivo dos elementos que compõem o dispositivo constrói a identidade do sujeito-manifestante; e b) considerando as condições de emergência dos discursos de ódio e a tomada do indivíduo-manifestante enquanto objeto dos saberes midiáticos, analisar como, nos discursos midiáticos, ocorrem os processos de objetivação/subjetivação desse sujeito.

Para compreendermos como os processos de subjetivação são produzidos, nos orientamos principalmente pelos movimentos que Foucault denominou de *técnicas de si* ou *tecnologias do eu*,¹³ que dizem respeito aos modos de relação do sujeito consigo mesmo. E, também, nos deteremos à análise das linhas de subjetivação, isto é, a produção do si por si mesmo. (DELEUZE, 1999). É importante esclarecer que as tecnologias do eu não estão separadas das tecnologias de produção, das tecnologias de significação e das tecnologias de dominação, assim

¹³ Também encontramos, na obra de Michel Foucault, a expressão “Técnica de Existência” com o mesmo sentido (CASTRO, 2016)

como as linhas de subjetivação não estão apartadas das linhas de visibilidade, de enunciação e das linhas de forças deleuzianas, Em concordância com Castro (2016, p. 98-99):

Os deslocamentos no pensamento de Foucault não são rupturas; são torções, movimentos em torno de um eixo. Em nosso modo de ver, este [eixo] não está representado nem pelo saber, nem pelo poder, nem pelo sujeito; mas sim pela maneira em que eles se correlacionam. (...) Não existe o saber, o poder e o sujeito, senão no plural e sem nenhuma identidade que transcenda suas múltiplas formas históricas: saberes, técnicas de exercício do poder, práticas de subjetivação (CASTRO, 2016, p. 98-99).

De naturezas específicas, mas em constante conexão, cada tecnologia associa-se a um tipo específico de dominação, ou seja, cada uma delas implica certas formas de objetivação/subjetivação do sujeito, e a relação entre as tecnologias de dominação do outro e de si mesmo é o que Foucault (2008, p. 47) denomina de governamentalidade.

Ao analisar o dispositivo da sexualidade, Foucault (1996, p. 207) afirma que:

fiquei cada vez mais consciente de que, em todas as sociedades, existem outros tipos de técnicas, técnicas que permitem aos indivíduos efetuarem um certo número de operações sobre os seus corpos, sobre as suas almas, sobre o seu próprio pensamento, sobre a sua própria conduta, e isso de tal maneira a transformarem-se a eles próprios, a modificarem-se, ou a agirem num certo estado de perfeição, de felicidade, de pureza, de poder sobrenatural e assim por diante. Chamemos a estes tipos de técnicas as técnicas ou tecnologias do eu. (FOUCAULT, 1996, p. 207)

Ou, ainda, sobre as tecnologias do eu, Foucault (2008, p. 47) aponta:

Que permitem aos indivíduos que façam, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, conduta, ou qualquer forma de ser, obtendo, assim, uma transformação de si mesmos com o objetivo de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 47, tradução livre)¹⁴

Trata-se da dimensão política da história que construímos, isto é, “uma análise relativa àquilo que estamos dispostos a aceitar no nosso mundo, a recusar e a mudar, tanto em nós próprios como nas nossas circunstâncias”. (FOUCAULT,

¹⁴ *que permiten a los individuos efectuar, por cuenta propia o con la ayuda de otros, cierto número de operaciones sobre su cuerpo y su alma, pensamientos, conducta, o cualquier forma de ser, obteniendo así una transformación de sí mismos con el fin de alcanzar cierto estado de felicidad, pureza, sabiduría o inmortalidad.*

1996, p. 206). Tomado como objeto discursivo, o termo sujeito-odioso, no dispositivo, refere-se à diferenciação – a partir das modalidades produzidas pelas discursividades em torno das manifestações a partir de 2013 – entre as categorias manifestantes-vândalos, manifestantes-criminosos, manifestante-terroristas, como vimos ao longo desta pesquisa.¹⁵

Toma-se dispositivo como: a) uma rede de elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, e a natureza da relação que se estabelece entre tais elementos; b) uma resposta a uma urgência de seu tempo; e c) função estratégia em um dado momento. Com essa perspectiva, nossas análises pretendem descrever, prioritariamente, como se movimentam as linhas de subjetivação enquanto linhas que configuram e que atravessam essa rede, responsáveis por organizar formas de saber, estratégias de poder e as relações do sujeito consigo mesmo. Então, nos interessa analisar como os indivíduos-manifestantes se constroem enquanto sujeitos-odiosos, nesse/e através desse dispositivo.

Para tanto, pretendemos fazer a análise discursiva de dois materiais produzidos pelo grupo UOL NOTÍCIAS (Universo *Online*). O primeiro é composto por fragmentos de notícias divulgados sobre as manifestações brasileiras de 2015, e o segundo refere-se aos comentários de leitores sobre esse acontecimento, a partir de uma matéria divulgada sobre as manifestações a favor do governo de Dilma Rousseff. Nossa escolha pelo UOL NOTÍCIAS justifica-se por ser a maior empresa brasileira de conteúdos e serviços da *internet*, além de ser o maior e o mais visitado portal do país, segundo dados do Nielsen IBOPE. O UOL integra o grupo *Folha*, que controla o jornal de maior influência e abrangência de circulação do país, – *Folha de São Paulo*, – e é um dos principais conglomerados de mídia nacional.¹⁶

Realizamos a seleção das reportagens através de ferramentas de busca *online*, utilizando como palavras-chave: manifestações brasileiras; Dilma Rousseff; 2015; 2016. A justificativa recai sobre o fato de que as manifestações de 2015 e de 2016

¹⁵ As investigações do material de análise da pesquisa evidenciaram distintas formas de manifestação e diferentes tipos de manifestantes, em cada uma delas. Entretanto, pudemos observar que os discursos de ódio são o elemento em comum a todas elas, por mais específicas ou numerosas que fossem as pautas de luta, em cada momento, e por mais singulares que sejam as condições de experiência que emergem em torno das manifestações, há entre elas uma espécie de equivalência: a produção de uma forma de manifestação e de um 'perfil' de manifestante hegemônicos.

¹⁶ O grupo *Folha* controla, também, o *Folha.com*, site noticioso de jornal de maior audiência, a Plural, maior gráfica comercial do Brasil, o jornal "Agora" e edita as revistas 'Da Hora' 'SaoPaulo' e 'Serafina', além de investir em outros negócios. Tais informações estão disponíveis no site http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml

tiveram como mote principal o governo de Dilma Rousseff e a legitimidade do PT.¹⁷ Os critérios de seleção dos trechos jornalísticos foram os discursos de ódio que eles veiculam, cujos elementos nucleares que os identificam são a intolerância, o preconceito, a discriminação e seu potencial de instigar o ódio e a violência contra pessoas e/ou grupos por suas orientações religiosas, político-partidárias, sexuais, sua etnicidade e gênero, sua condição social, e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, o discurso de ódio “está dirigido a estigmatizar, escolher e marcar um inimigo, manter ou alterar um estado de coisas, baseando-se numa segregação.” (SHÄFER *et al*, 2015, p. 147)

Outro critério utilizado para selecionarmos a matéria sobre as manifestações pró-governo (e analisarmos os depoimentos dos leitores dessa matéria, especificamente) recai sobre o fato de se tratar do dia de maiores manifestações pro-governo e a favor da democracia, no país, cujas manifestações ocorreram nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, levando milhares de manifestantes às ruas, em todo o território nacional. Segundo dados divulgados pelo IBOPE, cerca de 95 mil pessoas participantes das manifestações, na cidade de São Paulo. Já os manifestantes estimaram um número de 350 mil pessoas presentes.

Nossas problematizações se movem nos terrenos do discurso e da mídia. Dentro desse contexto, a mídia representa o “espelho” do mundo globalizado, criando novos espaços, construindo vaidades, impondo necessidades e lançando entendimentos sobre os acontecimentos ao atribuir significados aos temas do cotidiano. Seus produtos – as notícias – são apresentadas ao público como uma racionalidade, uma forma de se compreender a realidade.

No caso das manifestações, a intensa exploração dos discursos de ódio pela imprensa produz, como um de seus efeitos, a banalização da violência e sua objetificação enquanto objeto de consumo que passa a fazer parte do cotidiano das pessoas. Assim, a mídia transforma a natureza social e o sentido do que venha ou não a ser vivenciado, inventando um mundo integrado ou em tensão com as formas de se perceber a realidade.

Analisar a fabricação desse sujeito-odioso implica falar em discurso e em resistência. Ao mesmo tempo em que dá visibilidade a uma urgência – a situação

¹⁷ As manifestações ocorreram em várias cidades do país, em diferentes dias, e foram ‘convocadas’ principalmente através das redes sociotécnicas. Tais mobilizações se concentraram em dois polos distintos: de um lado, os apoiadores do governo do PT e de seus representantes e, por outro, aqueles que reivindicavam a saída da presidenta Dilma Rousseff e que criticavam o governo do PT.

político-econômica brasileira, resumir as tecnologias de poder que sustentam o dispositivo (e são por ele sustentadas) às práticas de um governo, e os discursos de ódio produzidos nas manifestações apenas como uma contra-conduta a seus representantes, oculta não apenas a diversidade dos elementos que compõem a rede do dispositivo, mas, também, a forma pela qual eles se engendram, na constituição do dispositivo, e os efeitos e atualidades do próprio dispositivo, na fabricação de sujeitos.

Morey (2008, p. 24, tradução livre), ao apresentar o pensamento e a obra de Foucault, afirma que “o problema, ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico, que temos hoje não é tentar liberar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas, sim, nos liberarmos nós mesmos do Estado e do tipo de individualização que é próprio dele.”¹⁸

Pensar com Michel Foucault nos permite expandir espaços de diálogos, produzir conexões, propor debates e embates nos mais variados contextos, dada a diversidade acadêmica e artística de sua obra, e dos efeitos que suas produções provocam. A presente pesquisa pode ser considerada um produto desses efeitos, que processualmente foi adquirindo contornos, contando com a participação de vários interlocutores. A ênfase, aqui, recai sobre dois aspectos da obra de Foucault: a noção de dispositivo e os processos de subjetivação. Entretanto, é fundamental esclarecer que não se trata de noções recortadas dentro da trajetória de pensamento do autor.

Dessa maneira, mesmo que brevemente, pretendemos caracterizar os demais elementos que compõem os conceitos em questão: as linhas de visibilidade e as linhas de enunciação, produtoras dos discursos de ódio, assim como as linhas de força, na medida em que se encontram relacionadas às dimensões de poder, operando em todos os pontos do dispositivo.

As manifestações são práticas de sujeitos que se recusam a ser governados de determinadas maneiras, por certos agentes, mas que, também, produzem em seu movimento de resistência, uma multiplicidade de racionalidades, de regras, de práticas discursivas e não discursivas, e vice-versa. Há, nesse movimento bélico, um jogo de regras, de racionalidades, que buscam permanência e visibilidade, e há

¹⁸ *el problema, a la vez político, ético, social y filosófico, que se nos plantea hoy no es tratar de liberar al individuo del Estado y sus instituciones, sino de liberarnos nosotros del Estado y del tipo de individualización que le es propio.*

relações de poder que se tornam dizíveis através das racionalidades produzidas. Como nos afirma Foucault (2004, p. 3), o cuidar de si só é possível a partir do conhecer-se, e conhecer-se implica, também, o conhecimento de determinadas regras de conduta que são, simultaneamente, verdades e prescrições. “Cuidar de si é munir-se dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade.”

A constituição do sujeito é um dos eixos principais das investigações de Michel Foucault. Candiotto (2016) examina três possibilidades de constituição do sujeito na obra daquele autor. A primeira é vista como efeito das relações entre saber e poder, especialmente nas obras *Vigiar e Punir* (1975) e *História da Sexualidade* vol. I (1976). Os processos de objetivação que constituem o sujeito atuam em várias esferas (jurídica, médica, familiar, religiosa), operando cisões a partir da delimitação de fronteiras cada vez mais rígidas entre os “fora” da lei – seja da lei de Deus, dos códigos penais, das práticas familiares tradicionais – e as pessoas juridicamente corretas, psicologicamente saudáveis, obedientes e fiéis aos modelos socialmente impostos e legitimados dentro de uma dada ordem do discurso.

Os processos de objetivação são acompanhados por processos de subjetivação, que constituem sujeitos sujeitados, obedientes, produtivos e úteis, efeitos do poder disciplinar. Um sujeito objetivado e subjetivado pela norma, movimentando-se apenas dentro de espaços definidos, passível de ser cronologicamente mensurável e produzindo resultados já esperados. O poder é pensado como relações entre forças, através de práticas de controle sutis e quase imperceptíveis, que se espalham por todo o tecido social, minando a possibilidade de resistências.

A segunda possibilidade emerge de mudanças no pensamento foucaultiano, entre os anos de 1976 e 1978, especialmente com o curso *Segurança, território e população* e a ideia de governamentalidade. Aqui, embora permaneça a tese de que as relações de poder inexistem sem a possibilidade de resistências, já que poder e resistência são pensados em uma relação mútua de imanência, o poder é discutido em outro nível de análise. Há um jogo estratégico entre liberdades e lutas constantes contra o governo da individualização, numa constituição agonística do sujeito. Aqui, a atitude do sujeito não é meramente reativa às políticas de controle, mas, inclui uma *contraconduta* nessas relações, entendida como “o enfrentamento

estratégico a ser exercido livremente diante da tentativa de normalização disciplinar e da regulação do biopoder” (CANDIOTTO, 2016, p. 33).

Portanto, trata-se de um contínuo processo de subjetivação que inclui em seu movimento a determinação política do sujeito, de uma recusa política do sujeito em ser governado de determinada forma, por certos agentes. É o exercício de práticas de liberdade diante da regulamentação da vida e da normalização de identidades que vai se naturalizando nas práticas sociais, legitimadas pelos mais variados discursos de verdade.

A premissa, aqui, é a de que só é possível governar sujeitos livres, ou seja, quando esses sujeitos agem livremente, e nas circunstâncias em que agem. Liberdade não é uma essência do sujeito, mas, uma potência, uma atividade constante. Entre o governo de si e o governo dos outros há uma relação de provocação e de embates na agonística constituição do sujeito que trava uma luta permanente ao longo de sua existência, para empreender ações livres diante dos arreios e freios que buscam capturar seus desejos e escolhas, e que cerceiam as possibilidades do sujeito de se tornar governante de si. A constituição do sujeito é pensada a partir de dois movimentos: da relação de si para consigo, e em sua relação com o mundo.

A terceira possibilidade de constituição ética do sujeito diz do efeito da relação entre conhecimento de si e cuidado de si, este último, enquanto princípio de inquietação. De um lado, temos o esforço do sujeito contra a colonização de si mesmo por parte de percepções naturalizadas advindas de um suposto autoconhecimento (mediado pelos diversos discursos de verdade produzidos pelas conhecidas ciências humanas), que o torna dependente de si mesmo e, de outro, as práticas de liberdade atuando como resistências às limitações de seus desejos e escolhas.

A proliferação dos discursos de ódio está relacionada aos processos de objetivação e subjetivação que experimentamos em nosso tempo: uma agonística que alimenta e reproduz o medo, a insegurança e as incertezas diante das mudanças (ou da permanência) da situação política do país e de seus desdobramentos na qualidade de vida das pessoas. Portanto, para além de promoverem a emergência de uma dada manifestação hegemônica e de um perfil de manifestante, a dinâmica dos processos de objetivação/subjetivação nas/pelas

manifestações produz e estabelece novas práticas e, na dinâmica de suas existências midiáticas, as modalidades de manifestações e os perfis de manifestantes relacionam-se entre si e constituem-se como práticas. Pode-se dizer, então, que a manifestação hegemônica é difusa e não localizável.

MANIFESTANTES QUEREM LEVAR DILMA À FORÇA, DIZ ACESSOR DO PALÁCIO

Folha de São Paulo 14/04/2015 21H341min

Assessor especial da Secretaria Geral da Presidência, o sindicalista José Lopez disse nesta terça-feira (14) que os participantes dos protestos contra o governo querem levar à força a presidente Dilma Rousseff.

Ele comentou uma foto exibida minutos antes no telão. Na imagem, bonecos de Dilma e Lula aparecem enforcados.

"É isso que os golpistas querem fazer. Querem enforcar a presidente", discursou Feijó, listando vítimas da ditadura.

Feijó, que se apresentou como representante de Dilma, caracterizou como trincheira a luta contra o projeto que permite terceirizações, chamando de "A1-5 da classe trabalhadora".

Nesse trecho da reportagem, a expressão 'levar à força' tem duplo sentido: o afastamento da presidenta de seu cargo, provocado pelos manifestantes que a levariam à renúncia, simbolizado por seu enforcamento, e a ameaça de assassinato, caso tal fato não se concretizasse. Nas ruas, a passagem da fala ao ato: manifestantes enforcam bonecos de Dilma e Lula. É necessário inserir a complexidade e a singularidade das manifestações no interior de processos que são históricos, econômicos, políticos, culturais, e os efeitos de verdade produzidos pelos discursos de ódio, nesse cenário, na fabricação de comportamentos, na legitimação de ideias, regras e valores que têm dado o tom de um verdadeiro 'conflito armado' em torno das manifestações: uma trincheira de guerra entre os apoiadores do governo, de um lado, e os que protestam contra ele, de outro. Os efeitos de tais discursos provocam medo, intolerância e violência, reforçando racionalidades que promovem o combate aos inimigos comuns: Lula e Dilma.

O que quer que tomemos como 'as manifestações' (daqueles que apoiam o governo e/ou daqueles que o rejeitam) é o resultado de processos de objetivação (nunca realizado de maneira isolada, mas, em conexão com outras modalidades de manifestações). Assim, práticas são instauradas e, a partir delas, e com elas, novas sensibilidades, novas formas de apreensão e de relações de poder são organizadas para a produção de experiências nas/pelas manifestações, "enfim, "a", singular, não

existe em si mesmo porque é justamente a partir de um plural anterior que ele se constitui.” (MARCELLO, 2003, p. 70)

FOLHA.UOL 11/06/2015 10h59

Hospedado no mesmo hotel onde se espera a chegada de Dilma e do ex-presidente Lula, em Salvador, Reis ameaçou partir para a agressão física após ser abordado pelo senador Paulo Rocha (PT-PA).

"Pau no cu do PT", disse ele quando o petista perguntou se sua presença não deveria ser encarada como uma "provocação".

"Provocação é esse governo, que rouba os nossos impostos", disse Reis.

Ao presenciar o constrangimento, o ex-deputado Paulo Ferreira (PT-RS) se aproximou dos dois adotando um tom mais ofensivo. "Esse filho da puta quer levar porrada", disse.

Reis reagiu: "Vem, que eu pego dez de vocês".

*Antes da abordagem dos petistas, o líder do Revoltados Online explicava à **Folha** o propósito de sua presença em Salvador. "Vim encontrar o Lula, vai ser lindo", ironizou.*

Um dos efeitos da relação poder/saber/verdade sobre as manifestações será a fabricação de um indivíduo subjetivado a partir do posicionamento político que ocupa e das opiniões que expressa, no espaço público. No fragmento acima, observamos que as agressões são endereçadas aos representantes do PT, ladrões dos impostos pagos pelos brasileiros e que devem ser, por isso, violentados. As posições de sujeito são bem definidas: um sujeito que recusa ser governado pelo atual governo e um sujeito que não admite outras formas de governo que não a atual.

Em qualquer um dos casos, um sujeito que deve ser governado (através de outras formas de governo, o que inclui a emergência imperativa do discurso “Ditadura Militar, Já!” como vimos ao longo da pesquisa) e que deseja se deixar governar, da forma como vem sendo feita. Tais práticas nos permitem antecipar que, paradoxalmente, as manifestações brasileiras, na condição de práticas de resistência, reeditam discursos disciplinares, de repressão e de violência. É o que podemos observar, por exemplo, nos cartazes das manifestações brasileiras dos anos de 1964 e de 2015, como mostra a Figura 3:

Figura 3 – Reedição dos discursos de ódio em torno das manifestações brasileiras



Fonte: osascomidiablog

Os efeitos de poder imanentes aos discursos de verdade sobre o sujeito-manifestante produzem a categorização de sua existência, estabelecendo critérios de classificação para uma vida em que o sujeito é avaliado como “brasileiro honesto que defende seu país” ou “brasileiro ladrão do patrimônio nacional”. Aqui, a objetivação do sujeito passa por uma lógica de política neoliberal, que é sensível ao produtivismo, ao empreendedorismo pertencente a um determinado grupo, à liderança de um partido sobre os outros e pelo aniquilamento da pluralidade político-partidária, ou seja, paradoxalmente, o incentivo à individualidade aos moldes partidários traz embutido práticas de objetivação e de subjetivação manipuladoras e moralizantes. Então, o exercício da liberdade caracteriza-se como prática de um autogoverno político neoliberal.

Os manifestantes justificam seus discursos odiosos – a morte de Dilma e Lula, – ao atribuírem a eles a culpa pela sua crise (política, econômica, de valores, de estilos de vida, de afetos), e exigem uma nova forma de tutela que possa gerenciar seus medos, sua ansiedade, sua frustração. Diante da descredibilidade do governo, tal tutela cria formas de existência totalmente administradas na/pela violência. As interdições do discurso produzem efeitos de controle sobre o que pode ser dito, de que maneira deve ser dito, e quem é autorizado a dizê-lo e, enredado nessa disputa por sua posse, o discurso é mecanismo de poder.

As tensões nesse campo de lutas estabelecem fronteiras entre os manifestantes, criam convenções e orientam condutas em termos do que se espera de um cidadão que verdadeiramente defende seu país, potencializando o ódio e o desprezo endereçados àqueles que deveriam ser excluídos do convívio social: pelo

enforcamento, ou através de políticas que aceleram o sucateamento das instituições públicas e que favorecem práticas que desqualificam a classe trabalhadora, como a política de terceirização, que é comparada ao AI-5, em um dos fragmentos.

Na matéria MANIFESTAÇÕES PRÓ-GOVERNO LEVAM MILHARES ÀS RUAS DE TODO O PAÍS, divulgada pela UOL NOTÍCIASⁱ, em São Paulo, no dia 18 de março de 2016, dos 85 comentários sobre a reportagem feitos pelos leitores, selecionamos 23, seguindo o critério do conteúdo de ódio que veiculam, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Discursos de ódio produzidos pelo público-leitor

1. VÃO PRA OUTRO PAÍS E VÃO SE DANAREM, CAMBADA DE VERMES COVARDES! FORA PT! FORA DILMA! FORA HADDAD! FORA FÃS DE PT! E FORA PSDB!
2. DESAPAREÇAM PRA SEMPRE DO BRASIL, SEUS RATOS VERMELHOS DUMA FIGA!
3. É uma piada esse manifesto desses zéruelas, só mesmo quem não gosta de trabalhar. precisa ter cultura, seus analfabetos.
4. Não vai ter golpe, vai ter é justiça. Cadeia nelles.
5. Tem um pamonha que estava com cartaz pedindo o Nobel da paz para o "cara" que nas escutas manda "baixar porrada" na oposição...pensei que idiotice tinha limites, mas esses petistas se superam.
6. Engraçado dizerem que não pesa nenhuma falcatura nessa guerrilheira que queria implantar com sua quadrilha de comunas o comunismo no Brasil. Toda essa desgraça na política, saúde, economia, segurança, inflação de 10% ao mês, petróleo e fica querendo defender a companheirada. Totalmente sem noção. Dá licença comunas, vão pra CUBA. Aqui no meu país não, aqui é DEMOCRACIA.
7. (...) Agora PT, nos deixe em paz! Vão embora! Não quero mais ver vocês pintados de vermelho, muito menos de amarelo e verde! Como pai de família, essa é minha opinião!
8. Quem defende o governo Dilma ou melhor o governo Lula é porque de alguma forma também está "mamando" nas tetas do PT; cidadão honesto jamais defende um governo ladrão .
9. As manifestações do PT, não são do BRASIL, pois todos são comprados, aqui no nordeste, pagaram R\$ 150, 00 mais camiseta do PT na última visita do "O HONESTO" LULA. Agora sexta - feira era R\$ 30,00 mais camiseta, só sindicatos e entidades fiadas ao PT, e moradores de rua, só mamando no governo. MORO presidente! Impeachment já! Dilma, LULA e família na cadeia! Viva o BRASIL!
10. Mortadela day. Sair as ruas em manifestação pra defender ladrões corruPTos em nome da democracia ganhando R\$30,00, uma tubaina e um sanduíche. É escárnio ao povo brasileiro!
11. Colocando minha opinião sem ofensas e sem agressividade, mas tenho pena destas pessoas que não enxergam um palmo à sua frente ou, no mínimo, tem valores duvidosos por defender pessoas

- que indubitavelmente são culpadas da quebra da Petrobrás e conseqüentemente gerando a crise no Brasil. Lula e Dilma não merecerão jamais apoio de pessoas de boa índole, honestas e honradas com preceitos de moral enraizadas. Somente pessoas ignorantes (sem conhecimentos) é que apoiam pessoas que, claramente à frente da Petrobrás (como presidente do conselho administrativo e presidente do Brasil) deixaram ou impuseram um default na empresa. Triste cenário, deste tipo de manifestação de apoio, que nos faz sermos ridicularizados mundo afora.
12. Teve um camarada pró Dilma que afirmou que a Dilma tem perfil mais técnico. Como assim? Ela não sabe nem se comunicar. Está deixando o país afundar na crise.
 13. Impressiona a cegueira!! Desemprego, recessão, petrobras falida, hospitais falidos..... Populismo!!! Dão esmoa vitalícia mas não ensinam ninguém a trabalhar.... Estamos rodeado de políticos corruptos e analfabetos sem opinião !!! Uma pena!!!!
 14. Pra mim, o recado é claro... Se tiver golpe vai ter sangue nas duas. Que assim seja.
 15. Já me senti como esse pessoal. Minoria, praticamente impossibilitado de manifestar a minha opinião sempre contrária à tônica esquerdopata reinante. O Ocaso petista está aí, quer vcs queiram ou não. O processo de desinformação gerenciado por vocês já não surte o efeito que vcs imaginam. Já deu, PT
 16. Os sindicatos gastou todo o dinheirinho do trabalhador pra dar pão com salsicha DA GRANJA, pra essa corja de vagabundos, os brasileiros fizeram o MAIOR PROTESTOS EM TODO MUNDO EM UM DIA DE DOMINGO os salsicheiros vão em uma sexta feira, ai patrões se alguém faltou no serviço bota na rua que o LULA sustenta kkkkkkkk, bolsa esmola, meia duzia de gato pingado, lotaram os ônibus nas periferia deram um copo de suco que so era água, e acham que sabem fazer protesto, o Rabujento vai logo é pra cadeia seus trouxas.
 17. Táí a resposta do POVO!!! seus pestes!
 18. A direita corrupta (pleonasma) mostra quem é e o que quer: No protesto dessa gente (ou diria, gentalha) NINGUÉM do PT foi para a Paulista incomodar. Mas a gentalha é assim mesmo: Respeito à democracia ZERO. BADERNEIROS
 19. Também sou contra o "golpe"!!! Sou a favor da justiça e nesse momento isso significa impeachment da anta e prisão dos corruptos. E ainda tem bandido já preso que se declara um "homem" de caráter e por isso não fará delações premiadas... Quase impossível acreditar que tem gente que apoia isso...
 20. Tendo em conta algumas das características de psicopatas, como a capacidade de manipulação e de conquistarem facilmente a simpatia das pessoas incautas, muitas vezes ocupam cargos relevantes onde exercem poder.
 21. Lula é uma farsa, uma aberração, um psicopata...e vamos nos livrar dele...podem se acostumar com a idéia.
 22. Estamos à deriva. É lamentável... Bando de safados, ladrões...
 23. Parabéns...a corrupção esta se comportando como um Lobo disfarçado de ovelha.....QUANTA MALDIÇÃO.....

Fonte: Elaborado pela autora.

Os discursos de ódio reforçam estereótipos que classificam o outro ‘estranho’ de forma negativa e preconceituosa. Os efeitos do medo desse outro, que possui posicionamentos políticos, partidários e ideológicos diferentes, no caso os manifestantes que apoiam o governo de Dilma e do PT, reforçam estratégias de anulação de sua presença em espaços públicos, o que podemos observar nos comentários 1, 2, 6, 7, 9, 16. Os discursos de ódio produzidos em torno das manifestações concorrem para a institucionalização de práticas moralizantes, estigmatizantes, normatizadoras e de submissão.

Nesta produção de verdades sobre os manifestantes, suas condutas, seus prazeres e desejos, determinadas orientações político-partidária são legitimadas e reconhecidas como a única possibilidade ‘saudável’ e, portanto, ‘normal’. Os discursos de ódio divulgados pela mídia produzem saberes que qualificam determinados manifestantes como seres humanos de segunda categoria e, nesse contexto, as condições de vulnerabilidade e de exclusão se tornam cada vez mais profundas para essas pessoas consideradas “desviantes”.

Tais produtos midiáticos se constituem como lugares de visibilidade, como locais específicos de enunciação do dispositivo. Maneiras de ver, formas de dizer onde a mídia atua como aparato de visibilidade para aquelas formas de enunciação que dizem respeito tanto às diferentes categorias de manifestações, como aos modos específicos de fazer com que cada uma delas apareça, compondo parte dos saberes sobre as manifestações, já que “cada dispositivo tem seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível e o invisível” (DELEUZE, 1991, p. 1)

Trata-se, portanto, de modos como os indivíduos se tornam sujeitos, isto é, as linhas de visibilidade e de enunciação configuram as manifestações (e são por elas, configuradas), como algo visível, algo a conhecer – principalmente em suas diferenças – refere-se à processos de objetivação, de apreensão do acontecimento e de tecnologias de poder investidas sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser manifestante. Visibilidade e enunciação são processos pelos quais os indivíduos se tornam alvo do poder, mas, pelos quais eles (os sujeitos) também podem manifestar resistência.

É necessário problematizar esses saberes/verdade e seus efeitos de normalização, tão arraigados em nossa cultura. O dispositivo da violência é

atualizado por discursos de ódio que produzem uma linha de inteligibilidade sobre as manifestações e sobre aqueles que se manifestam e, como um de seus efeitos, uma linha de elegibilidade sobre o 'brasileiro que defende seu país.' Sabemos que os desdobramentos desses discursos são perigosos, pois as ações da norma é que irão determinar que vidas são dignas de serem vividas, em nossa sociedade, e que vidas não temos que nos importar. É o que podemos observar, por exemplo, no comentário 11: não se trata apenas de pessoas sem dignidade, sem valores, completamente ignorantes e alheias à realidade do país, mas, sim, de pessoas culpadas pela 'quebra' do país, que não merecem nenhum apoio dos brasileiros de boa índole com preceitos de moral "enraizadas".

Vimos que, nas manifestações, usar roupas verde-amarelas ou vermelhas diz sobre os posicionamentos políticos dos manifestantes e, conseqüentemente, quem são eles (coxinhas ou petralhas), nas tramas do discurso e nos jogos de poder. Criou-se uma estilística do 'verdadeiro militante brasileiro' Não é mais possível protestar lado a lado com seu inimigo, e a convivência pacífica não é tolerada entre os grupos de posições contrárias. Os efeitos de verdade produzidos neste cenário são expressados nos depoimentos 2, 7, 8 e 9, por exemplo: "SEUS RATOS VERMELHOS DUMA FIGA!" "Não quero mais ver vocês pintados de vermelho, muito menos de amarelo e verde! Como pai de família, essa é minha opinião!" "(...) cidadão honesto jamais defende um governo ladrão." "As manifestações do PT, não são do BRASIL, pois todos são comprados..."

No dispositivo, as formas de visibilidade e de enunciação sobre si mesmo (em oposição a um outro) fazem com que esses sujeitos se reconheçam como os principais responsáveis pelo exercício de práticas transformadoras das atuais condições de vida no país (por suas condutas, por suas posições políticas, por suas escolhas partidárias, por suas crenças), isto é: autores de seus ditos, de suas práticas, de si mesmo. Manifestantes que falam incessantemente de si e que por isso mesmo, se fazem ver.

A definição de si-mesmo por oposição às crenças e valores que são forjadas do outro é internalizada em contraposição ao que esse outro é – zé ruela, pamonha, idiota, comuna, analfabeto, preguiçoso, corja, peste, vagabundo, gentalha, baderneiro, safado, ladrão, corrupto, alienado, anta, ignorante – operações de objetivação que concorrem para a subjetivação desse sujeito que é objetivado por

aqueles que não o reconhecem como semelhantes, ao mesmo tempo em que se constituem ao dizer uma verdade sobre eles-mesmos – democratas, pais de família, cidadão honesto, pessoas de boa índole, honestas e honradas com preceitos de moral enraizadas, que se sentem ridicularizadas mundo afora, como podemos observar em alguns comentários do Diagrama 1.

Não afirmamos, aqui, que o sujeito-manifestante se reconhece e se manifesta plenamente através do exercício da autoreflexão, mas sim, que ele aprende as regras e táticas para reconhecer-se e funcionar discursivamente como tal, embora o espaço das manifestações esteja arquitetado para produzir práticas autorreflexivas e de resistência. O dispositivo da violência se direciona para a produção de seus sujeitos, quais sejam, aqueles que, efetivamente se instituem e/ou se orientam nas/pelas práticas violentas – dos discursos de ódio e das instituições que os sustentam – que são produzidas.

Os discursos desses sujeitos produzem saberes sobre o que é o cidadão brasileiro trabalhador, comprometido com sua comunidade, de como uma sociedade deve organizar-se, como distribuir sua população no tempo e no espaço, sobre como se definir a si-mesmo e a seus ‘adversários’, e onde se pode localizar os riscos possíveis e quais os perigos se deve enfrentar. No dispositivo da violência, a ausência do cuidado de si converge, em grande parte das vezes, para o enfrentamento do outro, isto é, um controle meticuloso de seus atos, e um conjunto, cuidadosa e violentamente elaborado, de suas práticas para se alcançar certo número de objetivos (todos eles articulados a experiências específicas de brasilidade do qual é sujeito). Nesse empreendimento, saberes são produzidos e positivados, pois os processos de subjetivação envolvem novas práticas de ação e de conhecimento. O dispositivo é histórico, mas, também tem sua história.

Além da fabricação do petralha, associa-se à sua identidade outras ‘anormalidades’: esquerdopata, aberração, psicopatas. Observa-se a produção de subjetividades fascitóides que alimentam uma cultura da violência, da intolerância, do ódio e do preconceito na busca de se garantir espaços de liberdade. É o que afirma Fernandes Junior (2016):

São as práticas discursivas de um dado momento histórico que apagam, constroem, legitimam ou dão visibilidades a dados saberes construídos. Vivemos em uma sociedade em movimento, cujas constantes mudanças promovem a constituição de sujeitos que buscam se constituir nesse

contexto. Mudanças que geram medo, insegurança, para citar esses exemplos, que, por correspondência, estão vinculados a um paradoxo atual: o desejo de segurança e o exercício de liberdade. (FERNANDES JUNIOR, 2016, p. 212)

Os discursos de ódio são produções de sujeitos que, ao mesmo tempo, se produzem por tais discursos enquanto sujeitos odiosos. Nas manifestações de rua, particularmente nas manifestações pró-impedimento da presidenta Dilma, a presença frequente de cartazes que clamavam por “Ditadura Militar, Já!” nos permite levantar algumas leituras. Nos estados de exceção, a organização disciplinar da sociedade mina a possibilidade de práticas de resistência enquanto exercício de liberdade.

Os processos de objetivação são acompanhados de processos de subjetivação a partir dos quais as técnicas de si demandam práticas disciplinadoras, rigorosas na orientação de condutas, e, ao mesmo tempo, o manifestante se reconhece enquanto sujeito potencialmente “perigoso”, incapaz de autogerir sua vida, amedrontado e inseguro diante das mudanças políticas, dependente do governo do outro para garantir sua segurança, e totalmente obediente à tutela desse outro. Mas, como nos esclarece Foucault (2004, p.8) “se há relações de poder em todo campo social, é porque há liberdade por todo lado. Mas há efetivamente, estados de dominação.”

4.1 Conclusão

Neste capítulo, buscamos discutir de que maneira o dispositivo da violência fabrica subjetividades, através dos efeitos dos discursos de ódio. Podemos caracterizar as tecnologias do eu instituídas e organizadas por esse dispositivo a partir de dois movimentos. Primeiro, o de criar uma lógica na qual o sujeito-manifestante é convidado a voltar-se para si mesmo, mas, onde não há o cuidado de si, pois o que pudemos observar é a promoção de práticas violentas de exclusão e rebaixamento do outro. O segundo movimento é aquele pelo qual o sujeito-manifestante é levado a se reconhecer como objeto visível a si-mesmo e, portanto, a se enunciar como sujeito odioso transformado pelas práticas da manifestação.

Trata-se de um dispositivo que promove em seus sujeitos uma volta sobre si-mesmos, empreendendo determinadas técnicas para atingir um determinado padrão de normalidade (quem são os legítimos brasileiros), ou para mostrar quem se afasta

dele. A produção e a objetivação de identidades naturalizadas de um sujeito incapaz de exercer sua liberdade de maneira segura, porque é odioso, perigoso, violento ou, porque o outro o é, acionam (e são acionadas por) discursos de verdade sobre esses sujeitos. Tais discursos, associados a essas identidades, dimensionam a posição política que esse sujeito assume, positiva ou negativamente, de aceitação ou de rejeição, de reconhecimento ou de intolerância, nas manifestações, mediando o conhecimento de si e as práticas sociais.

O cuidado de si, prática de inquietação permanente, como nos orienta Michel Foucault, se torna redutível à tutela do Estado e à produção de corpos “politicamente corretos”, “mercadologicamente produtivos” e “psicologicamente saudáveis” pelas discursividades produzidas em torno das manifestações brasileiras. O movimento agonístico de constituição do sujeito desliza entre a urgência do cuidado de si e a desvalorização e/ou não reconhecimento do outro, em que a importância do princípio da inquietude é colocada em xeque através da reedição de discursos que afirmam e legitimam estratégias de repressão e de violência que vêm ganhando forças não apenas no cenário das manifestações recentes, mas, como pudemos observar em 2018, no Brasil, o decreto feito pelo atual presidente Michel Temer, de Intervenção Militar na cidade do Rio de Janeiro.

A Intervenção Militar no Rio de Janeiro, a nosso ver, é uma das atualidades do dispositivo da violência. A funcionalidade estratégica do dispositivo é a de enfrentar a crise de segurança pública do estado. Nesses espaços, a tentativa é a de administrar cada vez mais a vida do outro, manipulando suas escolhas e decisões à revelia de suas próprias vontades, atribuindo ao Estado a (in)competência para assumir a gestão da vida de sua população.

Por um lado, as manifestações são estratégias criadas pelos sujeitos para afirmar suas posturas críticas diante das formas atuais de governo, principalmente das técnicas que operam na administração de suas vidas, mas, por outro, minam a possibilidade de constituição ética do sujeito pelo cuidado de si, já que tal sujeito se encontra constantemente “descuidado”, subjetivado enquanto indivíduo incapaz de gerir sua própria vida. Os discursos de verdade construídos sobre esse sujeito operam como tribunais “de qualidade de vida”. Assim, o cuidado de si não corresponde a uma obrigação da inquietude, a uma construção reflexiva autorreferenciada.

Entretanto, Foucault (2004, p.11) nos orienta que é possível fazer uma crítica do político, contra os efeitos de dominação que podem estar ligados às estruturas ou às instituições encarregadas da verdade, jogando outros jogos de verdade, não tão estranhos a eles, “mostrando quais são suas consequências, mostrando que há outras possibilidades racionais, ensinando às pessoas o que elas ignoram sobre sua própria situação, sobre suas condições de trabalho, sobre sua exploração.”

Variadas racionalidades modulam a vida dos manifestantes segundo múltiplas lógicas: econômica, política, partidária, geográfica, de classe, por exemplo, e operacionalizam inúmeras técnicas de administração de suas vidas, criando estilos de se manifestar que irão se generalizar para todas as dimensões da subjetividade desses sujeitos. Uma das funções estratégicas do dispositivo da violência, em nossos tempos, é a de regular os processos vitais de uma parte da população, modulando seu comportamento e regulando os efeitos de suas ações através de práticas ameaçadoras, violentas e repressoras de resistências que não sejam aquelas previamente aceitáveis e/ou negociadas e, aqui, mais uma vez citamos o exemplo da Intervenção Militar no Rio de Janeiro.

As posturas críticas a uma forma de governo violenta são suspensas, e o dispositivo da violência é acionado como um meio para se alcançar o bem-estar coletivo e individual. O processo de constituição ética do sujeito, pelo cuidado de si, é aprisionado por racionalidades que naturalizam o sujeito enquanto odioso. Não há espaço para um autoconhecimento reflexivo que nos permita nos distanciarmos da individualização que nos é imposta e que a provoca, e as práticas de liberdade se limitam à reprodução de desejos e escolhas que nos são ditados. Daí o apelo ao máximo controle de nossas condutas odiosas pelo dispositivo da violência, sem questionarmos os efeitos de poder na individualização de nossas vidas.

Nesse campo, a possibilidade de distanciamento de nossa identidade objetivada como odiosa impede a potencialidade de sermos nós mesmos, ou seja, a capacidade de nos desprendermos desse eu administrado de forma violenta, do autoconhecimento do eu fabricado por jogos de verdades que nos agridem e nos classificam à revelia de nossas escolhas e nossos desejos. Objetivação e subjetivação são processos concorrentes na constituição do sujeito, mas não excludentes. Os discursos de ódio produzem modos de subjetivação que se relacionam às transformações dos espaços sociais atuais, e que são modificados

pelos sujeitos. E, é somente nesses espaços, em nosso tempo, que esses e não outros discursos puderam surgir.

Enquanto processualidade histórica e geográfica, a subjetividade não é casualisticamente determinada por fatores sociais (externos), mas em coprodução com uma pluralidade de processos: sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, ecológicos, urbanos, midiáticos, que participam de sua constituição e de seu funcionamento. A expressão processos de subjetivação nos possibilita pensar a subjetividade como processo, e não como uma estrutura interiorizada do sujeito. Nossos modos atuais de subjetivação emergem enquanto construções históricas associadas às transformações dos espaços contemporâneos. Uma subjetividade construída na relação com o espaço urbano. Subjetividade e território, portanto, estão imanentemente relacionados, e em conexão com processos sociais, históricos, políticos, econômicos, urbanos, num contínuo vir-a-ser (FERREIRA NETO, 2011).

O dispositivo da violência emerge em resposta a uma urgência de nosso tempo. Enquanto dispositivo, possui uma funcionalidade estratégica na configuração do espaço e na constituição de nossas existências, nos dias atuais. A individualidade identitária do manifestante-odioso é um modo de subjetivação que responde às configurações do tempo presente e que configura novos arranjos urbanos tanto nas ruas brasileiras quanto nas redes sociotécnicas. Trata-se de uma subjetividade contingencialmente construída em sua relação com as práticas de saber, de poder e de si.

Nesta subseção, buscamos analisar como um dispositivo se organiza e como produz um conjunto de conhecimentos sobre a identidade do sujeito-manifestante. Caracterizamos como o dispositivo da violência engendra e promove suas linhas de subjetivação, através dos discursos de ódio produzidos pela mídia e pelos próprios sujeitos, quando convidados a falar de si e a estabelecer uma relação reflexiva consigo mesmo ao falar sobre o cenário político brasileiro e sobre as manifestações, nesse contexto.

Além disso, para efetuar essa 'dobra sobre si mesmo', o sujeito-manifestante se utiliza dos saberes historicamente construídos e divulgados pela mídia, e de jogos de verdades articulados pelo dispositivo da violência. Portanto, assim como o dispositivo é histórico, o mesmo podemos dizer sobre os processos de subjetivação

por ele engendrados. Os modos de manifestar-se, de ver-se e dizer-se do sujeito-odioso são contingentes: o modo de ser manifestante é histórico.

No processo de objetivação, tornar-se objeto dos saberes midiáticos e/ou tornar-se objeto de si mesmo só tem sentido à medida que determinada normatividade – em torno das manifestações e sobre os manifestantes – certos padrões – de legítimos representantes do país, e de regras – como se manifestar, de que lado se posicionar, que cor de bandeira levantar, por exemplo – adquirem legitimidade, se propagam e se atualizam no interior do dispositivo. É em relação ao processo de objetivação que as linhas de subjetividade constituem seus sujeitos. “É sobre essa normatividade que eles são convidados a falarem de si – seja para comprová-la, seja para adequar-se a ela, seja para dela escapar.” (MARCELLO, 2003, p. 168)

Em nossa sociedade, os jogos de verdade são extremamente numerosos e, conseqüentemente, o maior desejo de dominar as condutas dos outros, seja nas relações amorosas, familiares, sexuais. A relação do si consigo mesmo, para Foucault (2004), não é o único ponto de resistência ao poder político. Vejamos o que o autor nos ensina sobre a governabilidade:

Digo que a governabilidade implica a relação de si consigo mesmo, o que significa justamente que, nessa noção de governabilidade, visto ao conjunto das práticas pelas quais é possível constituir, definir, organizar, instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter uns em relação aos outros. São indivíduos livres que tentam controlar, determinar, delimitar a liberdade dos outros e, para fazê-lo, dispõem de certos instrumentos para governar os outros. Isso se fundamenta então na liberdade, na relação de si consigo mesmo e na relação com o outro. Ao passo que, se você tenta analisar o poder não a partir da liberdade, das estratégias e da governabilidade, mas a partir da instituição política, só poderá encarar o sujeito como sujeito de direito. (FOUCAULT, 2004, p. 14)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, nosso objetivo foi o de cartografar a constituição e o funcionamento de um dispositivo da violência, através dos discursos de ódio produzidos e proliferados em torno das manifestações recentes no Brasil, e como esse dispositivo é operacionalizado nos discursos veiculados pela mídia, de modo a instituir uma pluralidade de práticas sobre as manifestações e de forma a concorrer na produção de subjetividades. Investigamos os modos através dos quais os discursos nos campos da mídia, da política, do aparato jurídico e da polícia valem-se de um dispositivo para classificar as manifestações e categorizar o sujeito-manifestante, em cada uma delas.

Na tarefa de se classificar as manifestações, os discursos produzidos, particularmente os discursos de ódio, não apenas reproduzem tal dispositivo, como também favorecem sua atualização, na medida em que operam e articulam saberes específicos, regras, normas, valores, instituições, comportamentos, fabricando, também, determinados tipos de manifestantes. Buscamos mapear a dinâmica dos processos de constituição de uma rede de elementos – direcionada à produção de saberes, constituída nas/pelas relações de poder e orientada de modo a produzir sujeitos, em determinado tempo-espço, a qual um dispositivo é capaz de sustentar.

Descrevemos, em cada momento das manifestações, os elementos que compõem a rede do dispositivo, através da análise dos enunciados produzidos e veiculados pela mídia, selecionando o conteúdo de ódio que marca tais enunciados. Observamos que, apesar da (e para além desta) insatisfação diante das crises vivenciadas pela população brasileira, presenciamos a fabricação de um sujeito que externalizava suas crises, diante desse cenário, de forma intolerante, preconceituosa, violenta e odiosa, independente de que lado estivesse, no jogo de forças.

Embora o caminho da produção de subjetividades no espaço urbano contemporâneo seja, particularmente, marcado pela administração do neoliberalismo na construção de identidades “consumistas”, “competitivas” e “empresariais”, as manifestações brasileiras nos mostraram que as subjetividades também podem ser constituídas por práticas de liberdade, já que os manifestantes questionavam determinadas formas instituídas de experiência, e buscavam outras formas de vida,

como pudemos observar na pauta das manifestações lideradas pelo MPL. As manifestações brasileiras que emergiram nos anos de 2013, 2014 e, recentemente, em 2015 e 2016, transformaram o modo de se vivenciar a política, em nosso país, modificando as configurações historicamente construídas sobre os movimentos sociais, sobre a ocupação, nas ruas e nas redes, sobre a mobilização dos manifestantes, nesses espaços, o que nos exigiu a ampliação de categorias de análise tradicionalmente utilizadas para a apreensão desses acontecimentos, e a aposta na noção de dispositivo da violência é uma tentativa de entendimento e uma proposta de ampliação de leituras sobre as manifestações recentes no Brasil.

Para afirmarmos a existência de um dispositivo da violência, fez-se indispensável evidenciar a urgência histórica que possibilitou suas condições de emergência. Buscamos, através da análise dos discursos de ódio, construídos no contexto das manifestações, e explorados pela mídia, mapear a constituição desse dispositivo e sua funcionalidade estratégica para se enfrentar os problemas vivenciados pelos brasileiros, em cada momento. Assim, articulamos fatos políticos, econômicos, sociais que legitimaram discursos de ódio e autorizaram práticas violentas, nas manifestações.

Em nossa sociedade, os efeitos dos discursos de ódio vão desde a construção de estereótipos sobre o outro, classificando-o como estranho e, portanto, perigoso porque não pertence à mesma classe sócio-econômica, porque não possui a mesma orientação sexual, o mesmo posicionamento político, a mesma cor de pele, as mesmas condições de vida, por exemplo, até o isolamento para se evitar esse outro estranho: a multiplicação das tecnologias de segurança privada, como câmeras, cercas elétricas, e o aumento dos condomínios fechados, por exemplo. Não podemos nos esquecer dos “panelaços”, um tipo de protesto muito comum nos anos de 2015 e 2016, em que os protestantes batiam panelas da sacada e das janelas de seus apartamentos, principalmente nas capitais brasileiras.

A exploração, cada vez mais frequente, de acontecimentos violentos pela mídia produz como efeito sua banalização, reforçando a ideia de identidades “naturalmente” violentas e agressivas, como vimos a respeito da avaliação construída sobre a participação dos *Blacks Blocs*, nas manifestações de 2015. Os atributos são normalmente destinados a segregar e rotular pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes, o que acaba por reforçar, também, a lógica da violência,

da intolerância, da exclusão e do distanciamento, e “a segregação torna-se, assim, complementar à violência urbana.” (FERREIRA NETO, 2001, p. 70).

Transformações nas formas de ocuparmos e de circularmos no espaço urbano são necessárias para produzir subjetividades criativas, inventivas, autorreflexivas. Subjetividades que promovam rupturas nas engrenagens de opressão coletiva e de repressão, efeitos do dispositivo da violência. É necessário valorizarmos formas de existência que tensionem as imposições de uma estética da felicidade encadernadas em livros de autoajuda, encapsulada em antidepressivos, ou aprisionada em corpos meticulosamente malhados.

Foucault (1984) nos oferece algumas precauções necessárias sobre práticas de liberação e práticas de liberdade. Embora tenham seu lugar na configuração política ou histórica de uma prática de liberdade, os processos de liberação não podem, por eles próprios, definir todas as formas de práticas de liberdade. A nítida mudança do perfil da maioria dos manifestantes que foram para as ruas em 2015, se comparado ao perfil do manifestante que, historicamente, se fez presente nas frentes de luta dos movimentos sociais, está associada às transformações que são políticas, urbanas, sociais, econômicas, culturais.

Foi preciso certo número de liberação em relação à presença da classe média e média-alta, nas ruas; foi preciso se liberar de uma moral opressiva relativa à presença dos movimentos sociais e de suas demandas no espaço público, também. A liberação no campo político (de participação democrática, de mobilização e ocupação dos mais variados espaços, da polifonia dos discursos (a)partidários) potencializa relações de poder que devem ser controladas por práticas de liberdade, o que significa pensar que nem sempre atingimos um estado pleno de satisfação e felicidade apenas com a liberação.

O que somos, hoje, é contingencial e historicamente datado. A emergência desse (e não de outro perfil de manifestante) não é meramente por acaso, assim como também não o é a emergência dos discursos de ódio. Diante das mudanças que vivenciamos nos últimos anos, em vários setores (implantações de projetos de governo com foco nas políticas sociais, reconhecimento das precárias condições vivenciadas pelas classes desprivilegiadas e crescente valorização de políticas direcionadas à classe trabalhadora, para citar alguns exemplos), observamos várias e importantes transformações no território brasileiro e na vida de sua população, e

uma crescente insatisfação por parte de uma classe média e média-alta diante das políticas implementadas pelo governo do PT.

O que observamos, portanto, não é apenas o questionamento de uma forma de governo endereçada a uma camada da população. Busca-se escapar de um regime de verdade, seja através de um jogo totalmente diferente (como o impedimento da presidenta), ou da hostilidade diante do jogo já iniciado, mas, utilizando-se de outras estratégias, outros trunfos, outras jogadas no campo político, o que vimos nas manifestações protagonizadas por coxinhas e petralhas, no impedimento da ex presidenta Dilma Rousseff. A crítica a um governo não se sustenta apenas a partir das consequências de um estado de dominação ou de uma determinada política insatisfatória e, sim, mostrando outros jogos de verdades, outras possibilidades de jogadas, de técnicas e de regras que revelem às pessoas o que elas ignoram sobre sua própria situação, que permitam que outras instituições, novas tecnologias governamentais e determinadas práticas de poder entrem em cena. (FOUCAULT, 1984).

Michel Foucault não se dedicou a tratar do tema da violência, com exclusividade. Além disso, o autor não utiliza o termo violência com frequência em seus trabalhos. Entretanto, em suas pesquisas sobre as instituições totais, como a escola, o hospital psiquiátrico e a prisão, encontramos “brechas” que nos possibilitam pensar em diversas maneiras de violência institucional e de seu poder através da vigilância. Neste trabalho, nossos esforços caminharam em direção à construção de um dispositivo da violência na tentativa de se compreender tal fenômeno, na contemporaneidade.

Os discursos de ódio em torno das manifestações evidenciam a eclosão da violência em um cenário onde nada mais é digno de credibilidade, onde tudo falha, inclusive, a própria palavra. Não se trata apenas de denunciar a violência, ou de localizá-la sob a regra ou a lei; a jurisdição da violência extrapola tais discursos e busca se legitimar em racionalidades, em uma lógica de governamentalidade que não se restringe a instituições. Concentrar nossas leituras em instituições historicamente centralizadoras da violência, como a polícia ou a prisão, é incorrer no erro de desconsiderar a potência de outras lógicas sutis e violentas de se governar. O enunciado “Ditadura Militar, Já”! tão frequente nas manifestações, não diz apenas de uma intervenção militar enquanto forma de se governar, o que nos parece óbvio,

mas, também, nos parece sugerir o apoio a várias outras formas de ditadura: do corpo, da estética, de padrões de manifestantes, de escolas sem partido, de formas de se protestar, de qual brasileiro é digno de se aposentar, dos riscos e dos custos de se gerir a população do país.

Os discursos de ódio são mecanismos biopolíticos que revalidam práticas de gestão das pessoas, legitimam suas condutas, reforçam crenças, valores e opiniões, produzem subjetividades. O antigo domínio soberano do “poder matar para poder viver” é substituído por um fazer viver, rejeitar para a morte ou permiti-la, quando se trata de vidas insustentáveis para os programas de políticas públicas, como temos assistido, no Brasil, aos cortes nas áreas de educação e saúde, como formas de racionalização econômica, e nas tentativas de aprovação de projetos de lei trabalhista e previdenciário, além dos cortes de bolsas que são vistas como ameaça às bases do Estado-Providência.

Torna-se necessário excluir aqueles que são “imprestáveis” para o desenvolvimento “saudável” do país. Assim, justifica-se o “descarte” de pessoas que são elegíveis como um fardo insustentável para o sistema, de forma indolor e menos visível, através da retirada de direitos básicos, historicamente conquistados, da falta de assistência à saúde, à educação, à aposentadoria, por exemplo. Assim como os direitos, as pessoas são abandonadas, deixam de existir, não são reconhecíveis como espécie humana.

Instituir determinadas práticas normativas é, também, um dos efeitos que compõe a experiência produzida pelo dispositivo. Tal dispositivo não está apenas empenhado em buscar técnicas de normalização, seja dos sujeitos-manifestantes, seja das manifestações. Trata-se, também, de colocar os indivíduos-manifestantes e suas respectivas modalidades de manifestação na ordem do discurso, fazer desses indivíduos sujeitos, e fazer também dessas modalidades práticas de um dispositivo.

Em 2013, as pautas demonstravam uma resistência pontual contra algumas políticas do governo, e uma insatisfação ainda tímida contra a presidenta. O cenário pós-eleição favoreceu a emergência de novos elementos, o desaparecimento de alguns e a reedição de outros, particularmente, dos discursos de ódio contra a esquerda. Se nas ‘jornadas de junho’ pudemos observar uma diversidade de pautas (e, mais ainda, a indefinição delas), em 2015, e, no ano seguinte, as manifestações são caracterizadas pela unificação de um mesmo desejo, por uma parcela da

população: “Fora Dilma”. As ruas se pintam de verde e amarelo para pedir a saída de Dilma como forma de superação da crise e contra a corrupção (atribuída, exclusivamente, ao PT). Fabrica-se a figura do “salvador da pátria”: o juiz Sérgio Moro, responsável por conduzir a operação Lava Jato.

Os militantes de direita têm um novo líder na luta pela retomada do poder. Não se faz justiça com quaisquer mãos e, por isso, a justiça, articulada à política, fica nas mãos de um legítimo representante da classe conservadora, direitista e elitista. À frente do golpe reacionário temos a grande mídia, defensora da elite brasileira, o aparato jurídico-policia e a classe média que, de reacionária é repaginada como revolucionária. As condições que possibilitam e que favorecem a emergência do discurso de impedimento da presidenta, em 2016, vão sendo produzidas.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBUQUERQUE-JÚNIOR, Durval Muniz. Prefácio. Diz Positivo: entre o castor e a aranha. In. FERNANDES JUNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia. Menezes de. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito.** Curitiba: Editora UFPR, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

BECKER, Howard S. **Outsiders.** Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BRUCK, Mozahir Salomão. Palavra: Dispositivo. **Revista Dispositiva.** vol.1, n.1, p. 40-44, maio/out. 2012.

BRUGNANO, Fabricio; CHAIA; Vera Lúcia Michalany. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. **Aurora revista de arte, mídia e política.** São Paulo, vol. 7, n.21, p. 99-129, out. 2014-jan.2015.

CANDIOTTO, César. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/From/Ação.** São Paulo, 31, v. 1, p. 87-103, 2008.

CANDIOTTO, César. Sujeito, agonística e seus desdobramentos políticos no pensamento de Michel Foucault. In. NALLI; M; MANSANO, S.R.V (orgs). **Michel Foucault: desdobramentos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTRO, E. Michel Foucault: a verdade do homem. In. NALLI, Marcos; MANSANO, Sônia Regina Vargas (orgs). **Michel Foucault: desdobramentos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Arthur Trindade. Violência e conflitos intersubjetivos no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH.** Vol. 24, 62: p. 353-365, 2011.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo.** Disponível em <http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>. Acesso em 20 de março de 2015.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Imago, 1972.

DIJK, Teun A. van. **La noticia como discurso** – comprensión, estructura y producción de la información. Barcelona: Paidós, 1990.

DUARTE, Karinne Regis. **Violência à flor da página: as narrativas construídas pela revista VEJA sobre o caso “Maníaco do Parque”.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, 2006.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Dispositivos de poder e construção do sujeito na sociedade de controle: singularidade e poesia. In. FERNANDES, A. J.; SOUZA, K. M. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos da atualidade.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

FERNANDES JÚNIOR, Antônio. Discursos sobre a felicidade em práticas discursivas contemporâneas. In. SOUZA, K.M; PAIXÃO, H. P. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade.** Ed. Intermeios: São Paulo, 2016.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA NETO, João Leite. **Psicologia, políticas públicas e o SUS.** São Paulo: Escuta; Belo Horizonte: Fapemig, 2011.

FERREIRA NETO. João Leite. Pesquisa e Método em Michel Foucault. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Vol. 31, n.3, p-411-420, Jul-Set 2015.

FOUCAULT, Michel. Poder e saber. In. **Ditos e Escritos IV – Estratégia, Poder e Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da Sexualidade. In. **Microfísica do poder.** 10ª. Edição. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjectividade. **Revista de Comunicação e linguagem.** Lisboa: Edições Cosmos, nº 19, p. 203-223,1993.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo, Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Buenos Aires: Paidós, 2008b.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCESCHINI, Bruno. **Cartografias do discurso: a constituição de um dispositivo de TDAH**. Uberlândia (MG): Universidade Federal de Uberlândia. Tese de doutorado, 2017.

GARCÍA FANLO, Luis. Que és un dispositivo? In: Foucault, Deleuze, Agamben. **A Parte Rei Revista de Filosofia**. N. 74, p.1-8. Março, 2011.

GREGOLIM, Maria do Rosário. **Análise do Discurso e Mídia: a (re)produção de identidades**. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo. Vol. 4 n, 11, p. 11-25, 2007.

GREGOLIM, Maria do Rosário. No Diagrama da AD brasileira: heterotopias de Michel Foucault. In: **O discurso nos domínios da linguagem e da história**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008, p 23-35.

IÑIGUEZ, Lupicinio; GARAY, Ana; MARTINEZ, Luz Maria. La perspectiva discursiva en Psicología Social. **Subjetividad y Procesos Cognitivos**. p. 105-130, 2005.

JAQUET, Gabriela Menezes. Discursivo e não-discursivo: acontecimento em Foucault, Deleuze e Veyne. **Sapere aude**. Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 715-731, Jul./Dez. 2016.

LAZZARATO, Maurizio. Enunciação e política: uma leitura paralela da democracia – Foucault e Rancière. In. CASTELO BRANCO, G; VEIGA-NETO, A. **Foucault: filosofia e política**. Rio de Janeiro: Autêntica Editora, 2011.

MARCELLO, Fabiana Amorim. **Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística da experiência**. Porto Alegre (RS): Dissertação de Mestrado, 2003.

MENDES, Francielle Maria Modesto. Blog Pessoal: a busca da identidade do sujeito no mundo mediado pela internet. **Revista Contrapontos**. Itajaí, vol. 8, 2: p. 187-199, mai/ago, 2008.

MOREY, Miguel. Introducción. in. FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

NAVARRO, Pedro. Discurso, História e Memória: Contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In. TASSO, I. (Org). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2010.

PÁDUA; Natália Muniz; ROSSOTI, Bruno Giovanni Paula Pereira. A nuvem, a Névoa e o Nevoeiro: sobre outros "Vandalismos". **Rev. Polis e Psique**. Vol. 3, 3: p. 5-23, 2013.

PASSOS, Izabel Christina Friche. Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In. PASSOS, I. C. F (Org). **Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

PORTO, Maria Stella Grossi. **Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais**. Brasília: Verbaná Editora, 2010.

PRADO FILHO, Kleber; TETI, Marcela Montalvão. **A cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471>. Acesso em 25 de março de 2015.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Eduardo Heleno. Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013. **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 86-95, maio, 2014.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). **Violências no Tempo da Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In. SOUZA, K.M; PAIXÃO, H. P. **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. Ed. Intermeios: São Paulo, 2015, v.1, p. 19-36.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). (1999). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes. Sawaia, 2006.

SHÄFER. Gilberto; SANTOS, Rodrigo Hamilton. **Discurso de ódio: da abordagem conceitual ao discurso parlamentar**. RIL Brasília a. 52 n. 207 jul./set. p. 143-158, 2015.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Sulina, EDIPUCRS, 2002.

_____. **A comunicação do grotesco**: introdução a cultura de massa brasileira. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2000.

SOUSA, Kátia Menezes. Dispositivo de segurança nos discursos do cotidiano urbano: o jogo entre medo e bem-estar. In. FERNANDES, A. J; SOUZA, K. M. **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2014.

SOUSA, Kátia Menezes O Discurso da crise: resistências que produzem consensos. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Org.). In: **Subordinações contemporâneas**: consensos e resistências nos discursos. 1ed.São Carlos: EdUFSCAR, 2016, v. , p. 159-177, 2016.

SOUZA, Jesse. **A radiografia do golfe: entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SPINA. Paulo Roberto **O Movimento Passe Livre**: São Paulo nos protestos de 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

TELES, Edson. Democracia de efeito moral. Movimentos sociais e governabilidades em conflito. In. AVELINO, N; VACCARO, S. **Governamentalidade Segurança**. São Paulo: Intermeios, 2014.

THOMPSON, John B. A. **Mídia e a Modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Lisboa: Editora Unisinos, 2001.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Incluir para excluir**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.5.htm>. Acesso em 29 de dezembro de 2017.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Lisboa: Edições Texto e Grafia Lda, 2009.

WEINMANN, Amadeu Oliveira. **Dispositivo: um solo para a subjetivação**. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000300003. Acesso em 25 de março de 2015.

WIEVIORKÁ, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**. São Paulo, vol. 9, 1: pp- 5-41, 1997.
